



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO JOSÉ CERQUEIRA PESSOA

**ENTRE ATENTADOS, ATAQUES MORAIS E DISPUTAS
MEMORIAIS: UM OLHAR POLÍTICO ACERCA DO
PROTAGONISMO FEMININO NAS ELEIÇÕES DE 1996 EM MACEIÓ**

**MACEIÓ
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO JOSÉ CERQUEIRA PESSOA

**ENTRE ATENTADOS, ATAQUES MORAIS E DISPUTAS
MEMORIAIS: UM OLHAR POLÍTICO ACERCA DO
PROTAGONISMO FEMININO NAS ELEIÇÕES DE 1996 EM MACEIÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo.

MACEIÓ
2024

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1787

P475e Pessoa, Gustavo José Cerqueira.

Entre atentados, ataques morais e disputas memoriais : um olhar político acerca do protagonismo feminino nas eleições de 1996 em Maceió / Gustavo José Cerqueira Pessoa. – 2024.

114 f. : il.

Orientadora: Michelle Reis de Macedo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 112-114.

1. Política - Alagoas. 2. Esquerda (Ideologia política) - Alagoas. 3. Eleição municipal - Maceió (AL). 4. Protagonismo - Mulheres. 5. Mulheres na política. 6. Feminismo. I. Título.

CDU: 94(813.5):396:32

**“Entre atentados, ataques morais e disputas memoriais: um olhar político acerca
do protagonismo feminino nas eleições de 1996 em Maceió”**

Dissertação submetida ao corpo
docente do Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovada em 29 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente
MICHELLE REIS DE MACEDO
Data: 29/05/2024 14:05:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Michelle Reis de Macedo (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
ANDERSON DA SILVA ALMEIDA
Data: 17/06/2024 22:57:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Documento assinado digitalmente
EDVALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Data: 02/07/2024 16:04:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Edvaldo Francisco do Nascimento (Examinador Externo)

Para minhas filhas, Milena e Elisa, com todo amor que
houver nessa vida.

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o processo eleitoral para a prefeitura da cidade de Maceió no ano de 1996, quando o segundo turno foi disputado entre as candidatas Kátia Born (PSB) e Heloísa Helena (PT). Para tanto, utilizamos como fontes documentos partidários, materiais das respectivas campanhas, matérias extraídas dos veículos de imprensa que cobriram aquele processo e técnicas de história oral, estas baseadas em entrevistas realizadas com alguns dos principais personagens que protagonizaram aquele processo. Partimos do pressuposto de que os eventos ocorridos em Alagoas no ano de 1996 constituem uma derivação encadeada de uma série de transformações sociopolíticas e econômicas, as quais se processavam no Brasil durante o processo de redemocratização. Com base nisso, fazemos uma análise da redemocratização ocorrida no Brasil, com ênfase no estudo da reabertura política, enfocando pontos como a Lei da Anistia, o pluripartidarismo e a campanha das “Diretas Já”. Evocamos assim o conceito de transitologia, a partir de análise de autores como Michelle Reis, Daniel Aarão Reis e Américo Oscar Freire. O objetivo central deste trabalho é compreender como tais mudanças no plano objetivo e subjetivo do imaginário popular possibilitaram a chegada ao segundo turno de duas candidatas mulheres, filiadas a partidos de esquerda, na capital de um estado tradicionalmente controlado por oligarquias ligadas ao setor sucroalcooleiro. Busca-se ainda entender de que forma aqueles eventos ocorridos no ano de 1996 impactaram qualitativamente a política alagoana, contribuindo para a ampliação da participação feminina nas esferas políticas institucionais. Para além da análise do quadro nacional, também enfocamos o quadro da deterioração econômica enfrentada pelo estado nos anos 1990, durante o terceiro governo de Divaldo Suruagy. Para tanto, utilizamos as contribuições de autores como Leda Maria de Almeida e Wibsson Ribeiro Lopes. Em um esforço para resgatar as biografias e trajetórias políticas das principais protagonistas, recorremos a entrevistas com personagens que compartilharam com ambas as candidatas a militância política e o próprio processo eleitoral no ano de 1996.

Palavras-chave: Política alagoana; esquerda alagoana; eleições municipais de Maceió; protagonismo feminino; mulher na política.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the electoral process for the city hall of Maceió in the year of 1996, in which the second round was disputed between the candidates Kátia Born (PSB) and Heloísa Helena (PT). For that, we use the methodology based on analysis of party documents, materials from the respective campaigns, articles extracted from the media outlets that covered that process and oral history techniques, based on interviews with the main characters who played the leading role in the event. We assume that the events that occurred in Alagoas in 1996 are a chained derivation of a series of sociopolitical and economic transformations, which were taking place in Brazil, during the process of redemocratization. Based on that, we make an analysis of the redemocratization that occurred in Brazil, with emphasis on the study of the political openness focusing on points such as the "*Lei da Anistia*" (Amnesty Law), the multiparty system and the direct elections campaign. We evoke the concept of transitology, giving voice to authors such as Michelle Reis, Daniel Aarão Reis and Americo Oscar Freire. The main objective is to understand how such changes in the objective and subjective plane of the popular imaginary, made possible the arrival to the second round of two female candidates, affiliated to left-wing parties, in the state's capital, traditionally controlled by oligarchies linked to the sugar-alcohol sector and how those events that occurred in 1996, impacted qualitatively, contributing to the expansion of female participation in institutional political spheres, beyond the analysis of the national framework, we also focus on the framework of economic deterioration faced by the state in the 90s during the third government of Divaldo Suruagy, for that, we use contributions from authors such as Leda Maria de Almeida and Wibsson Ribeiro Lopes. In an effort to rescue the biographies and political trajectories of the main protagonists, we used interviews with characters who shared with both political militancy and their own electoral process in 1996.

Keywords: Alagoas politics; Alagoas left; municipal elections of Maceió; female protagonism; women in politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do jornal Gazeta de Alagoas de 20 de agosto de 1996	81
Figura 2 – Capa da Gazeta de Alagoas de 11 de agosto de 1996	83
Figura 3 – Matéria da Gazeta de Alagoas de julho de 1996.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados da eleição para governo do Estado de Alagoas em 1994	49
Quadro 2 – Eleições para governador em Alagoas – 1986.....	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEU – Corrente de Esquerda Unificada

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DS – Democracia Socialista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PDC – Partido Democrático Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Psol – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

Ufal – Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	22
2.1. A transição sob controle do Regime Militar.....	22
2.2. A ascensão e a queda de Fernando Collor de Melo.....	35
3 O CONTEXTO ALAGOANO.....	41
3.1 A redemocratização em Alagoas e a formação do PT.....	41
3.2 A refundação do PSB em Alagoas.....	50
3.3 O papel de Ronaldo Lessa.....	52
3.4 A eleição municipal de 1992.....	62
3.5 Feminismo, crise econômica e declínio oligárquico.....	67
4 A ELEIÇÃO DE 1996	73
4.1 A Trajetória de Kátia Born	73
4.2 A eleição na perspectiva do PSB	83
4.3 A trajetória de Heloísa Helena.....	91
4.4 A eleição na perspectiva do PT.....	94
4.5 O atentado à casa de Heloísa Helena	102
5 CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

A ideia do trabalho e o olhar que filtrou o evento de 1996, objeto dessa pesquisa, deriva de minhas próprias vivências enquanto ser político. Em que pese o fato de não ter vivido os eventos pesquisados, eu os vivi de outras formas.

Quando cheguei em Maceió, no final dos anos 1990, Ronaldo Lessa governava o Estado e a atmosfera política que se respirava e ainda guardava profundos nexos causais com os eventos ocorridos em 1996. As minhas vivências como ativista do movimento estudantil da Ufal, me confrontavam periodicamente com esses personagens. Posteriormente, já filiado ao Psol, tive a oportunidade de conhecer e atuar politicamente com a ex-senadora Heloísa Helena.

Utilizar a técnica da história oral de modo a resgatar a memória desses personagens é, de certa forma, pensar tais memórias com a minha própria memória individual, de sujeito que vivenciou, ainda que ao meu modo, o momento.

No curso das reminiscências individuais se descortina lentamente uma memória coletiva. Halbwachs (1990, p. 16) traça esse panorama ao afirmar que: “Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo”. Uma pesquisa que pretende se apoiar na interpretação do passado mediante ao apelo das reminiscências individuais deve se perguntar, sobretudo, se essas memórias concordam no essencial e o que seria esse elemento essencial sem o qual não se alicerça a memória coletiva.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica que pretende elaborar uma sentença parcial do passado se assemelha a uma evocação. Nesse ponto, o elemento essencial é o binômio entre a sua própria impressão individual daquilo que se sucedeu com a impressão daqueles que protagonizaram os eventos.

A lembrança coletiva é essencialmente aquilo que se vivenciou de forma compartilhada. Não é possível compartilhar e encontrar elementos comuns na memória de interlocutores que vivenciaram experiências distintas no tempo e no espaço. O elemento que torna coletiva a memória não é, portanto, a convergência das opiniões a respeito do que se viveu, mas a horizontalidade da perspectiva. É, sobretudo, um olhar silencioso com o qual vários sujeitos se reconhecem como portadores das mesmas marcas como a dizer: nós já estivemos aqui, com outras roupas e outros corpos, mas já estivemos aqui antes e temos algo comum a dizer.

Contudo, os agentes que compartilharam uma experiência no tempo e no espaço não estiveram sozinhos. Estavam ali acompanhados de suas experiências anteriores. Olhavam o

mesmo horizonte, mas usavam lentes de aumento distintas, uma vez que a memória individual, de qualquer sujeito, está orientada por uma série de condicionantes.

Nessa esfera, é importante frisar que é impossível, para um ser humano, a retenção de todas as experiências vivenciadas. A evocação de memórias coletivas produz, muitas vezes, complementaridade nos esquecimentos individuais na medida em que se tece a narrativa; desse modo, é sobretudo porque essa história faz sentido para mim, que me propus a retirá-la do leito no qual ela repousava.

Certamente, se ela não consistisse em algo relevante para mim, nenhuma lembrança externa a mim respingaria algum sentido. Cabe mais uma vez a reflexão de Halbwachs (1990, p. 18) quando fala que:

[...] essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que não a descrevem poderão fazer um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança.

Ao dialogar com a proposta de interpretação mediante a técnica de história oral, é fundamental pensar qual papel e posição um determinado sujeito ocupou naquilo que se pretende evocar. Pode se dizer que a memória é amiga daquilo que fez sentido para ela. A memória retém aquilo que lhes foi significativo, ainda que tenha sido apresentada a um mosaico infinito de situações.

O desafio de se construir uma racionalidade descritiva no diálogo de memórias individuais reside exatamente na capacidade de situar o indivíduo no contexto histórico, no seu papel, aquilo que para ele tinha relevância e aquilo que, efetivamente, lhe fez sentido na experiência passada e vivenciada.

É, sobretudo, a técnica que deve pressupor a complementaridade das memórias individuais de modo a construir nexos no resgate da memória coletiva. Estivemos no mesmo lugar e compartilhando das mesmas experiências no tempo e espaço. Contudo, os sentidos estavam aguçados para micro eventos distintos que ali se processavam. Nesse sentido, a analogia que Halbwachs (1990) faz com a relação entre professor e alunos no exercício de lembrar as experiências vivenciadas no passado compartilhado é extremamente ilustrativa.

Vejam um professor que ensinou durante dez ou quinze anos em um liceu. Ele encontra um de seus antigos alunos, e mal o reconhece. Este fala de seus colegas de outrora. Ele recorda os lugares que ocupavam nos diversos bancos da sala de aula. Evoca muitos dos acontecimentos de ordem escolar que se produziram nessa sala de aula, durante esse ano, os sucessos de uns ou outros, as extravagâncias e as travessuras de outros, tais partes do curso, tais explicações que impressionaram particularmente

os alunos, ou lhes interessaram. Ora, é bem possível que, de tudo isso, o professor não tenha guardado nenhuma lembrança. Entretanto, seu aluno não se engana (Hallbwachs, 1990, p.18).

Lembrar é provocar em si mesmo e no outro o efeito do já visto. A existência humana é permeada por constantes discontinuidades; a experiência, no instante em que está sendo efetivamente vivenciada, revela uma força que pode ser neutralizada por experiências posteriores no curso de uma existência. Um exemplo concreto disso se deu no diálogo com três personagens que tiveram um papel fundamental nos eventos que suscitaram essa pesquisa.

Depois de ter sido prefeito de Maceió e ter canalizado sua energia para eleger sua sucessora na eleição de 1996, Ronaldo Lessa se elegeu governador e em muitos momentos da sua entrevista ele parecia querer conduzir sua memória para este momento, sem dúvida mais marcante em sua trajetória política.

Por sua vez, depois de ter sido derrotada na eleição de 1996, Heloísa Helena se elegeu senadora da República, fundou um partido político (Psol) e ficou em terceiro lugar numa eleição presidencial. Esses fatos pareciam permear suas memórias com um vigor imensamente maior do que a sua derrota para Kátia Born em 1996. Por outro lado, Kátia Born colecionou, após a sua passagem pela prefeitura de Maceió, uma série de derrotas eleitorais. A sua memória está em 1996, ali está o ápice de suas lembranças. Dos principais protagonistas daquela trama, Kátia foi a que mais falou, seu depoimento está rico em detalhes. Para ela, aquele momento tem um sentido diferente dos outros; trata-se de uma memória triunfalista, que, de certa forma, se dissipou com o tempo. Não há nenhuma lembrança depois daquela que se sobreponha em sua mente com o mesmo significado.

Um outro aspecto também a ser considerado é o envolvimento e a paixão com que os indivíduos vivenciaram os processos. Certamente, uma testemunha ocular de um evento pode descrevê-lo a partir de uma perspectiva diametralmente diferente daquele sujeito que o viveu de forma apaixonada. Os atores que disputaram o processo tendem a se recordar deles numa percepção emotiva, enquanto os atores que o vivenciaram com maior distanciamento acentuam em suas recordações uma visão mais global com menor carga emotiva. Não obstante, seria um equívoco desprezar tais percepções na medida em que a visão da plateia complementa a visão daqueles que efetivamente estavam no palco dos acontecimentos.

É também da ordem dos afetos o elemento que impulsiona a lembrança. Uma frase, um olhar, uma pequena negligência pode aparecer numa determinada memória e simplesmente desaparecer em outra. É comum em nossas existências, na medida em que nenhum fato soa com a mesma importância para todos os indivíduos que o vivenciaram.

Na ordem das relações afetivas, onde a imaginação desempenha importante papel, um ser humano que é muito amado, e que ama moderadamente, não é muitas vezes prevenido senão tardiamente, ou talvez não se dá jamais conta da importância que se atribuiu a seus menores expedientes, a suas palavras mais insignificantes. Aquele que amou mais lembrará mais tarde, declarações, promessas do outro das quais este não conservou nenhuma recordação. Isto não é sempre efeito de inconstância, da infidelidade, da imprudência. Mas ele estava muito menos engajado do que o outro nessa sociedade que repousava num sentimento desigualmente dividido (Halbwachs, 1990, p. 20).

Num dado momento da pesquisa, nos deparamos com uma afirmação feita por Ricardo Coelho, ex dirigente do PT. Ele reproduz ter ouvido de Ronaldo Lessa a promessa de apoiar Heloisa Helena para sua sucessão. Como interlocutor privilegiado do PT nas negociações com Lessa, aquela afirmação jamais teria se apagado de suas memórias.

Contudo, essa suposta promessa não reaparece em nenhuma outra memória evocada, até mesmo de membros do PT que não estavam diretamente envolvidos naquelas negociações e que apoiaram a candidatura de Heloisa. Isso pode ser uma evidência de que os sentimentos estão desigualmente divididos e que essa desigualdade também se impõe na evocação da memória. Como já dissemos anteriormente, a memória é amiga dos afetos. Ela tende a ser atraída como um ímã por eles.

A imanência é um movimento também descontínuo. Quem nunca se deparou com um sujeito para quem o presente se apresenta de forma infeliz a evocar no passado um tempo que infelizmente se perdeu, “eu era feliz e não sabia”. A tendência a se manter no presente em recusa a memória está diretamente relacionada com a positividade desse presente.

A rememoração abrangente do passado é um exercício mais confortável para aqueles cuja imanência não tem muito a oferecer, na medida em que o presente se apresenta como antítese de um passado glorioso. Em certa medida, podemos dizer que entre os protagonistas mais relevantes daquele momento, Ronaldo Lessa, atual vice-governador de Alagoas, é aquele para quem o presente se apresenta como algo mais próximo das vicissitudes daquele passado triunfal, ainda que seu papel atual na correlação de forças políticas do estado passe bem distante do poder e da influência política que teve nos anos 1990.

O apagamento do passado não está apenas relacionado com o distanciamento físico em relação a ele. Tem a ver, também com a nossa postura em relação a ele: quem fomos e quem somos agora?

Lembrar é um exercício indissociável da crítica. Quem lembra, lembra com orgulho, vergonha ou indiferença do papel que exerceu e todos esses sentimentos respondem ao que nos tornamos no tempo, ou seja, quem somos agora, no presente. Quão mais estranho esse passado

se torna, maiores são as possibilidades de lembrá-lo a partir de representações do presente. Esse anacronismo é uma força perigosa tanto para quem pergunta quanto para quem responde, tanto para quem acende a chama quanto para quem a usa no sentido de iluminar o passado.

Outro elemento que reforça o estranhamento é a atitude do sujeito em relação ao passado no qual ele esteve inserido. Se este passado se encontra referenciado no presente em forma de concepção de mundo, e até mesmo na relação com as mesmas pessoas e grupos, ele tende a permanecer mais vivo na cabeça do sujeito histórico. Por outro lado, se o sujeito se afastou dele rompendo com aquele grupo, com aquelas ideias e pessoas, ele tende a se diluir.

Na percepção durkheimiana, a memória individual encontra-se em larga medida subordinada à memória coletiva, uma vez que, a categoria fato social remete exatamente a sobreposição daquilo que está posto numa determinada sociedade sobre a formação do sujeito nela inserido. A memória individual é então tecida numa linha muito tênue de autonomia em relação às condicionantes coletivas. Deriva daí uma tendência do sujeito em encaixar suas memórias individuais num conjunto maior de memórias. Referenciar suas lembranças na lembrança dos outros, buscar nexos de concordância.

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (Durkheim, 1971, p. 11).

Em muitos momentos das nossas entrevistas, os nossos interlocutores buscavam na memória de outros um apoio para estruturar suas próprias memórias individuais. Tal movimento esteve muito presente na interação com a ex-senadora Heloísa Helena. Em muitos momentos, ao ser confrontada por determinadas questões, ela exibiu um desejo de ter acesso a percepção de outros personagens também entrevistados para, então, apoiar sua resposta; foram poucos os entrevistados que ousaram colocar uma visão radicalmente distinta a respeito dos questionamentos formulados, deixando transparecer que há uma espécie de acordo tácito e silencioso, pelo qual as memórias parecem convergir no essencial.

Todos os entrevistados convergem para a impressão de que a ascensão de Ronaldo Lessa foi determinante para o desfecho da eleição de 1996 e todas elas parecem convergir para o ponto de que o próprio fenômeno Ronaldo não teria existido sem o impeachment de Fernando Collor e o seu impacto em Alagoas.

Em linhas gerais, a motivação da pesquisa está muito mais assentada na necessidade de se jogar luz sobre um momento importante da história de Alagoas do que sobre o desejo de

contribuir para a solução de uma disputa em torno dessa memória. Esta não nos parece uma memória em disputa.

Podemos perceber que os atores que estiveram na proa dos acontecimentos históricos de 1996 reconhecem a sua importância, mas exibem certa fadiga em suas trajetórias; as lembranças não são permeadas por entusiasmo. Em certa medida, as posições que ocupam hoje, no cenário político, os colocam na condição de personagens que perderam a disputa na correlação de forças. Há, em todos eles, um lamento inconfesso, como há dizer em silêncio: “em que ponto erramos ou poderíamos ter feito mais?”

Existem estudos sobre os eventos ocorridos em Alagoas por ocasião do impeachment de Divaldo Suruagy, no dia 17 de julho de 1997; e sobre o impeachment de Fernando Collor em 1992. Contudo, esse trabalho se apresenta como inédito no meio acadêmico no que se refere à disputa entre Heloísa e Kátia nos anos 1990. Se faz importante lembrar que essa disputa está intrincada exatamente no meio equidistante entre a derrocada de Collor e o impeachment de Suruagy. Pensamos, com isso, estar preenchendo uma lacuna na historiografia alagoana. Felizes estaremos se este trabalho suscitar novas pesquisas sobre outros ou sobre o mesmo tema conduzindo, inclusive, a outras percepções. Desta forma, estarão colocadas as condições para uma “disputa de narrativas históricas” acerca dos eventos ocorridos aqui.

Há um movimento tácito, por vezes inconsciente, em apontar as características pessoais de personagens como Lessa, Heloísa e Kátia como fatores indissociáveis do ocaso e crise da esquerda alagoana. Ainda que tais fatores não devam ser subestimados, a nós, nos parece que há uma tentativa hiperbólica por parte de uma geração de ativistas de não fazer um balanço profundo dos fatores que levaram os setores progressistas em Alagoas à situação atual.

Em muitos momentos nossos entrevistados estavam inclinados a enxergar em Kátia, Heloísa e Ronaldo Lessa um traço em comum. Eles se referiam a um traço de vaidade por vezes definido com outros termos como personalismo ou messianismo, que estaria na base para o enfraquecimento de projetos coletivos que poderiam ter criado raízes mais profundas no imaginário popular. Aqui nos parece que a memória vaga em busca de uma explicação para um suposto fracasso. É como se a reminiscência atormentada buscasse um bálsamo para suportar e justificar o presente.

Todavia existem silêncios que se justificam pela coexistência entre os mesmos sujeitos que protagonizaram disputas no passado em espaços de alianças políticas compartilhadas no presente. Nessa perspectiva a memória tende a obstruir, naturalmente, um debate mais profundo

acerca de temas que poderiam reacender velhas rugas e ressentimentos, possivelmente, inconvenientes para o presente no qual esses sujeitos estão inseridos.

É conveniente para a maioria dos entrevistados não aprofundar o debate e tampouco oferecer respostas mais conclusivas acerca do episódio mais polêmico daquela campanha. Aqui nos referimos ao episódio dos tiros que foram desferidos contra a casa de Heloísa Helena e contra a sede do PT. A reacomodação das forças políticas e a nova correlação de forças fez com que antigos adversários e porque não dizer, inimigos, viessem a compartilhar as novas esferas de poder. Nesse caso, jogar luz sobre este episódio seria evocar na memória um debate que pode reacender polêmicas que não interessam aos interesses políticos atuais. Neste ponto, nos sentimos demasiadamente perto daqueles fatos, sobretudo ao perceber que muitas vezes o silêncio atende a conveniências e arranjos atuais.

Ao pensar sobre determinados silêncios, Pollak (1989) reflete sobre como judeus sobreviventes do holocausto optaram por uma descrição quanto ao tema, de modo a pavimentar uma reacomodação numa sociedade compartilhada entre eles e aqueles que, por ação ou omissão, tinham suas digitais naquela barbárie. Como estabelecer uma convivência segura e estável senão com base num silêncio convenientemente calculado?

O passado adormecido nas memórias daqueles que protagonizaram ou testemunharam os eventos ocorridos em 1996, memórias estas que foram reanimadas através dessa pesquisa, também vem ganhando espaço no debate público.

Recentemente o ex-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, em discurso proferido em Palmeira dos Índios¹, no agreste alagoano, reivindicou para si o pioneirismo na luta pela maior participação de mulheres na política, evocando o ano de 1996 e o processo eleitoral no qual as duas candidatas que disputaram o segundo turno estavam ligadas ao seu governo. Aqui estamos diante de um caso clássico no qual a memória é reanimada, pois se coaduna com aquilo que está colocado no presente. O sujeito que se dispõe a lembrar enxerga nesse passado o seu vanguardismo. Não há razões para se envergonhar ou tampouco silenciar sobre esse passado. Ao contrário, é através das façanhas do passado que se retira o extrato para sobrevivência política em tempos menos triunfais.

Por uma série de circunstâncias, a pesquisa esteve circunscrita a memória dos atores políticos alagoanos que vivenciaram os eventos de 1996. Todavia, em vários momentos procuramos demonstrar que os eventos ocorridos aqui não podem ser dissociados de um

¹ Assessoria. Ronaldo Lessa diz em Palmeira que a mulher precisa ter vez na sucessão municipal. Cada Minuto, 17/03/2024. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2024/03/17/ronaldo-lessa-diz-em-palmeira-que-a-mulher-precisa-ter-vez-na-sucessao-municipal>. Acesso em: 04 mai. 2024.

contexto mais amplo. Para tanto, discutiremos, na segunda seção dessa pesquisa, as transformações que se processavam no contexto nacional da transição para o regime democrático. Entendemos que a compreensão do que ocorreu em Alagoas estaria profundamente comprometida sem o debate nacional que repercute e se projeta nas transformações que se processaram também em Alagoas.

Infelizmente, as limitações que se impuseram diante de uma pesquisa que se iniciou durante a pandemia da covid-19 obstruíram a evocação de memórias que, a despeito de não fazerem parte da política alagoana, também vivenciaram a eleição de 1996. Foi o caso do ex-dirigente petista Breno Altman.

De passagem por Alagoas, neste ano de 2024, por ocasião do lançamento de um livro de sua autoria, Breno relatou a mim ter estado em Maceió no ano de 1996 na companhia de Davi Capistrano, outro dirigente petista. A sua passagem por Alagoas atendia a uma solicitação da direção nacional para acompanhamento do processo eleitoral que, surpreendente, escalava num clímax de intensa hostilidade. Segundo Breno, a candidatura de Heloísa Helena contrariava boa parte da direção nacional, para a qual, a candidatura de Kátia, naquele momento, era mais conveniente ao projeto do campo progressista nacional.

Contudo, o que aparece de maneira mais sólida nas memórias de Breno é a imagem de uma placa estampada no comitê da então candidata Heloísa Helena. Segundo ele, ali estava escrito: “Vote numa mulher de verdade”. Ao olhar de Breno e do outro dirigente que lhe acompanhava naquela tarefa partidária, aquilo parecia ser uma linha de campanha definida no sentido de questionar tacitamente a orientação sexual da adversária.

É sintomático que essa lembrança, presente nas memórias de um dirigente nacional do PT, tenha subitamente desaparecido da memória de quase todos os atores envolvidos naquele processo. A que se deve tal esquecimento? A questão da sexualidade de Kátia Born, e como esse tema foi tratado no processo eleitoral, só apareceram na memória da própria Kátia e em reportagem da Folha de São Paulo² que corrobora com o testemunho da ex-prefeita de Maceió. Ao serem indagados sobre essa questão, os outros entrevistados afirmaram que esse tema não foi objeto de nenhum tipo de debate no processo eleitoral, nem no sentido positivo nem tampouco negativo por nenhuma das candidaturas.

Aqui, nos parece que estamos diante de um caso clássico cujo esquecimento é produzido num limiar no qual os envolvidos querem se distanciar de uma suposta cumplicidade com uma

² SÁ, Xico. Advogado do PT questiona 'conduta sexual' da candidata do PSB em Maceió. Folha de S. Paulo. 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/14/caderno_especial/32.html. Acesso em: 04 mai. 2024.

linha de campanha de natureza radicalmente conservadora e, portanto, incompatível com uma campanha de esquerda.

O esquecimento se torna ainda mais profundo quando os personagens envolvidos se debatem com uma atmosfera política atual marcada pela ascendência de debates sobre identidades de gênero e orientação sexual que não estavam presentes na década de 1990, e com os quais parecem demonstrar certo estranhamento, como fica evidente no testemunho de Tutmés Ayran. Portanto, uma situação na qual memórias individuais se contradizem num todo pouco coeso, que acaba por fundar uma memória coletiva na qual se sobrepõe a ideia de uma campanha que, ainda que dura, transcorreu com respeito a determinados patamares civilizatórios pois, afinal, fora disputada por duas candidatas do campo progressista.

Admitir uma linha de campanha de natureza homofóbica significaria perder a batalha civilizatória do presente, no qual essas mesmas forças progressistas se debatem com a força social mais reacionária de nossa história contemporânea, traduzida na militância bolsonarista e suas vertentes religiosas personificadas nos movimentos neopentecostais.

Nesse ponto temos em relevo um elemento em disputa na medida em que as memórias se conflitam. A ideia segundo a qual a campanha para prefeito de Maceió no ano de 1996 transcorreria num sentido diverso de outras campanhas por conta da ausência das tradicionais elites na disputa foi um desejo que não se materializou em realidade.

Contudo, a memória que viaja do presente em direção ao passado parece querer se reencontrar com esse desejo sublimando a força real dos eventos que se sucederam. Não foram poucos os momentos em que eu próprio, como condutor da pesquisa, desejei encontrar nesse passado um processo idílico no qual os atores envolvidos debatiam a cidade enfatizando as questões programáticas. Todavia, as evidências que negavam essa idealização foram e permanecem sendo demasiadamente fortes, para que tais hipóteses se sustentassem. Todo aquele que se propõe a investigar ou até mesmo a compreender o passado deve ter em mente que é impossível extrair de memórias múltiplas uma interpretação única do que se sucedeu no passado, um consenso absoluto.

A esfera da memória coletiva sempre será uma arena de lutas e disputas. Escrever sobre história não pressupõe uma ação de arbitrar os conflitos entre memórias divergentes ou antagônicas. Toda e qualquer relação de arbítrio em relação ao passado deve ter conta que o passado, por si só, é uma dimensão inexistente, que só pode existir em forma de construção e que tal construção se precipita na única dimensão na qual a vida consciente se faz possível, o

presente. Tanto o historiador como os que foram convidados a evocar suas memórias estão aprisionados no presente.

A depender de todas as variáveis e de como se induz a evocação das memórias elas podem se expandir ou se atrofiar num movimento reducionista do passado. Nenhuma memória refletirá, tal qual um espelho, o passado. Contudo, a perspectiva poderá ser maior ou menor, mais clara ou mais turva, a depender de todos esses elementos.

No que se refere ao objeto dessa pesquisa, o passado está por irromper frequentemente o presente, sobretudo porque os principais protagonistas e coadjuvantes estão ativos na vida política e a participação da mulher na política ainda suscita muitas discussões.

Para concluir, é importante reafirmar que o debate da memória se insere num debate sociológico sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Esta pesquisa empreendeu um esforço no sentido de resgatar a memória coletiva e individual dos eventos ocorridos em Maceió no ano de 1996.

Ao recorrer predominante a técnica de entrevistas, temos em mãos um trabalho com ênfase na história oral. Ao longo das próximas páginas, o leitor vai se debruçar com fatos e narrativas extraídas de depoimentos colhidos com personagens que viveram intensamente aqueles eventos.

Sem formular um juízo a respeito do processo, o trabalho tem como objetivo trazer os eventos para o centro do debate historiográfico, contribuindo para o preenchimento de uma lacuna, uma vez que, vários pesquisadores têm se debruçado sobre os eventos que sucederam antes e principalmente depois daquela eleição de 1996.

O trabalho foi desenvolvido em cinco seções, iniciando com essa introdução. A segunda seção trata do desenvolvimento de temas importantes para contextualização do problema, partindo da redemocratização no Brasil.

Nesse ponto, a pesquisa dialogou com importantes trabalhos desenvolvidos por Macedo (2015), Reis (2014), Ferreira e Neves (2018, 2019), enfocando o conceito de transitologia para discutir os diferentes projetos que se colocaram diante da sociedade brasileira, no período de transição do regime autoritário para a restauração democrática; é precisamente dentro dessa transitoriedade, que aprofundamos o debate sobre o fim do bipartidarismo, o debate em torno da Lei da Anistia, o surgimento do novo sindicalismo brasileiro no ABC paulista, a campanha das “Diretas Já”, e a ascensão e queda de Fernando Collor de Melo.

Na terceira seção, nos propomos a analisar a redemocratização no contexto alagoano. Para tanto, recorreremos à memória dos principais protagonistas do processo de redemocratização

em Alagoas, a partir da compreensão do processo histórico que resultou na formação do PT e do PSB em Alagoas.

A quarta seção se dedicou a relatar sobre como se desenvolveu o processo eleitoral a partir da perspectiva do PT de Heloísa Helena e do PSB de Kátia Born, eleita naquele pleito. E a última seção são as conclusões dessa pesquisa.

Para compreender os processos que desencadeiam o desenvolvimento dessas seções, recorreremos a entrevistas com historiadores, agentes partidários e pesquisadores.

Ao término de nossos estudos, apresentamos nossas conclusões a partir do olhar consciente de que, por se tratar de um relato de memórias, a amplitude das suas contradições tende a delinear diversos olhares e conclusões. Desse modo, dedicamo-nos a dizer que o desenvolvimento dessa pesquisa não se destina a atribuir um selo de autenticidade a essas memórias; muitos dos personagens envolvidos continuam sendo protagonistas do debate político e como tal, de alguma forma, resgatam as suas memórias de modo a validar as suas ações políticas no presente.

Somos enfáticos quando afirmamos que o que trazemos aqui enquanto conclusão reflete uma possibilidade, pois não nos ausentamos da responsabilidade de permitir ao leitor um olhar conciso, curioso e, principalmente, questionador. Revalidamos, assim, nossa intenção de compreender a história como algo maior que mera narrativa, mas um contínuo processo questionador que acaba por descortinar janelas e, conseqüentemente, lançar novos olhares, posto que a história é um fazer constante.

2 A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

2.1 A transição sob controle do Regime Militar

O termo redemocratização não foi usado no Brasil apenas na década de 1980. É bom lembrar que para além da palavra, as ações de democracia, ou o seu retorno, já estiveram presentes em anos anteriores. Em 1945, depois de 15 anos da Era Vargas, iniciou-se um movimento para o retorno da democracia. No entanto, existia uma disputa de vontades, pois surgiu também o grupo dos queremistas, que defendiam a permanência de Getúlio Vargas no governo. De fato, é interessante comparar as articulações e os enredos no intervalo de poucos mais de 40 anos. Os historiadores Ferreira e Neves (2019) organizaram o livro “O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática”, e nessa obra o historiador escreveu sobre a transição democrática de 1945 e o movimento queremista:

Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das “diretas já”, o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder (Ferreira, 2019, p.15).

O autor compara três eventos: Aliança Nacional Libertadora de 1930, redemocratização de 1945 e as “Diretas Já”, de 1985. Ambos os processos democráticos (de 1945 e da década de 1980) estiveram buscando o fim das ditaduras vigentes. No entanto, quando caiu a ditadura do Estado Novo, em 1945, o ditador Vargas foi prestigiado por uma grande parcela da classe de trabalhadores, a qual, surpreendentemente, esteve nas ruas exaltando o nome de Getúlio e não das siglas democráticas da época.

O movimento queremista era composto por homens e mulheres humildes, que, demonstrando indignação e batendo panelas, protestavam contra os grupos universitários que pediam a redemocratização. O queremismo esteve nas ruas das principais cidades do Brasil, causando surpresa para aqueles que defendiam o retorno da democracia. Sobre esse ato, a historiadora Macedo (2013, p.39-40) conta que:

De acordo com notícias da imprensa, uma “malta de embriagados”, supostamente armados com cassetetes e pedaços de pau embrulhados em jornais, avançara contra os universitários, gritando: “Abaixo os estudantes!”, “Abaixo o PRP!”, “Nós queremos Getúlio!”, “Viva os trabalhadores!” [...] O episódio do dia 2 de março, em São Paulo, não foi único, mas o primeiro de uma onda de conflitos de rua entre as forças estudantis ligadas a UNE, adeptos da campanha pró-Eduardo Gomes, e trabalhadores

fiéis ao presidente Getúlio Vargas. Outras cidades também serviram de palco para esses embates.

Existiam questionamentos acerca das motivações de um grupo de pessoas preferir a permanência de um ditador ao retorno da democracia. Vale ressaltar que havia crises na ditadura no país, e os democratas afirmavam que Vargas seria o articulador/manipulador do movimento. Existia uma oposição contra o retorno da democracia? Ou a “gratidão” por Getúlio Vargas superara as boas novas democráticas? São questionamentos os quais merecem a reflexão.

Na década de 1980, a emenda do Deputado Dande de Oliveira, propondo eleições diretas para presidente da República, não foi aprovada no Congresso Nacional. Vale elaborar um diálogo com as duas épocas, nas quais a volta da democracia não foi facilitada por motivos diversos. Só existe redemocratização porque em algum momento da história a democracia esteve ameaçada e depois foi descartada.

A ditadura civil-militar que iniciou em 1964 aconteceu depois do breve período democrático que houve após os 15 anos de Getúlio Vargas no poder. Para se falar na redemocratização no Brasil, portanto, é preciso analisar os contextos da década de 1980. No período que se iniciou com o processo da Anistia em 1979, até as eleições direta para presidente da República em 1989, grandes acontecimentos nos campos políticos, sociais e culturais aconteceram.

Antes de mencionar os anos de 1980 e seus fatos, bem como a redemocratização propriamente dita, é importante mencionar o processo da Anistia que aconteceu em 1979. Esse processo esteve carregado de significados e pautas a serem debatidas, por exemplo, sobre o esquecimento, se estaria bem usar o método para seguir o país rumo ao retorno da democracia. É válido ressaltar que durante o final da década de 1970 e 1980, por toda a América Latina, houve um intenso movimento de redemocratização. Sobre esse processo, Rodeghero (2019, p. 440) escreveu que:

A anistia foi bandeira de luta levantada por diferentes atores políticos de oposição ao longo da ditadura, mas especialmente no final da década de 1970, e era vista como um dos passos para a “reconquista das liberdades democráticas”. Na forma como era preconizada pelos movimentos, deveria ser acompanhada pelo desmantelamento do aparato repressivo, pelo fim da Lei de Segurança Nacional, pela apuração dos casos de torturas, morte e desaparecimentos e responsabilização dos culpados, pela conquista de liberdade partidária, sindical e de greve.

O processo da anistia é introdutório à redemocratização, mas, ao mesmo tempo, esteve em pauta no debate sobre a relação com a memória. Anistia para quem? Todos? Como elaborar um esquecimento coletivo? Afinal, as formas sobre o esquecimento deveriam estar em análise.

A historiadora Rodeghero (2014) dialoga com Ricoeur sobre essa problemática. Em seus estudos, o filósofo estabelece um mecanismo de crítica que envolve memória, esquecimento, perdão, reconciliação, os vários usos do passado e a anistia. Existe o esquecimento de diversas formas, por exemplo, o libertador, que trabalha a memória.

Durante o processo da Anistia foram mencionados os esquecimentos dos crimes de repressão. A oposição tinha a consciência de que o Estado cometeu crimes, e que o esquecimento não era o melhor caminho para a volta da democracia. O esquecimento foi, portanto, denunciado; a ideia de anistia para todos esteve nas pautas das denúncias, e esse mecanismo fortaleceu o retorno da democracia. As discordâncias sobre a anistia de 1979 existem e existiram, não devendo ser negada esta luta contra o estado opressor

O processo da abertura política no Brasil estava incluído também o retorno dos partidos políticos. As siglas partidárias as quais traduzem o plural de ideias e resultando no pluripartidarismo são elos do renascimento da democracia. Nesse renascimento, é interessante conceituar e analisar qual a função de um partido. Para o historiador Bernstein (1996, p.60), o partido é um lugar de mediação política.

De fato, é evidente que não se pode considerar o homem como sendo originalmente um animal político; sozinho, ou em sociedade, ele sente necessidades e aspirações que lhe concernem diretamente, a ele mesmo ou à sua família, e que se situam no nível estrito da existência cotidiana.

O homem precisa da mediação para o direcionamento nas pautas políticas do cotidiano, e em um estado democrático é evidente essa aspiração. Mas o direcionamento político responde a função da existência de um partido, ou o seu retorno? No texto de Freire (2014, p. 290), ele fez alguns questionamentos sobre a importância de um partido

Como os governos militares viram ou perceberam os partidos políticos no âmbito do regime? Desdobrando a questão, poderíamos ainda indagar: é possível estabelecer conexões entre uma nova concepção de partido político e a introdução do bipartidarismo no país? E, para finalizar, uma última e inevitável questão: superada a experiência bipartidária, quais foram as bases da implantação do “pluripartidarismo moderado” no país nos anos 1980?

O autor responde essas perguntas no decorrer do artigo, mas uma questão chama atenção: Quais foram as bases para a implantação do pluripartidarismo? A resposta deve ser dupla, pois os partidos foram proibidos em uma ação da ditadura no Ato institucional número 2 (AI-2), o qual extinguiu todas as siglas e criava a ARENA e o MDB. Tratava-se de um mecanismo pelo qual a ditadura explanava o desejo de silenciar a sociedade através do controle

e restrição das agremiações partidárias. Posteriormente, o autor, cita a inflexão ocorrida no início dos anos 1980, no cenário político brasileiro, o que acarretou a formação de novos partidos.

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir (Berstein, 1996, p.61).

Para um ambiente democrático a existência do partido é necessária para as mediações e os conflitos de ideais cabíveis para a “regra do jogo” democrático. O tempo antes de 1964 não foi igual a reabertura política nos anos de 1980, logo as linguagens foram atualizadas para o momento e as intenções políticas dos pleitos eleitorais.

A despeito da importância inegável do movimento das Diretas Já! que ocorre em um momento em que a Ditadura Militar brasileira já exibia plenos sinais de fadiga, podemos dizer que a transição do regime ditatorial para o regime democrático no Brasil foi precedida por uma série de contradições que dialeticamente se articulavam no interior do mesmo bloco histórico estabelecido após o Golpe de 1964. Deriva disso uma convicção presente nas pesquisas de muitos historiadores e cientistas sociais, segundo as quais essa transição teria prescindido de grandes movimentos de massa e até mesmo de uma ruptura violenta. Operava-se aqui aquilo que Lamounier (2014, p.288) descreveu como “*transições não violentas*” ou “*pactuadas*”.

De modo algum, queremos com isso ensinar a ideia de que não houve pressões externas que incidiram sobre o regime de modo a lhe fragilizar. Contudo, o que observamos a partir da aceitação dessa premissa é que os principais pilares que sustentavam o regime permaneceram erigidos até a metade dos anos 1980 e em alguns casos, só foram efetivamente desmontados já durante a formalização da restauração do regime democrático. Sendo assim, podemos então concluir que os operadores do regime mantiveram o controle sobre a transição, condicionando o ritmo da abertura e a sua amplitude.

Ao afirmar que os operadores do regime mantiveram o controle condicionando o ritmo e a amplitude da abertura política, estamos afirmando que a retomada do pluripartidarismo no início dos anos 1980 era parte da estratégia posta em prática pelo regime com vistas a não perder as rédeas do processo de abertura e, ao mesmo tempo, exerceu o protagonismo na arquitetura

das novas instituições democráticas que viriam a substituir os dispositivos autoritários que haviam sido implantados ao longo de toda uma permanência dos militares no poder.

A permeabilidade para criação de novos partidos pondo fim ao longo ciclo de bipartidarismo que havia sido estabelecido através do Ato Institucional nº 2, sancionado em 1965, dava ao regime o controle para estabelecer os limites e critérios que iriam balizar a criação de tais agremiações partidárias e ao mesmo tempo direcionava ou escoava as insatisfações populares para o debate institucional capitaneado pelos partidos nos processos eleitorais. Ao funcionar como escoadouros da agenda que estava posta durante o processo de transição, os partidos políticos acabaram por criar uma blindagem em torno do próprio regime, legitimando-o como condutor da reabertura política.

Que elemento nos permite apontar que os partidos políticos desempenharam um papel de blindagem do regime militar, consolidando-os como legítimos condutores do processo de reabertura? Ao examinar a legislação que circunscrevia a criação e o funcionamento dos partidos políticos durante o regime militar, Freire (2014) identifica que as agremiações partidárias eram tipificadas como pessoas jurídicas de direito público interno, o que dava ao regime o direito de normatizar o funcionamento dos partidos, de modo a depurá-los de elementos radicais e mantê-los rigidamente nas rédeas da institucionalidade.

Um ponto importante para se avançar nesse tema diz respeito à definição do estatuto dos partidos políticos, consignados na legislação como “pessoas jurídicas de direito público interno”, fazendo com ficassem sujeitos à norma legal aprovada pelo Congresso Federal – as chamadas Leis Orgânicas. Nesse caso em particular, o regime militar seguiu a tradição advinda da Era Democrática (1945-1964), ainda que tenha se valido dessa situação para fixar em lei um conjunto bastante detalhado de dispositivos que terminou por tolher sobremaneira a liberdade de organização interna das agremiações (Freire, 2014, p. 290).

De modo nenhum pretendemos com isso confundir o leitor, visando introjetar em seu imaginário a ideia de que havia uma absoluta homogeneidade programática e ideológica, entre os partidos políticos, transformando-os apenas em siglas que coadunavam em torno das mesmas propostas e objetivos. Contudo assumimos a premissa compartilhada por Freire (2014) de que o regime utilizou os dispositivos jurídicos que estavam ao seu dispor para delimitar o escopo das organizações partidárias, esvaziando conteúdos de caráter radical que poderiam canalizar o processo de redemocratização para a arena das ruas, fazendo com que o regime perdesse o controle sobre a condução da reabertura política.

Um exemplo bastante elucidativo quando tratamos dos limites estabelecidos pela legislação para a criação e funcionamento dos partidos políticos era a proibição à vinculação

com partidos ou governos estrangeiros, na prática, esse dispositivo tinha o efeito de manter na ilegalidade os partidos comunistas que se assumiam como partes de um sistema internacional que pregava e defendia a revolução socialista em escala mundial.

Observa-se também que toda legislação partidária implementada durante a ditadura militar se baseava em dispositivos estabelecidos pela Constituição de 1946, quando então vigorava um regime democrático, até por conta disso, era bastante comum a existência de elementos que procuravam apresentar os partidos como legítimos fiduciários da democracia, mesmo estando em plena vigência de um regime autoritário.

No artigo 5º, uma nova proibição no mesmo sentido, a saber: “É vedado o funcionamento de qualquer partido cujo programa contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.” Cabe a observação que, uma vez mais, o regime militar baseia-se em regra estabelecida no regime anterior (Decreto Lei 9.258, de 14 de maio de 1946) (Freire, 2014, p. 291).

A decretação do Ato Institucional Nº 2 em 1965 estabeleceu a extinção dos partidos políticos que atuavam no Brasil, a sanção de um decreto excêntrico, um ano após o estabelecimento de um regime que prometia, dentre outras coisas, o reestabelecimento de eleições presidenciais em um curto período, se explica pela derrota vexatória que os candidatos apoiados pelos governos sofreram na eleição para os governos estaduais, realizada naquele ano.

Naquele contexto, ganhava relevo a ideia de endurecer o regime, limitando o número de partidos, a sua discricionariedade e gradualmente ir esvaziando o calendário eleitoral em quase todas as esferas de poder. Com as regras draconianas que foram estabelecidas pelo Ato Complementar Nº 4 ao Ato Institucional Nº 2, acabou se pavimentando o caminho para o estabelecimento do bipartidarismo que aceitava apenas o funcionamento de duas agremiações partidárias: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), composta por políticos que apoiavam o regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formada por aqueles que faziam oposição institucional aos militares no poder.

As mesmas regras não só foram mantidas como até mesmo recrudesceram na Constituição de 1967 e em regulamentações posteriores, como a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971, que ao estabelecer cláusulas de desempenho para os partidos, praticamente sedimentou o sistema bipartidário que havia sido implementado em 1965.

Em sua maioria as eleições realizadas durante a ditadura militar transcorreram tendo como pano de fundo esse arcabouço jurídico que só começa a ser desmontado no final dos anos 1970, quando as próprias contradições internas entre os principais atores que respaldaram o regime começaram a entrar em rota de colisão.

Havia objetivamente uma artificialização na relação entre o Estado, os partidos e o próprio processo eleitoral, que tinha como objetivo, a princípio de conferir uma roupagem democrática, a um regime autoritário, permeado de exceções.

Resta evidente que o regime instituído no Brasil em 1964 não logrou mão de uma estratégia de governar sem partidos. Nem tampouco, impulsionou a sua base social a criar um partido de massas similar aos partidos de cunho nazifascistas. Ao rejeitar a ideia de unicidade partidária, ficou claro que o regime pretendia operar e se equilibrar em uma coexistência tênue entre o autoritarismo e uma roupagem liberal que se materializaria em algumas garantias constitucionais que diluídas na prática real das relações sociopolíticas, foram muitas vezes solapadas pelos famosos Atos Institucionais.

Com base nessa premissa, é possível compreender as razões pelas quais o governo militar brasileiro nem de longe formulou qualquer teoria nova quanto ao estatuto ou quanto às funções dos partidos no âmbito do sistema político. Para o regime ditatorial, o que estava e esteve em jogo era algo bem mais objetivo e concreto, qual seja, o de formar e manter uma sólida base político-partidária, seja através da UDN e do PSD, seja depois através da Arena e do PDS. *Pari passu*, tratar de excluir da cena política legal as forças de esquerda consideradas antidemocráticas e populistas, além de manter os comunistas na ilegalidade (Freire, 2014, p. 293).

Freire (2014) sustenta que o regime militar buscou através da manutenção de uma roupagem liberal um reconhecimento ou até mesmo uma legitimidade no plano internacional. Não obstante, devemos pontuar que o regime bipartidário tinha raízes profundas em importante democracias ocidentais com destaque para os EUA e a Inglaterra.

A periodicidade de eleições no plano legislativo também respondia a esse binômio que buscava conciliar autoritarismo com roupagem liberal. Todavia, para além disso a realização de eleições também funcionava como termômetro através do qual o regime buscava mensurar a sua aprovação e a assimilação de suas políticas. O resultado eleitoral era balizador para a manutenção ou interrupção de determinadas políticas.

O resultado também determinava a compressão ou eventual relaxamento do regime. Em outros termos, podemos dizer que a eleição era a bússola através da qual o regime buscava orientar sua atuação frente a sociedade. Convém lembrar que os militares tomaram o poder em 1964 em defesa da democracia frente à possibilidade de sua usurpação por um levante comunista. As constantes menções que eram feitas à democracia em decretos de caráter nitidamente autoritários reforçavam a necessidade estratégica de manutenção do calendário

eleitoral, ainda que preservando apenas as eleições legislativas além da manutenção de sistema partidário e representativo.

Temos aqui um caso no qual o público, ou melhor, o eleitor era ouvido com certa periodicidade, mesmo que sua escuta fosse subsídio para que o regime operasse algo totalmente contrário a sua demanda, mas até para isso, era importante entender o estado de humor da sociedade em relação ao regime. Sempre que o eleitor emitia, através do voto, sinais de insatisfação, era necessário engendrar mecanismos para que essa insatisfação não fosse canalizada para movimentos mais radicais de contestação.

As insatisfações deveriam ser filtradas e de alguma forma traduzidas em políticas de contenção de danos e reforço de autoridade. Admitindo que os processos eleitorais funcionavam como termômetros para os governos militares, devemos concluir que o regime não estava alheio aos recados emitidos pelo eleitor. A leitura desses recados permitiu aos intérpretes do regime decifrarem que a manutenção do sistema bipartidário engendrava uma lógica plebiscitária perigosa que fortalecia o MDB na medida em que o eleitor via nele o único escoadouro para suas demandas e insatisfações.

Parte da literatura historiográfica que abordou o período de transição naquilo que se convencionou chamar de campo da transitologia, privilegiou a ideia segundo a qual, a extinção do bipartidarismo deriva exatamente dessa percepção da nova estratégia que visava enfraquecer o MDB estimulando a sua fragmentação e a consequente divisão das oposições.

No plano estritamente partidário, a proposta do governo, como se pode perceber com os dados acima apresentados, foi no sentido de permitir a criação de alguns novos partidos, talvez cinco ou seis, mantendo o veto político à reorganização dos Partidos Comunistas (Freire, 2014, p.298).

Isso certamente impactou a estratégia de abertura com centralidade no protagonismo dos partidos e do calendário eleitoral. Podemos especular, sem um vaticínio definitivo, que esses imbróglis internos fizeram com que os proprietários militares perdessem parcialmente o controle sobre o processo de abertura no início dos anos 1980.

Percebendo os recuos e incongruências parte da sociedade civil canalizou para as ruas o processo, resultando na ascensão de um grande movimento de massas em 1984, a campanha das Diretas Já. Nesse período, o presidente Figueiredo já se encaixava literalmente na definição norte-americana de Pato Manco.

Sua legitimidade havia sido solapada pela crise econômica e pela incapacidade de incidir sobre o processo de reabertura. A ausência efetiva de governo criava uma situação de semianomia que colocava em risco a estratégia para redemocratização desenhada pelo regime

que já havia pavimentado o caminho para que os partidos e consequentemente os políticos conduzissem a reabertura de forma segura e gradual. Contudo, como já dissemos, essa relação se dava num contexto hierárquico no qual os partidos deveriam seguir um roteiro previamente desenhado pela cúpula militar.

Ocorre que as fissuras internas entre os militares e a fragilidade do governo Figueiredo abalaram a estrutura traçada canalizando o processo para um cenário no qual os partidos e seis principais dirigentes passaram a ter uma ampla autonomia. Podemos afirmar que a partir de 1983 eles passaram a ser os verdadeiros condutores do processo e o processo de interlocução com a cúpula militar passou a ser cada vez mais débil.

Cabe aqui lembrar que esses dirigentes políticos que passam a operar com grande autonomia o processo de reabertura se converteram nos grandes e verdadeiros protagonistas do início da nova República. Havia, naturalmente, entre eles, divergências políticas e ideológicas, contudo estavam comprometidos com a ideia de não permitir um retrocesso brusco no processo de reabertura política.

Como é todo sabido, na política formal, como na guerra, não há espaços vazios. Os que batem em retirada, com maior ou menor dignidade, são acompanhados e vigiados de perto pelos novos ocupantes do território. No caso da transição política brasileira, há razoável consenso entre os analistas de que o ponto de inflexão foram os dois últimos anos do governo Figueiredo – 1983-1985. Para autores como Francisco Carlos Teixeira da Silva, por exemplo, foi naquela conjuntura que, diante da inação governamental, “os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura.” (grifo meu). E prossegue: “Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, se unem para evitar retrocessos e rupturas” (Freire, 2014, p.299).

Personagens como Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Brizola, Miguel Arraes, Tancredo Neves, Aureliano Chaves e José Sarney foram protagonistas do último momento da transição e continuaram sendo protagonistas, a exceção de Tancredo Neves, na Nova República.

Para finalizar, cabe uma análise sobre como se conformou o quadro partidário com o retorno do Pluripartidarismo no Brasil. A antiga ARENA se diluiu no novo PDS. O novo partido buscou de muitas maneiras se dissociar do regime ditatorial e em especial do governo Figueiredo. Os resultados obtidos comprovam que a estratégia não foi bem-sucedida.

Parte dos seus membros mais importantes iniciaram um processo de ruptura em direção a Frente Liberal. A indicação e posterior derrota de Paulo Maluf selaram o destino da agremiação que, a partir daí iniciou um longo caminho de inanição e perda de protagonismo.

As “Diretas Já!” considero um movimento vitorioso mesmo não tendo sido aprovado no congresso nacional. As manifestações expressando o desejo democrático. As manifestações exigem uma explicação, mesmo fazendo parte do curso da redemocratização. Araújo (2015, p. 6) levantou um questionamento antes de começar um debate sobre o movimento das Diretas

A questão central do trabalho gira em torno de levantar informações que subsidiem o seguinte debate: Como se deu o processo de formação desse movimento que atraiu para si tanta repercussão e conseguiu por sua vez, movimentar de forma sem precedentes o cenário político brasileiro?

Houve de fato movimentos contantes no cenário político com as manifestações, os partidos se movimentaram, os personagens políticos também. A sociedade civil estava em cena travestida nas várias nuances políticas e colocando suas vozes nas ruas. Era a sensação de que os 21 anos de golpe estivesse indo embora, e uma luz no fim do túnel atrelada a esperança chegasse no país. As manifestações eram gritos de gerações, e não apenas de um indivíduo, mas sim de causas e esperança de uma sociedade. As manifestações foram um conjunto de debates e fortalecimento da soberania popular. O fortalecimento do povo ficou visível com a instrumentalização de ir às ruas colocando em prática o ideário popular, demonstrando representatividade política, e uma base de forças pra exigências políticas e sociais. Talvez seja necessário ser redundante em afirmar que mesmo com a derrota no congresso, a existência das manifestações nas ruas foi de fundamental importância.

A campanha das Diretas Já nasce então no bojo da crise e saturação desse sistema com o adensamento da crise econômica que se abateu sobre o Brasil à partir de 1974 e se intensifica com a recessão econômica de 1981. Para Delgado (2007) somado à crise percebíamos um “aparelho estatal brasileiro bastante fragmentado” e uma “autoridade do presidente bastante limitada” o que somente avivava a crise que se estabelecia e levava a uma erosão cada vez mais intensa do sistema. Assim é possível inferir que a campanha das diretas se deu como produto de uma série de manobras intersetoriais consequência direta de um contexto ampliado de conflito diante de uma conjuntura de grave crise política, principalmente a partir de 1983 (Araújo, 2015, p. 11).

Existia um contexto de anos que desencadeou nas ruas com a campanha das Diretas Já. Os setores populares perseguidos durante a ditadura civil-militar perceberam nas manifestações a oportunidade para organizar e reorganizar os grupos pertencentes. O campo fértil estava se formando para a sociedade civil entrar em ação, o autor mencionou que

O movimento das Diretas Já tem início então com a mobilização de grupos ligados a artistas, trabalhadores sindicalizados e a grupos ligados a entidades católicas, assim podemos iniciar citando a organização da União Brasileira de Teatro que a 24 de novembro de 1983 começam a colher assinaturas pró-diretas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a essas primeiras manifestações seguiu-se o primeiro grande

encontro popular da campanha no dia 27 de novembro de 1983 no Pacaembu em São Paulo, promovido por PT, PMDB e PDT e mais a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, CUT, Conclat, UNE e outros, num total de 70 entidades envolvidas na organização do evento sob a bandeira das “Diretas Já” e a favor da solidariedade entre os povos latino-americanos (Araújo, 2015, p. 16).

Existia uma variação de grupos, classes, artistas e anônimos na mobilização. A rua virou uma grande rede social de comunicação, ideias, e protestos carregados de esperança. O que seria esperança para uma geração que estava há anos sem escolher um presidente? Será que as pessoas nas ruas sabiam por que estavam gritando? Talvez para algumas pessoas tivesse sido a primeira participação realmente democrática na vida. Mas existia também quem já outrora testemunhou atos democráticos, defesa de políticas públicas e o direito de votar em algum candidato.

A emenda em questão é a proposta por Dante de Oliveira, que aguardava sua aprovação coincidentemente no período em que se intensificou a crise, mas, não fosse a proposição dessa emenda, o caminho para a mudança do processo eleitoral poderia ter encontrado, e certamente encontraria, entraves para seu progresso, tanto jurídicos quanto, e principalmente, políticos. Da mesma maneira, não fosse todo o processo de mobilização em torno do movimento Diretas Já, a proposição de tal emenda não encontraria qualquer possibilidade de ser aprovada e tampouco de ser discutida de forma séria dada as correlações de forças em vigor no parlamento (Araújo, 2015, p. 18).

A frustração da não aprovação da emenda Dante de Oliveira poderia ter causado um desanimo total, mas as sementes da liberdade que foram plantadas estavam em crescimento para colheitas futuras do campo democrático. Percebemos que a ideia do parlamentar Dante de Oliveira e as mobilizações nas ruas alimentaram o processo de abertura política. Fez parte da soma com o pluripartidarismo. O governo não tinha mais a força de repressão para conter as manifestações, logo articulou para derrotar a ideia de eleições diretas no Congresso.

Embora tenha sido “ignorado” pelo governo que preferiu não se manifestar de forma explícita quanto à manifestação e nem tampouco esboçar qualquer reação de contraposição ao movimento, tal reação não passou em branco e foi interpretada, a despeito da indiferença que tentou repassar, como um indicativo da absoluta falta de controle sobre os caminhos que tomavam o movimento e explicitavam a situação política em que se encontrava o Planalto (Araújo, 2015, p. 21).

Efetivamente podemos entender a campanha das diretas como a consequência de um processo mais abrangente no qual as próprias forças sociais que haviam sustentado o golpe de 1964 colidiam em torno de interesses que não mais convergiam para a manutenção do regime. Parte considerável do empresariado nacional vinculado à indústria e ao comércio via seus interesses sendo solapados num contexto de recessão econômica. O embate entre esses atores social fez com que o regime perdesse o controle sobre o ritmo no processo de abertura política

fazendo com que parte das energias fossem canalizadas para setores diversos da sociedade sobre os quais o poder de controle era infinitamente menor em ritmo e contundência.

A emenda não sendo aprovada, o Congresso Nacional votou para escolher o próximo presidente do Brasil. Nas eleições indiretas o escolhido foi Tancredo Neves.

Assim, a derrota das Diretas Já acabou por ser também, e paradoxalmente, um exercício de aprendizagem e um evento impulsionador do movimento pela Constituinte Já. Naquele momento, a ideia de uma nova Assembleia Nacional Constituinte tornou-se um ponto-chave da repactuação social em torno da Aliança Democrática e da eleição de Tancredo Neves e de José Sarney para a Presidência e Vice-Presidência da República. Não por acaso, Tancredo Neves, já em seu primeiro discurso como presidente eleito, reafirmaria a necessidade, no país, de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana (Versiani, 2013, p. 73).

Tancredo Neves não precisou assumir a presidência para defender que o Brasil necessitava de uma nova constituição. Essa iniciativa irrompeu iniciativas no país para a criação de movimentos sociais para o incentivo de uma elaboração de uma constituição, mas com a participação popular.

O historiador Reis (2014), no livro “Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010”, organizado por ele, escreveu sobre a vida política no Brasil durante esse recorte cronológico. Explana sobre os governos da ditadura-civil militar e a transição democrática, até a democracia no Brasil ser restabelecida. O autor aborda os motivos pelos quais considera o período de 1979 a 1988 como período de redemocratização, descartando as ideias de que ainda seria ditadura ou já seria uma democracia. Ele menciona que alguns estudos apontam que a ditadura acabou em 1985, com a posse do presidente José Sarney, ou que o fim do período militar esteve atrelado à promulgação da constituição em 1988. Reis (2014) considera exagero entender que em 1988 ainda existia uma ditadura militar no Brasil, mas também compreende que não exista uma democracia. Ainda era visível o “entulho” autoritário da ditadura, mas não capaz de substituir o estado democrático de direito. Logo o termo mais apropriado para definir o momento é o de transição democrática.

É interessante observar as controvérsias sobre o fim da ditadura no Brasil: 1979? 1985? 1988? Evidenciam o caráter “transicional” do processo. Iniciado no governo ditatorial de Geisel (1974 – 1979), como a “abertura lenta, segura e gradual”, ganhou dinâmica própria com a intervenção de atores imprevistos, fugiu dos controles dos governantes até configurar-se a Constituição de 1988, depois de uma “transição democrática” (Reis, 2014, p. 104).

Fica explícito, nesta passagem, o pensamento do historiador sobre a divisão do tempo de acordo com os eventos e a democracia. O que antecede é importante para os estudos, estudar a transição ocasiona o entendimento sobre os trâmites democráticos até sua concretização com

as eleições presidenciais de 1989. O pleito eleitoral de 1989 é o coroamento do início da democracia que se materializa com a Constituição de 1988.

Podemos dizer que, durante a transição, talvez o evento mais emblemático, carregado de esperança por uma geração silenciada em 1964 – agora visando uma oportunidade de poder voltar a votar para presidente da República ou ter a oportunidade de depositar pela primeira vez seu voto – foi o movimento “Diretas Já!”. No entanto, antes de mencionar esse acontecimento, é preciso também dialogar com os movimentos sociais que aconteciam no intervalo de 1979 a 1989.

As greves impulsionadas pelos sindicatos aconteceram no decorrer da transição – ou, por conta desses acontecimentos é que existiu a transição. Essa troca de sentidos é importante para entender as ligações de eventos e otimismo por parte daqueles que estavam participando. Os anos 1980 não foram uma década “perdida”, e sim de fundamental importância para o enfrentamento das crises financeiras no País, e para atravessar os absurdos da ditadura.

Nessa atmosfera de deliquescência, os movimentos sociais desdobravam-se. De 1979 a 1981, houve uma primeira onda grevista, atingindo todos os estados da Federação. Os trabalhadores tentavam preservar seus ganhos frente à inflação descontrolada. Em agosto de 1981, realizou-se a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), com mais de 5 mil delegados vinculados a quase 1, 1 mil sindicatos. Em agosto de 1983, fundou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os que dela divergiam, articularam uma alternativa: a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Três movimentos de greve geral, em 1983, em 1986 e em 1987, os dois últimos aliando as duas Centrais, mobilizaram milhões de trabalhadores em torno de suas reivindicações (Reis, 2014, p. 106).

Vale ressaltar que esse novo sindicalismo era autônomo em relação aos partidos e ao próprio Estado. Os sindicatos passariam ser, então, um instrumento a mais nos movimentos de luta para o retorno da democracia. Eram mais um adereço de voz nas instituições e nas ruas para a redemocratização sair do campo teórico.

Novos atores que entraram no cenário político naquela primeira fase passaram a fustigar o regime autoritário, a começar pelo movimento estudantil, que retornou com vigor às ruas em 1977. No ano seguinte, para surpresa do poder militar, operários da região do ABCD paulista patrocinaram grandes greves, desafiando os patrões e o Estado militar. Movimentos sociais eclodiram pelo país, desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, até as associações de bairros. Todos exigiam democratização do Brasil, superação da crise econômica e melhores condições de vida. Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras, exigiam a redemocratização (Ferreira, 2018, p. 35).

Os sindicatos e as greves promovidas ecoavam juntos com as várias instituições que estavam nas ruas exigindo democracia. O ato de parar as atividades laborais era um clamor

também por redemocratização. Desafiar o patrão também era um ato de reivindicação democrática. O desejo de superar as crises econômicas seriam lutas cotidianas mesmo depois da ditadura. As greves eram, portanto, as armas dos trabalhadores contra o capital e os governos. E existiam para além do sentido de negociar ou confrontar, mas sim unificar várias pautas dos diversos grupos de trabalhadores.

Ao longo dos anos oitenta, o uso da greve geral era visto como a arma mais importante dos trabalhadores contra o capital e contra os governos Figueiredo e Sarney. Alguns setores do movimento sindical, minoritários, identificavam a greve geral como o momento de deflagração revolucionária contra o sistema capitalista. Mas, em termos gerais, era a palavra de ordem que unificava todos os diferentes setores, mesmo quando não fosse efetivamente utilizada. A greve nunca era descartada, a priori. Desde o final dos anos setenta a greve havia recuperado o seu lugar como forma de luta dos trabalhadores em praticamente todas as categorias (Almeida, 2014, p. 277).

A organização trabalhadora, que podemos dizer possuir uma consciência de classe, teve papel fundamental para a redemocratização. O processo democrático é resultado de uma soma de forças populares que começa nas resistências pós o golpe de 1964, mas os auges acontecem dentro do período de 1979 a 1989. Se a greve geral era a maior arma dos trabalhadores sobre o estado, o ato passou a ser instrumento necessário para as vozes da redemocratização.

2.2 A ascensão e queda de Fernando Collor de Melo

Se tomarmos a eleição de 1989 em retrospectiva veremos que aquele processo se deu num contexto de forte vocalização do debate público através da televisão. Nenhum outro processo eleitoral anterior foi tão dimensionado numa estética televisiva quanto a campanha de 1989.

No contexto da redemocratização, um ponto essencial para a compreensão dos eventos que se sucederam em Alagoas foi a ascensão e queda de Fernando Collor de Melo. Por ser ele próprio um político cuja trajetória se desenhou em Alagoas, por ter sido ele próprio prefeito de Maceió, todo impacto de sua ascensão e declínio teve um efeito, por assim dizer, ampliado nas relações políticas e na própria sociedade alagoana.

A despeito do fato de dois alagoanos a terem ocupado a presidência antes da sua ascensão, a eleição de Fernando Collor impactou positivamente a autoestima do povo de Alagoas. Aquele jovem político em ascendência era, num dado momento, uma expressão de vigor e triunfo para o pequeno estado e a sua chegada ao poder emulava de alguma forma no imaginário do povo alagoano a esperança de que as demandas históricas do estado seriam enfim priorizadas.

Diante dos alagoanos se impõe a confiança numa chance histórica, talvez única, para a superação de problemas acumulados secularmente. A última eleição presidencial na qual a população havia sido convidada a votar tinha ocorrido no longínquo ano de 1960.

Na década de 1960 a TV era um bem de consumo inacessível a maioria dos brasileiros e o rádio tinha um peso consideravelmente maior na formação da opinião pública.

Neste contexto de sofisticada elaboração, de elevados índices de audiência, de extensos minutos que a maioria dos candidatos dispunha diariamente e de frouxa regulamentação, o HGPE de 1989 acabou por se tornar a grande vedete do processo eleitoral.³ Portanto, lócus privilegiado de análise das relações entre mídia e política. A partir de então, desenvolveram-se estudos acerca dos mecanismos constitutivos das campanhas eleitorais que têm como objetos de investigação a propaganda política televisiva, expressa, fundamentalmente, no chamado Horário Gratuito Político Eleitoral, nos spots e nos programas político-partidários veiculados ao longo do ano (Almeida, 2013, p. 3).

Nesse sentido, podemos dizer que o processo eleitoral de 1989 desempenhou um certo pioneirismo. Importou-se para o Brasil uma lógica que já era comum nas eleições norte-americanas. Os marqueteiros passaram a desempenhar um papel fundamental nos processos. Tornou-se comum no vocabulário político a expressão de que tal político seria um produto de marketing.

A terminologia por si só define um político como um produto que, em sua concepção, é lapidado para atender às expectativas de um determinado mercado. A assimilação desse produto vai depender de algumas variáveis com destaque para: a disponibilidade do público/mercado ao produto oferecido e principalmente a estratégia de marketing para que esse produto/candidato se torne atraente aos olhos do “mercado”.

Associado ao peso da televisão tínhamos no final da década de 1980 uma sociedade civil em ebulição. Movimentos de massa importantes haviam irrompido no período que antecedeu ao processo eleitoral de 1989.

Inicialmente, a campanha eleitoral de 1989 inaugurou a chamada “profissionalização das campanhas eleitorais”. Profissionais da área do Marketing Político assumiram o comando das campanhas. Cenário, conteúdo da propaganda, recursos audiovisuais, “jingles”, estratégias dos candidatos, suas roupas, falas e até entonação da voz, foram profundamente elaborados. As estratégias iam variando ao sabor das pesquisas eleitorais (Almeida, 2013, p. 3).

Leonel Brizola, o tradicional político gaúcho, demonstrava enorme dificuldade de renunciar às suas convicções de modo a se tornar um “produto” mais palatável a média do eleitorado. O país se via diante de 28 candidatos à presidência, num mosaico complexo de

partidos. O guia eleitoral exibido diariamente nas tvs tinha duração de 70 minutos em dois blocos diário e o controle externo sobre aquilo que era veículo era muito pouco rigoroso. Tudo típico de uma democracia que ainda vivia suas dores de parto. Em meio a um cenário político partidário tão complexo e multifacetado dois candidatos começaram a se destacar. Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula era a expressão maior das desigualdades sociais e regionais do país. Fundador de um grande partido de massas, líder sindical que enfrentou o regime militar, Lula era o migrante nordestino que emergiu no movimento sindicalista em virtude de sua militância entre os operários da indústria automobilística no ABC paulista. Não seria precipitado especular que o candidato do PT era um produto mais difícil de ser comercializado pelo marketing político.

Seu adversário era verdadeiramente um político a feição do marketing eleitoral. Jovem, bonito e que encarnava o projeto de uma elite nacional que enfrentava sua crise de identidade após o fim do regime militar e o fracasso do governo Sarney.

Fernando Collor de Mello havia sido prefeito de Maceió nomeado em 1979 quando era filiado à antiga ARENA, deputado federal eleito pelo PDS e posteriormente se elegeu governador de Alagoas pelo PMDB. Ao longo do texto, veremos como sua entrada no PMDB acabou por provocar uma dissidência no partido que impactou profundamente no objeto dessa pesquisa.

O Lula de 1989 se apresentava como uma candidatura de esquerda. Seu estereótipo de sindicalista causava calafrios na elite e na classe média brasileira. Sua ascensão coincidiu com a crise nos países do leste europeu e com a queda do muro de Berlim. Associá-lo ao comunismo era a maneira mais fácil de intensificar o pânico no imaginário de parte da população.

Em contrapartida Collor se apresentava como o candidato dos sonhos capaz de conciliar modernidade com manutenção da ordem numa clara alusão à epígrafe positivista que inspira nossa bandeira. Contudo, é também forçoso lembrar que partidos como PDS, PFL e PMDB estavam, de alguma forma, associados a um passado que simbolizava incompetência, corrupção, falência moral e incapacidade de estabilizar a economia do país.

Foi durante a sua curta passagem pelo governo de Alagoas que Fernando Collor, contando com generoso apoio da grande mídia nacional, procurou se apresentar como o “Caçador de Marajás” numa alusão a sua cruzada contra servidores fantasmas do funcionalismo público alagoano que se refestelavam em salários astronômicos. A propósito tal estratégia começou a ser desenhada ainda antes da campanha eleitoral quando Fernando Collor foi eleito

governador de Alagoas pelo PMDB se locupletando do sucesso instantâneo e efêmero do Plano Real na gestão de José Sarney.

Reservas morais da política brasileira como Ulisses Guimarães e Leonel Brizola foram atropelados pelo novo fazer político no qual o candidato é cada vez mais um produto devidamente lapidado para o comércio eleitoral.

Seguindo um rito comum aos candidatos que se apresentam com um discurso salvacionista, Collor buscava compensar o vazio programático com um discurso virulento de combate à corrupção.

Argumenta-se também que os dois mundos em que Collor foi socializado estiveram presentes na imagem política que projetou ao longo da campanha presidencial. Com grande sensibilidade para o marketing político e com a ajuda de uma verdadeira “empresa político-eleitoral”, Collor construiu uma imagem pessoal que, na situação de crise econômica e política experimentada pelo Brasil do final dos anos 1980, tocou em pontos sensíveis das expectativas das massas populares incultas e das elites empresariais. Projetou-se como líder messiânico e paladino da moralidade; como religioso e associado a Frei Damião, tido no Nordeste como um novo Padre Cícero; como a voz dos que não tinham voz e a força dos que não tinham força para lutar contra a corrupção, os marajás e as elites que exploravam o povo. Também projetou de si a imagem de paladino da modernidade, [de um] Estado moderno, eficiente, que realmente preste serviços à nossa comunidade [...] um Estado que não seja interventor, que não seja paternalista, que não seja clientelista; um Estado que deixe as forças de mercado trabalharem [...] (Sallum Jr.; Casarões, 2011, p. 167).

Aquilo que deveria ser um problema acabou por se tornar um forte ativo da campanha eleitoral de Fernando Collor. Referimo-nos ao fato da sua candidatura ter sido construída a reboque de um partido pequeno sem nenhuma expressão nacional. Com o tempo, tal condição passou a ser assimilada pelo eleitorado como um traço positivo. Ali estava um candidato corajoso, isolado, gritando e denunciando as velhas raposas carcomidas da política nacional e suas velhas e decadentes máquinas partidárias.

Tendo em vista o grande número de analistas das instituições políticas brasileiras, a bibliografia que analisa desse ponto de vista o impeachment de Fernando Collor é diminuta. Sua característica mais marcante é enfatizar as tensões institucionais inerentes ao sistema presidencialista, em afinidade com o artigo seminal de Juan Linz, “The perils of presidentialism”, publicado em 1990. Esse autor observou com estranheza a opção quase unânime pelo presidencialismo – mais propenso ao conflito e ao colapso – nas novas democracias que surgiam ao redor do globo. Para ele, o sistema parlamentarista seria superior tanto na preservação da estabilidade da democracia como no enfrentamento de eventuais crises de governo, que raramente transformam-se em crises do próprio regime democrático (Sallum Jr.; Casarões, 2011, p. 170).

Mostrar-se nacionalmente significava apresentar também Alagoas, independente da veracidade das informações que ali eram apresentadas. A crise que se abateu sobre o governo de Fernando Collor de Melo foi produzida a partir de um amálgama de vários elementos distintos, mas que acabaram por se articular numa mesma engrenagem. A pequena Alagoas esteve em evidência naquele processo eleitoral.

Na ausência de diagnósticos e propostas mais claras que visassem a superação dos grandes problemas nacionais, os candidatos preferiam aguçar o discurso crítico em relação ao Governo Sarney, que ostentava baixíssima aprovação popular, além de acentuar suas próprias biografias pessoais.

No caso específico de Fernando Collor, a sua biografia era indissociável da sua passagem pelo governo de Alagoas. Nos meios políticos se convencionou dizer que um presidente eleito usufrui, com a sociedade na qual está inserido, uma espécie de lua de mel nos 100 primeiros dias de governo. Collor parece ter perdido essa blindagem simbólica muito mais cedo.

Logo após a posse anunciou um plano econômico polêmico que tinha como eixo o combate à inflação. Importante registrar que vários planos com o mesmo intuito já haviam sido aplicados sem sucesso no governo de José Sarney. Um dos pontos mais polêmicos e antipopulares do Plano Collor consistia no confisco de parte dos ativos depositados em aplicações financeiras.

A eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 com 35 milhões de votos é o fio condutor que liga a nascente democracia brasileira com o ano de 1984. Muitos autores se debruçaram sobre o fato, contudo, a ênfase quase sempre recaiu sobre a personalidade política do personagem.

O maior problema de Collor era sua maneira de ser. Sua boa aparência e queda por esportes arriscados o haviam tornado o político brasileiro mais telegênico em muitas décadas. [...] No entanto, a boa aparência não conseguia esconder uma atitude arrogante, própria de uma fase anterior da política brasileira. [...] Estava habituado a fazer poucas concessões ao lidar com outros políticos. Parecia a encarnação do “coronel” da política nordestina, acostumado a mandar [...] Ao contrário de outro nordestino, o ex-presidente Sarney, não procurava parecer conciliador perante os outros políticos e o público; seu estilo era belicoso e isso se refletia na escolha do seu secretário de imprensa, Claudio Humberto, que usava “linguagem ofensiva, atacando pessoalmente jornalistas e seus editores” (Skidmore *apud* Sallum Jr.; Casarões, 2011, p. 168).

A despeito de ser uma prerrogativa constitucional, a banalização dos pedidos de impeachment no Brasil tem chamado atenção de inúmeros analistas políticos e expõe a precariedade da relação entre os poderes no sistema presidencialista. Ao acentuar os traços singulares dessa personalidade política, estes mesmos autores ignoraram a própria

peculiaridade do presidencialismo de coalizão que se erigiu no Brasil. A propósito, tal peculiaridade esteve na base de outras crises políticas recentes que resultaram no afastamento por impeachment de Dilma Rousseff.

Os autores que enfatizam as características pessoais de Fernando Collor buscam situá-lo no limiar de um candidato que se elegeu como expressão da modernidade, mas que, paradoxalmente, carregava em sua biografia todos os traços que criticava e questionava no sistema político. Collor construiu sua carreira política no Nordeste brasileiro, foi prefeito de Maceió nomeado pelos militares, mantinha estreita relação com as oligarquias de Alagoas, utilizava seu complexo midiático como arma de luta política contra seus adversários e era, como um típico coronel da política, impermeável ao diálogo com atores políticos e com representantes de outros poderes.

O nó da questão, como se viu posteriormente em vários episódios está na harmonia entre os poderes e capacidade do executivo negociar sua agenda sem, na prática, intervir em outras esferas.

Em 1992 mergulhado em um mar de denúncias de corrupção, Fernando Collor foi afastado do poder pela Câmara dos Deputados. Seu afastamento foi depois confirmado pelo Senado, a decisão parlamentar o afastou por 8 anos da vida pública. Essa suposta incapacidade ou inabilidade política de Fernando Collor, segundo Skidmore (*apud* Sallum Jr.; Casarões, 2011), teria ensejado o ambiente propício para a crise e de posterior afastamento. A CPI que ensejou seu afastamento foi motivada pelas denúncias feitas pelo seu próprio irmão e estavam ligadas à disputa de controle sobre o complexo de comunicação familiar em Alagoas.

A questão do sistema político já foi objeto de dois plebiscitos recentes na história brasileira. Tanto em 1963 quanto em 1993 a ampla maioria da população votou pela manutenção do sistema presidencialista de governo. A fixação dos mandatos e a limitação do direito à reeleição na visão de muitos garantiriam a alternância do poder saudável ao regime democrático. A historiografia ainda carece de trabalhos para analisar o impacto desses eventos sobre a política alagoana. Todavia, entendemos que o objeto dessa pesquisa está associado à crise de legitimidade política da eleitos locais com as quais Fernando Collor mantinha íntima conexão e relação colaborativa.

3 O CONTEXTO ALAGOANO

3.1 A Redemocratização em Alagoas e a formação do PT

O processo de redemocratização em Alagoas guardou particularidades e semelhanças em relação à dinâmica nacional. Primeiramente, é necessário ressaltar que a ditadura nesse Estado produziu uma liquidação quase completa de uma geração de ativistas do campo progressista, a qual havia sido formada no período anterior ao golpe de 1964.

A ditadura militar em Alagoas representou, até pelas características do nosso pequeno Estado, um esmagamento quase completo do ciclo da esquerda pré-64. A desarticulação dos movimentos sociais foi profunda. Os quadros políticos da esquerda quase todos presos, neutralizados, exilados, voluntariamente ou não. O movimento sindical e social inteiramente desorganizado, reprimido (Lopes, 2016, p. 49).

Muitos desses quadros foram mortos ou partiram para o exílio. A Antiga União Democrática Nacional (UDN), que havia sido rebatizada de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governou o estado sem enfrentar grandes obstáculos. Segundo a historiadora Almeida (1999), em sua obra “Rupturas e Permanências em Alagoas: o 17 de Julho de 1997 em questão”, um fato que contribuiu para tal estabilidade foi o crescimento significativo da produção sucroalcooleira, aliado aos efeitos do Milagre Econômico nos anos 1970.

Sob a égide do milagre econômico, um crescimento calcado em empresas multinacionais, o prestígio da ditadura não encontrará rivais dentro do território alagoano durante quase três décadas. A economia da cana-de-açúcar, uma das principais do Estado, não vislumbrará sinais de crise no período (Almeida, 1999, p. 67).

Os subsídios concedidos pela ditadura civil-militar através do Proálcool³ garantiram uma pactuação com a velha elite agrária. Por sua vez, a estabilidade política e econômica decorrente deste pacto possibilitou a ampliação do funcionalismo público na esfera estadual. Divaldo Suruagy, governador de Alagoas (1975 a 1978), indicado pelo Regime, concluiu seu primeiro governo com elevados índices de popularidade, e era conhecido por pagar em dia os vencimentos dos servidores.⁴

É importante também ressaltar que durante grande parte da ditadura civil-militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) catalisou para suas fileiras quase todos aqueles que

³ Programa instituído através do Decreto 76.593 de 14 novembro em 1975, durante o governo Geisel, e que garantia subsídios ao setor sucroalcooleiro, visando ampliar a produção de álcool no mercado interno, de modo a compensar os sucessivos aumentos no preço do barril de petróleo nos anos 1970.

⁴ ALMEIDA, op.cit.

estavam na oposição ao projeto dos militares em Alagoas. Dado o caráter multifacetado dessa oposição, o partido ganhou uma composição heterogênea, abrigando desde oposicionistas moderados como o deputado federal José Costa, oposicionistas neoconvertidos, como o senador Teotônio Vilela, até elementos mais radicais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que naquele momento estava na ilegalidade.

Em Alagoas, como em outros estados da federação, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) se estabeleceu em conflito com o MDB, que pretendia continuar aglutinando as principais forças de oposição e materializando, assim, um projeto de poder para o Estado no ocaso do regime.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, tal como ocorreu em outros estados, também em Alagoas a grande força política que rivalizava com o PT na busca por um protagonismo da esquerda na luta contra o regime no momento do seu ocaso, era o PCdoB. Os comunistas infiltrados no MDB ainda mantinham uma forte influência no movimento estudantil. Como revelou José Roberto Mendes do Amaral, sindicalista, ex-militante do PCdoB e atualmente filiado ao PT, mais conhecido como Zé Roberto:

No início não foi tanto o PC do B que segurou o crescimento do PT. Agora, a partir da legalidade do PC do B, aí sim, ele era a referência para a juventude, para os sindicalistas, para todo mundo. Da oportunidade da militância de esquerda, né, não porque fosse melhor do que o PT, que qualquer um, não, mas é porque ele demonstrava mais fôlego, mais lideranças, mais gente, era um partido que estudava muito. Partido de quadros e que ocupava um espaço muito importante, mais ou menos isso.⁵

Um ponto importante é entender as diferenças na base social da esquerda alagoana em comparação com a base social que alimentava a esquerda em outros estados. Ao falar sobre os sentimentos, projetos e atores sociais que estiveram na base da formação do PT, Singer (2012) cita um suposto “espírito de Sion”, em referência à escola que foi palco da fundação do partido em 1979: o Colégio Sion em São Paulo.

Ao usar a expressão “espírito de Sion”, Singer (2012) faz referência aos elementos simbólicos e práticos que constituíam o Partido dos Trabalhadores nas suas origens. Um partido que limitava o seu financiamento a cotização dos seus militantes e filiados, que restringia a sua política de alianças aos partidos de esquerda, e que fazia um enfrentamento aberto com a classe patronal.

⁵ Entrevista de pesquisa concedida por José Roberto Mendes do Amaral ao autor, no dia 18 de julho de 2023, em Maceió.

Mudança análoga ocorreu no campo da política de alianças. Enquanto a alma do Sion primava pela ênfase ideológica, não aceitando juntar-se sequer a partidos de centro, as diretrizes homologadas no Congresso do Anhembi viriam, em 2002, a aprovar chapa composta por Lula e um grande empresário filiado ao Partido Liberal (PL), agremiação que levava no próprio nome a adesão ao credo oposto ao socialismo, o liberalismo (Singer, 2012).

Em Alagoas, durante a redemocratização, a industrialização incipiente, a proeminência do setor sucroalcooleiro e a perseguição brutal aos sindicatos e movimentos sociais fizeram com que as agremiações de esquerda ganhassem uma coloração, majoritariamente, de classe média e estudantil. Em referência a isso, o historiador Majella afirmou:

[...] o que agregou muita força à militância petista daquele momento foram os estudantes. Os estudantes a partir dos anos 1980, 1981, 1982 passou a ter uma militância política interessante da juventude, sobretudo da juventude estudantil a partir dos cursos da Universidade Federal de Alagoas e entre os cursos o curso de Direito foi um curso que deu bastante militantes naquele momento para o PT. Então esse PT que foi criado aqui em Alagoas ele é um PT completamente diferente do que surge no ABC, do que surge até mesmo no Rio de Janeiro e em outros centros, né?, porque esse era dada diante da realidade política que Alagoas se encontrava, quase todos os sindicatos eles tinham sofrido a intervenção sindical por parte da Delegacia Regional do Trabalho mas tinha alguns poucos sindicatos que estavam retomando a direção (Majella *apud* Lopes, 2016, p. 55).

Os atores políticos que tiveram protagonismo nos anos 1990 em Alagoas foram recrutados majoritariamente no movimento estudantil ou em franjas do funcionalismo público. Podemos então concluir que o embate entre o PT e o Pcdob estava fortemente enraizado nesses segmentos sociais, uma vez que os poucos sindicatos que atuavam no estado não gozavam de autonomia. Em tempo, convém enfatizar que a audiência das forças que lutavam contra a ditadura civil-militar crescia na proporção em que o milagre econômico se convertia em frustração, fazendo com que a população se inclinasse a um olhar mais aguçado para as mazelas sociais até então ignoradas no debate público.

No cenário nacional, em fins dos anos 1970, o chamado “milagre econômico” se esgotava e tornava-se incontornável o problema da dívida fiscal. Aumentava a insatisfação popular devido ao que Leda Maria de Almeida chamou de um “atrofiamento das políticas públicas” (Lopes, 2016, p.51).

O PT se apresentava como força autônoma, liderado por atores que protagonizaram as greves históricas no ABC, e no imaginário popular não estava ligado à tragédia do socialismo real. A inovadora organização interna do partido, através de correntes internas com projetos e pensamentos distintos, cumpria o papel de atrair para si os mais diversos segmentos que não se identificavam com a esquerda tradicional, simbolizada pelos partidos comunistas, e tampouco

com o velho trabalhismo. Trotskistas, setores ligados à igreja, ativistas do campo e socialistas-democratas se viram seduzidos por essa nova ferramenta e por aquilo que ela pavimentava como perspectiva de organização (Macedo, 2015).

Em Alagoas, não ignorando os vereadores e até prefeitos que seriam eleitos ao longo da sua trajetória, o PT obteve os seus maiores êxitos em Maceió e, em consequência disso, formou, também na capital, os seus principais quadros dirigentes e aqueles que conseguiram materializar os principais espaços eleitorais que o partido ocupou e ainda ocupa. As peculiaridades do PT alagoano fizeram com que o Diretório Estadual de Alagoas fosse o único no Brasil a não lançar uma candidatura nas eleições de 1982.

O PT não consegue o número mínimo de filiações para obter o diretório Estadual e com isso não participa das eleições em 1982 dentro do Estado de Alagoas. O balanço que cada um dos entrevistados faz sobre o fracasso diverge em alguns pontos específicos, mas todos concordam que foi danoso para o Partido não participar das eleições e uma perda política importante nesse primeiro momento (Lopes, 2016, p. 94).

Os motivos que levaram à ausência do PT do processo de 1982 ainda hoje divide a militância partidária. Enquanto alguns setores têm a compreensão de que tal ausência se deveu ao número insuficiente de filiados no estado, outros argumentam que o episódio evidencia uma perseguição política, na medida em que a documentação disponibilizada pelo partido teria sido rejeitada pela justiça eleitoral por razões ideológicas, como conta Santos.

[...] a gente tinha que ter dezenove cidades para ter o diretório Estadual. A gente conseguiu esse índice, só que perdemos, fomos barrados no tribunal regional eleitoral que alegava que nossa documentação não tava completa. Acho que foi mais por questões ideológicas mesmo. E a gente não fez, em 80, não participou das eleições em 82, mas participamos das eleições seguintes, e até hoje nós estamos aqui em Alagoas (Santos *apud* Lopes, 2016, p. 95).

Há ainda aqueles que, como o professor Ricardo Coelho, sustentam a tese de que o PT não conseguiu se regularizar para participar da eleição de 1982 por conta da sua própria desorganização estrutural e pela carência de recursos financeiros:

Somos pegos de supetão... Sobre a filiação. Porque era obrigado, né... Não consegue se regularizar aqui... em Alagoas... Não disputa a eleição em Alagoas... O fator foi desorganização... Desorganização e falta de estrutura financeira... O que a gente tinha aqui na época... Se eu não me engano eram 20 municípios... Nós não conseguimos fazer em todo lugar... Fizemos 14 municípios... E entre esses 14 municípios... Então, nós não conseguimos... Aí, o PT rachou... Uma parte foi apoiar os candidatos do PMDB...⁶

⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

O fato é que, como não pôde apresentar candidatos ao pleito estadual de 1982, a militância petista se dividiu, mas, a despeito das divergências, canalizou seus votos e trabalho ativista para os candidatos do PCdoB e PCB que atuavam dentro do PMDB. A eleição estadual de 1982 apontou para uma vitória maiúscula do Partido Democrático Social (PDS), partido que reunia as forças que apoiavam o regime e que se conformava como derivação da antiga Arena. Ao que parece, o PT demorou a ser visto como força eleitoral no estado. Naquele ano, a eleição em Alagoas terminou com a vitória do candidato Divaldo Suruagy, do PDS, que obteve 257.898 votos. Em segundo lugar, o candidato José de Oliveira Costa, do PMDB, com 206.856 votos.

A direita conservadora se dividia entre um olhar que enxergava no Partido dos Trabalhadores uma coisa excêntrica e outro olhar que tendia a vê-lo como uma ferramenta formada por ativistas radicais os quais, por seu sectarismo, eram desdenhados pelo eleitorado.

Tal sectarismo afastou do PT muitos quadros que mantinham com o partido uma relação de identidade, mas que pela condição de classe, eram objeto permanente de críticas por parte dos elementos mais radicais. Conclui-se, portanto, que da sua fundação até a ascensão eleitoral de Heloísa Helena, em 1996, o PT em Alagoas percorreu uma longa trajetória na qual se deu uma certa depuração, enfraquecendo os grupos mais sectários e atraindo para suas fileiras atores que eram mais refratários à atividade partidária, como o atual deputado federal Paulo Fernando dos Santos, popularmente conhecido como Paulão e o ex-deputado estadual Judson Cabral.

Na campanha das “Diretas Já”, em Alagoas e no Brasil, o PT era um coadjuvante na frente ampla. O protagonista factual era o PMDB, que à época abrigava em suas fileiras os militantes do PCdoB, com destaque para Eduardo Bomfim, que foi o principal dirigente do PCdoB alagoano a partir da segunda metade dos anos 1980, tendo exercido vários mandatos parlamentares pelo partido, inclusive, quando este ainda se encontrava na ilegalidade e atuava como corrente política dentro do MDB.

No entanto, essa ausência de protagonismo não impediu o PT, ainda pequeno, de emergir no “pós-diretas” como um partido com maior visibilidade e poder de atração sobre franjas da sociedade alagoana.

Inegavelmente a campanha das Diretas Já! foi um marco para a construção política das esquerdas no país. Aqui em Alagoas constituiu-se uma grande universidade, na esteira do que acontecia nacionalmente. Atos grandes, massivos e de ampla unidade progressista tomaram as ruas de Maceió. O PT dentro desses atos constituiu uma grande oportunidade de crescimento, com a abertura dada para a esquerda na nova cena política (Lopes, 2016, p. 113).

De alguma forma, estava se pavimentando naquele momento o caminho para que o partido viesse a viver aquele que foi, talvez, o seu maior desafio eleitoral no estado. Parte importante da militância petista que sacudiu a cidade de Maceió no ano de 1996 se aproximou do Partido exatamente no período posterior à campanha das “Diretas Já”. A própria Heloísa Helena se filia oficialmente ao PT no ano de 1985.

A hegemonia do PMDB naquele processo ajudou a projetar aquela que, ao lado de Heloísa Helena, iria protagonizar o segundo turno daquela eleição municipal em 1996, na capital alagoana. A então vereadora Kátia Born, filiada ao PMDB, esteve à frente de um movimento de mulheres alagoanas que marcharam rumo a Brasília para denunciar as manobras do governo e exigir a via eleitoral como solução para a transição democrática.

Objetivamente, em Alagoas, o PT foi, da sua criação até meados dos anos 1990, visto por setores progressistas como uma força sectária. Seu primeiro grande salto quantitativo e qualitativo se deu em 1993. Naquele ano, ocorreu uma ruptura de vários quadros que saíram do PCdoB e ingressaram no PT por não concordarem com o apoio dos comunistas à candidatura de Divaldo Suruagy, um ex-colaborador da Ditadura Militar, ao Governo do Estado em 1994, disputando a eleição pelo PMDB. Sobre esse processo, Mário Agra conta que:

A minha saída do PC do B foi no momento que tivemos um primeiro problema no PC do B. Eu já era da direção estadual do PCdoB e já era do secretariado. No rompimento mesmo eu era do secretariado do PC do B, do secretariado político. Mas o primeiro foi a história do Collor. Quando o PCdoB resolveu apoiar o Collor, tivemos um problema na direção. Existia uma divergência, se apoia ou não. Então, éramos pequenos. Eu acho que quem questionava o apoio à Collor do PC do B, me lembra que eu, Abel Cavalcante, que é do gênero, alguns conhecem, foi da Casa do Glacial. Era engenheiro eletricitista. Tomás, já questionava. Só me lembro desses. A gente teve uma reação e tivemos muito problema durante a campanha de Collor. Porque a gente terminou, como se diz a história, a gente foi vencido pelo centralismo. A maioria decidiu, ampla a maioria. Mas a militância da campanha em si era muito limitada. É tanto que muita gente não faz a chacota que faz com muita gente do PC do B. Algumas provocações não faziam sentido, porque as pessoas já sabiam mais ou menos. Naquela época, já estávamos naquela fase de legalidade. E o pessoal sabia que a gente tinha [...] ⁷

Dentre os principais nomes que romperam com o PCdoB naquele ano, podemos destacar figuras como Lenilda Lima, Mário Agra, Cícero Lourenço, Thomaz Beltrão e Reginaldo Lira. Este processo resultou em um deslocamento de muitos militantes sindicalizados para o PT, com destaque para as bases do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL) e do Sindicato dos Bancários, respectivamente dirigidos por Lenilda Lima e Reginaldo Lira.

⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

Sobre esse processo de ruptura com o PCdoB, Mário Agra e o sindicalista Zé Roberto trazem em seus depoimentos visões muito similares. Segundo Mário Agra⁸:

Eu saio do PT, quando a gente sai do PT, foi exatamente na decisão do PC do B apoiar o Suruagy. E aí foi um debate muito tenso, muito acirrado internamente. Tanto que quando a gente, houve essa primeira ruptura interna no PC do B, saímos praticamente a metade. Ficamos um ponto a metade da direção estadual, da executiva um pouco menos. Saiu Tomás, saiu o Abel também, que era da direção, saiu Cavalcante, saiu Reginaldo Lira, sai, deixa eu ver, saiu Abel, saiu... Boa parte dos bancários, aquele pessoal Gilvan Abreu, saiu Lenilda, que era do SINTEAL, Milton Canuto que era do SINTEAL e aquele pessoal todinho do SINTEAL, todos saíram. Acompanhou bancários também, quase todos. Previdenciário, Lourenço, aquele pessoal todinho que estava na direção dos previdenciários também saíram. Eu estava na época também, era dirigente do sindicato dos engenheiros, tinha poucas pessoas, mas as pessoas que estavam ali também saíram. Então, eu sei que ao todo, dirigentes, o PCdoB tinha parece que tinha cerca de 40 dirigentes na direção estadual do PCdoB, saíram acho que 18 ou foi 19. Agora, ao todo, quando a gente resolve sair, foram quase 200, nessa época, saíram 200. Aí a gente rompe e passamos um tempo, um ano, sem nenhuma... mantendo essa estrutura interessante.

A narrativa é corroborada por Zé Roberto:

Esses eu poderia dizer assim como os nomes mais expressivos da época, mas isso por exemplo, Milton Canuto e Lenilda Lima eram as principais expressões do SINTEAL, mas veio todo SINTEAL saiu, com o Reginaldo Lira saiu quase todo o sindicato dos bancários, praticamente fiquei eu do PC do B sem sair nesse em 94. A Heloísa Helena não era do PC do B, esse encontro com essa turma ela já se deu dentro do PT.⁹

Corroborando com a visão de Mário Agra e Zé Roberto, Ricardo Coelho, que foi um dos fundadores do PT no Estado de Alagoas, também entende que o Partido dos Trabalhadores se locupletou em muitos momentos das rupturas que ocorreram no PCdoB. Ele também entende que esses movimentos ocorreram fundamentalmente por conta da amplitude das alianças que o Partido Comunista do Brasil materializava, sempre a pretexto de constituir frentes amplas para conter qualquer movimento contrário à redemocratização.

Apoio a Divaldo Suruagy...E foi um...Ele já tinha sofrido com o apoio em 1986 ao Collor... Já tem um racha em 1986... Já tem um com Collor..., mas pouca gente sai naquele momento...José Roberto... diz que vai sair e não sai..., mas o Roberto logo depois sai... não sei o ano exato que o Agra sai..., mas o Agra vem antes..., mas o grande racha é esse em 1993... E... Na eleição do Lula...No primeiro momento algumas pessoas disseram que não iam apoiar o Lula... Isso... Deu um problema... A Alba saiu do PCdoB...Então, o grande racha do PCdoB que alimentou muito o PT foi o de 1993..., mas, pequenos...Pequenas lideranças foram saindo nesse intervalo...O nosso grande debate com o PCdoB naquele momento era que a gente queria construir uma alternativa democrática popular onde a gente tivesse a direção com uma influência muito trotskista da tese da frente única. O pessoal do PCdoB e o PCB defendiam que a gente deveria ir por etapas e em unidade com o MDB.¹⁰

⁸ Idem.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida por José Roberto Mendes do Amaral ao autor ,no dia 18 de julho de 2023, em Maceió.

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

Como se depreende das palavras de Ricardo Coelho, antes mesmo do grande racha ocorrido em 1993, o PCdoB já havia vivido outro processo semelhante, embora em menor escala, em 1986, por conta do apoio que a direção partidária concedeu de forma majoritária para a candidatura de Fernando Collor de Melo ao Governo de Alagoas. Nesse ponto, Ricardo Coelho faz questão de enfatizar os papéis desempenhados por Renan Calheiros e Eduardo Bomfim, que na prática, tinham enorme influência sobre o partido. Ele conta que “Aí, o Collor, toma o PMDB, ele estava no PMDB. Toma, já era PMDB, né? Toma o PMDB, com apoio do Renan e apoio do Eduardo Bomfim, do PCdoB, que o Renan foi um dos grandes articuladores disso”¹¹.

A princípio, parte considerável desses militantes que ingressaram no PT em 1993 formaram uma tendência local que se autointitulava “centelha vermelha”, como nos conta Zé Roberto. “Assim que entraram, ainda ficaram um pouquinho ali organizados, centelha vermelha, sei lá, um negócio assim, sem ser tendência. Ficou um grupo ali avaliando e aí logo avaliaram entrar para a DS e foram fortalecer a DS”.¹²

Posteriormente, esse grupo fez parte da base formacional da Democracia Socialista – DS, tendência que chegou a rivalizar com a “Articulação”, a principal tendência política interna do PT, e teve grande peso no movimento sindical e no movimento estudantil, sem falar do peso eleitoral, decorrente do fenômeno Heloísa Helena.

A DS tomou um impulso gigante nessa época com esse pessoal, porque foi um número considerável tanto de bancários como previdenciários, como trabalhadores na educação, que já eram uns três dos maiores sindicatos, entre os maiores sindicatos, e então numericamente já foi muita gente. E era um núcleo de pessoas muito preparadas politicamente, ideologicamente, teoricamente. Então entraram com força e deram um impulso na DS muito grande.¹³

Naquela eleição de 1994, o PCdoB confirmou o apoio à candidatura de Divaldo Suruagy ao governo do Estado, enquanto o PT, fortalecido com as novas filiações, declarou apoio à candidatura do PSB, encabeçada pelo engenheiro Marcos Vieira, indicando como vice o hoje desembargador Tutmés Airam.

¹¹ Idem.

¹² Entrevista de pesquisa concedida por José Roberto Mendes do Amaral ao autor, no dia 18 de julho de 2023, em Maceió.

¹³ Entrevista de pesquisa concedida por José Roberto Mendes do Amaral ao autor, no dia 18 de julho de 2023, em Maceió.

Quadro 1 – Dados da eleição para governo do Estado de Alagoas (1994)

Candidato a governador(a) do estado	Candidato a vice-governador(a)	Número	Coligação	Votação	Percentual
Divaldo Suruagy PMDB	Manuel Gomes de Barros PTB	151	A vontade do povo (PMDB, PTB, PSDB, PL, PSD, PCdoB)	495.646	79,39%
Pedro Vieira da Silva PP	Daniel Houly de Almeida PP	391	União por Alagoas (PP, PPR, PFL, PSC, PRN, PMN)	62.248	9,97%
Marcos Antônio da Rocha Vieira PSB	Tutmés Airan Albuquerque Melo PT	401	Alagoas para todos (PSB, PT, PPS, PV, PRP)	50.159	8,04%
Ângela Maria Moreira Mendonça Canuto PDT	Heth César de Oliveira PDT	121	PDT (sem coligação)	16.254	2,60%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Ao final, Suruagy se sagrou vencedor com 79,39% dos votos válidos, enquanto Marcos Vieira obteve 9,97 %, ficando em terceiro lugar naquele pleito. Olhando em retrospectiva, vemos que a vitória do PCdoB, que atuava como ala popular do PMDB, foi uma vitória de Pirro. A tragédia que se abateu posteriormente sobre o governo de Suruagy (1995 a 1997), materializada no colapso das contas públicas, no não pagamento do salário dos servidores e no atraso do pagamento dos fornecedores, contribuiu para enfraquecer ainda mais o partido, pavimentando novas rupturas.

Conclui-se, portanto, que, em Alagoas, o PT se alimentava e se retroalimentava das cisões ocorridas no PCdoB. Sintomático também é observar que os dois partidos (PSB e PT) que marcharam unidos em 1994 na disputa pelo governo, estariam em lados opostos dois anos depois, na disputa pela prefeitura da capital, nas figuras de Kátia Born e Heloísa Helena.

A debacle de Suruagy e a hecatombe econômica que atingiu o estado alçou o PSB e o PT à condição de grandes protagonistas do polo progressista, justamente em um momento no

qual o eleitorado amargava os efeitos do flagelo econômico e se tornava mais permeável a discursos radicalizados na esfera eleitoral.

Pode-se então especular que o período entre 1993 e 1994 significou um divisor de águas na história do PT. Contudo, o grande salto do partido no estado está ligado à ascensão meteórica de Heloísa Helena. Repetiu-se em Alagoas uma fórmula que ia se cristalizando nacionalmente. Um partido de massas cuja imagem começava a se confundir com a imagem de uma personalidade pública controversa e carismática, tal como Lula e o PT se confundiam e se confundem até hoje no cenário nacional. O líder carismático, que para Weber teria habilidades capazes de gerar em milhões de interlocutores uma hipnose coletiva. Weber (2001) utiliza a expressão dominação carismática para se referir a um fenômeno no qual o poder do líder está sedimentado em suas características pessoais, tais como: o seu carisma e seu poder de persuasão, estabelecendo, assim, uma relação direta com o povo que muitas vezes, prescinde das esferas institucionais.

No decorrer da pesquisa, analisaremos de forma mais aprofundada as biografias de Heloísa Helena e Kátia Born, personagens que protagonizaram aquele segundo turno das eleições para a prefeitura de Maceió em 1996, produzindo fissuras numa pirâmide de poder estatal até então sob forte controle das elites locais.

Antes, porém, convém trazer à tona dois fenômenos sem os quais a eleição de 1996 em Maceió seria incompreensível. Nos referimos à refundação do PSB e à ascensão de Ronaldo Lessa ao poder municipal alguns anos antes, pavimentando o caminho para um verdadeiro terremoto político que alterou de forma considerável a correlação de forças no Estado.

3.2 A Refundação do PSB em Alagoas

Em 1985, o PSB, que havia tido seu registro cassado durante o regime militar, foi refundado em Alagoas. Podemos dizer que o partido, que se posicionava no campo progressista, renasceu em Alagoas com pouca influência no movimento sindical e no movimento estudantil. Contudo, tal fragilidade foi de certa forma compensada por uma força eleitoral que se materializava nas filiações imediatas de Ronaldo Lessa, Kátia Born, Fernando Costa e Guilherme Falcão. Importante salientar que, por ocasião da refundação do PSB, Lessa exercia o mandato de deputado estadual, enquanto os três últimos exerciam os seus mandatos de vereador, para os quais haviam sido eleitos na Câmara Municipal de Maceió.

Importante também registrar que os parlamentares que refundaram o PSB em Alagoas tinham rompido com o PMDB por conta da filiação de Fernando Collor de Melo, um político com uma ampla trajetória de colaboracionismo com a ditadura militar. A esse fenômeno que se abate sobre o PMDB, o historiador Geraldo Majella se referiu como um “PMDB malufado”, em alusão ao fato de Collor ter sido um dos líderes da malfadada campanha de Paulo Maluf no colégio eleitoral, em 1985.

No dia 28 de julho de 1985 o PSB obtém o seu registro junto à Justiça Eleitoral. Os socialistas, a partir desta data, experimentam um crescimento paulatino no âmbito político alagoano, a ser desfrutado na década seguinte. Quase sempre em conjunto com as outras forças de esquerda no estado – principalmente com PCB e PT e, em menor escala, com o PDT –, o PSB adquiriu um canal de expressão junto à sociedade com a filiação de Ronaldo Lessa, àquela altura deputado estadual, e Kátia Born, Fernando Costa e Guilherme Falcão, vereadores de Maceió, em 1986. Os quatro parlamentares haviam sido eleitos pelo PMDB nas eleições estaduais anteriores, ocorridas em 1982. O rompimento com o PMDB e a entrada no PSB decorreram da filiação de Fernando Collor (cuja carreira política estivera ligada umbilicalmente aos grupos simpáticos e apoiadores destacados da Ditadura no estado) à legenda peemedebista, com o objetivo de lançar Collor ao governo do estado nas eleições de novembro de 1986 (Majella, 2019, p. 60):

Em 1986, o PSB conseguiu conformar uma frente ampla, atraindo para a candidatura de Ronaldo Lessa ao Governo do Estado, outras forças políticas, como o PT, o PCB, o PDT e o PL. O partido também resolveu lançar os nomes de Kátia Born para a Câmara Federal e Guilherme Falcão para a Assembleia Legislativa. Inegavelmente, o PSB era, dentre os partidos que compuseram a frente ampla, aquele que tinha maior musculatura eleitoral. O próprio nome de Ronaldo Lessa, deputado estadual que se destacava na Assembleia Legislativa, já era uma evidência disso. Contudo, não foi o suficiente para evitar a grande derrota eleitoral que o partido sofreu no pleito de 1986. Ronaldo amargou a derrota, obtendo um pouco mais de 3% dos votos válidos, ficando atrás de Fernando Collor e Guilherme Palmeira. Kátia Born e Guilherme Falcão também não conseguiram obter a votação necessária para se elegerem aos cargos que disputaram. Falcão, que tinha exercido um mandato de grande destaque na câmara dos vereadores, obteve pouco mais de mil votos, ficando na suplência de João Barbosa Neto, único parlamentar eleito pelo partido.

Entretanto, mesmo uma conjugação de forças desses partidos não foi capaz de fazer frente aos dois grandes blocos políticos existentes em Alagoas naquele momento, a saber, as chapas encabeçadas pelo PMDB e pelo PFL. A Frente Popular defrontou-se com um PMDB “malufado”, que apresentava como candidato ao governo estadual nada menos que Fernando Collor, coordenador da campanha presidencial fracassada de Paulo Maluf ao colégio eleitoral em janeiro de 1985; e com a coligação continuísta PFL-PDS, encabeçada pelo senador Guilherme Palmeira, representativa dos interesses mais retrógrados das oligarquias alagoanas (Majella, 2019, p. 61).

Em 1988, o PSB lançou o nome do até então desconhecido Dilton Simões para disputar a Prefeitura de Maceió. Surpreendentemente, Dilton obteve 27.730 votos, um pouco menos que os 30.073 que Ronaldo Lessa havia obtido na disputa para o governo, dois anos antes. Mesmo considerando essa expressiva votação, ainda mais surpreendente pela ausência do PT e do PDT, que haviam feito parte da frente ampla em 1986, Dilton ficou em terceiro lugar, atrás de Renan Calheiros e Guilherme Palmeira, que foi eleito prefeito de Maceió.

Nessa eleição de 1988, o PSB conseguiu garantir duas vagas na câmara de vereadores, com a eleição de Ronaldo Lessa e Claudionor Araújo.

É importante destacar que o PSB alagoano, representado pelas suas principais lideranças, se engajou fortemente na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989. Mesmo derrotada, a campanha de Lula projetou os partidos do campo progressista, trazendo à tona alguns eixos temáticos que seriam objeto principal do debate político nos anos posteriores, como a questão da reforma agrária, o investimento na educação pública e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

Olhando em retrospectiva, constata-se, portanto, que o PSB alagoano carecia de força no movimento estudantil e nos movimentos sociais, incluindo o movimento sindical. Contudo, a despeito das derrotas e vitórias, exibia maior força eleitoral do que os seus concorrentes no campo progressista. Porém, a ascensão definitiva ocorreu em 1998, quando Ronaldo Lessa foi eleito governador de Alagoas, derrotando Manoel Gomes de Barros, que havia sido vice-governador durante o terceiro mandato de Divaldo Suruagy. Quatro anos depois, Lessa lograria outra vitória, se reelegendo para o governo do estado, em uma campanha na qual derrotou o ex-presidente da República, Fernando Collor de Melo.

A ascensão do PSB, na esteira da vitória obtida por Ronaldo em 1988, está vinculada à enorme aprovação obtida pelo próprio Ronaldo, quando da sua gestão como prefeito da capital. Contudo, tal vitória também não pode ser dissociada da profunda crise econômica enfrentada pelo estado de Alagoas, que gerou uma corrosão na credibilidade dos políticos tradicionais, aos quais a população atribuía a responsabilidade pelo colapso econômico que o estado enfrentava. A trajetória de Ronaldo, até a sua vitória eleitoral em 1998, será objeto da nossa análise a seguir.

3.3 O papel de Ronaldo Lessa

Os eventos ocorridos em Alagoas na década de 1990 guardam relação direta com a ascensão política de Ronaldo Lessa. Lessa foi prefeito de Maceió, tendo sido eleito em 1992, e

as duas candidatas que chegaram ao segundo turno na eleição de 1996 tinham suas trajetórias diretamente ligadas ao seu governo. A trajetória política de Ronaldo Lessa, por sua vez, confunde-se com os eventos mais importantes da história de Alagoas nos últimos 30 anos, dos quais ele participou na condição de protagonista.

Engenheiro graduado pela Universidade Federal de Alagoas, desde jovem Ronaldo Lessa despertou o interesse pelos ideais socialistas. Por razões que para ele nunca ficaram muito claras, foi preso pelos militares em Maceió no ano de 1969 e levado para as dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do qual saiu dias depois. Segundo Lessa¹⁴, a verdadeira guinada em direção à esquerda socialista se deu justamente depois da sua prisão, quando ele se aproximou do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Depois da prisão e execução do principal líder do PCR no Nordeste, o alagoano Manoel Lisboa, estudante de medicina e de quem Ronaldo foi amigo pessoal, Lessa decidiu então se dedicar à engenharia, e seguiu para a casa de parentes no Rio de Janeiro. Instalou-se no Rio na companhia de um irmão mais novo, Otávio Lessa.

Eu vou para o Rio, foi na época da decisão, eu acabei terminando o curso, meu pai, eu com dezesseis anos, meu pai morreu, então eu comecei a ter uma carga da família. E aí era uma situação que eu também tinha que optar, o pessoal querendo que eu fosse para a luta armada, imagina. Ora, em casa a gente contava os bichos para comer. Entendeu?¹⁵

Um ponto curioso no depoimento de Ronaldo Lessa é que ele se via diante de duas alternativas: ou seguir para o Rio e construir-se como profissional da engenharia ou ficar em Alagoas e aderir à luta armada. É precisamente nesse momento do depoimento que ele revelou uma certa frustração com a estratégia de pegar em armas para lutar contra a ditadura. Um sentimento decorrente das mortes, prisões e torturas dos seus companheiros e da morte dos seus referenciais históricos da luta socialista.

Eu acho que o foquismo não estava resolvendo. Foram os camponeses que entregaram o Che, foi um absurdo. O Che era a minha referência como herói era o Che. Entendeu? E depois você vai ver o contexto que eu comecei a ler [...] pois é, aí eu vejo que o correto é o socialismo, era o caminho, mas talvez a gente estivesse perseguindo o caminho errado.¹⁶

Ronaldo Lessa chegou e treinar vôlei no Botafogo e teve que lidar com as adversidades materiais derivadas das dificuldades em conseguir se firmar no mercado de trabalho até

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

¹⁶ Idem.

conseguir seu primeiro emprego como engenheiro noturno nas obras de construção da Ponte Rio-Niterói. Foi aí que ele retomou a militância que havia deixado para trás em Alagoas, e elegeu-se presidente do poderoso sindicato dos engenheiros. É também nesse momento que ele se aproximou do então senador Teotônio Vilela.

Teotônio Vilela vivia no final dos anos 1970 a sua maior inflexão. De político conservador que apoiou o golpe de 1964 e aderiu à antiga Arena, transmutou-se em inimigo implacável do regime. O menestrel das Alagoas, como passou a ser chamado, encampou a luta pela redemocratização e a defesa dos presos políticos. As constantes idas de Ronaldo Lessa à Brasília para tratar das demandas do Sindicato fortaleceram os laços de confiança e admiração entre os dois. Foram esses laços que levaram Teotônio Vilela a persuadir Ronaldo Lessa a voltar para Alagoas no início dos anos 1980.

Já em Alagoas e com apoio de Vilela, Lessa se elegeu deputado estadual na legislatura correspondente ao segundo governo de Divaldo Suruagy. Em sua memória, Ronaldo lembra daquela legislatura pela qualidade na formação teórica dos parlamentares eleitos. Tanto os deputados ligados ao campo progressista quanto aqueles mais conservadores¹⁷.

Bonfim tava deputado, não vou dizer que de esquerda, mas por exemplo, você tinha gente democrata. vou pegar um de direita que eu acho, mas que era democrata. Que era o Mendonça. Você tinha o Ismael Pereira, aquele pintor... Que era... de Arapiraca, que está morando em Sergipe. Você tinha Selma Bandeira de deputada. Todos pelo MDB. Você tinha Moacir Andrade, que tinha sido punido pela ditadura. Então, embora não fosse um cara de esquerda, mas ele tinha sido assim... tinha outro, irmão do Djalma, que era o Alcides Falcão. Que era um que protegia muito os servidores. Era muito querido. Então você tinha um, dois, três, quatro, cinco, seis. E o cacete cobrindo todo dia. Não era só. Era uma assembleia de discussão ideológica. Você tinha do outro lado, a direita. Você tinha Zé Alvim. No... defendendo mesmo a ideologia do campo da direita. E quem é que ia enfrentar? Selma, Bonfim, eu, entendeu?.

Em 1983, Teotônio Vilela, que já vinha enfrentando um câncer, veio a falecer. Sua morte provocou grande comoção em Alagoas e no restante do País. Estava ali consumado um dos casos mais simbólicos de reinvenção política da nossa história. Raros são aqueles cuja memória capturam o Teotônio conservador, que defendeu de forma obstinada o golpe militar e que esteve na linha de frente do impeachment do ex-governador, Muniz Falcão, em 1956. O Teotônio Vilela, cuja imagem efetivamente se sedimentou no imaginário popular, foi a do democrata corajoso que arriscou a própria vida na luta contra o regime.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

A vida é feita de uma sucessão de passados-presentes e presentes-futuros. Contudo, é o último presente, aquele que antecede nosso último ato na existência que nos toca viver, que mais toca a memória daqueles que permanecem após a partida do sujeito histórico. É também nesse momento, quando se encontrava na condição de órfão político, que teve início também na vida política de Ronaldo Lessa uma reinvenção.

Sem a figura do padrinho, ele foi convidado ao Rio de Janeiro, tendo como anfitriões Carlos Siqueira e Roberto Amaral, dirigentes do PSB, partido que havia sido refundado em 1985¹⁸. Houve o convite para que Ronaldo Lessa fosse responsável pela fundação e formação do Diretório Alagoano. Missão aceita, ele retornou a Alagoas e iniciou o seu processo de ruptura com o PMDB. O processo de formação do PSB em Alagoas se deu do núcleo para a periferia. Ou seja, da capital para o interior. Muito natural pelas debilidades financeiras e pela figura do próprio Ronaldo estar mais enraizada em Maceió. “Em maio, três meses depois, eu consigo trazer o PSB para Alagoas. Então eu fundei o PSB aqui, com o Denis Agra na presidência”.¹⁹

Em 1986, a disputa pelo governo do estado era uma estratégia para projetar a figura do próprio Ronaldo Lessa, ao tempo em que também colaborava com o projeto de construção partidária. Naquele processo eleitoral, Fernando Collor se elege para o governo do Estado pelo PMDB, como observamos no quadro 2, abaixo:

¹⁸ O PSB alagoano tem sua trajetória interrompida pelo golpe de 1964. Em consequência do AI-2, os partidos foram extintos para implementação de um sistema bipartidário. A maior parte dos seus quadros passou a atuar no MDB. No curto período da sua existência, o PSB alagoano era formado basicamente por ex-membros de uma ala progressista da União Democrática Nacional (UDN) que divergiram da hegemonia de uma ala mais conservadora liderada por Arnon de Mello, que nacionalmente estava cada vez mais próxima do liberal-conservadorismo de Carlos Lacerda, que consiste na agenda econômica liberal e conservadora nos costumes.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

Quadro 2 – Eleições para governador em Alagoas – 1986

Candidatos a governador do estado	Candidatos a vice-governador	Número	Coligação	Votação	Percentual
Fernando Collor PMDB	Moacir Andrade PMDB	15	Mudança e Renovação (PMDB, PCdoB, PJ, PTB, PSC)	400.246	52,83%
Guilherme Palmeira PFL	Nelson Costa PDS	25	Aliança Liberal Cristã (PFL, PDS, PDC)	327.232	43,20%
Ronaldo Lessa PSB	Paulo Onofre de Araújo PDT	40	Frente Popular (PSB, PDT, PT, PCB, PL)	30.073	3,97%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Vale destacar que Collor se sagrou vitorioso locupletando-se do prestígio efêmero alcançado pelo Presidente Sarney em decorrência do "sucesso" não menos efêmero do Plano Cruzado²⁰, que visava ao controle da inflação e à estabilização da situação econômica do país. Este plano, implementado por Sarney em 28 de fevereiro de 1986, ficou conhecido como Plano Cruzado em virtude de este ser o nome da moeda brasileira que substituiu o cruzeiro.

O Plano Cruzado surgiu como uma esperança para a população brasileira que, na época, se defrontava com uma trajetória ascendente da inflação, a qual atingiu uma taxa anual de 517% nos meses de janeiro e fevereiro de 1986, de acordo com o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas. Nove meses depois, fracassou, pois no primeiro bimestre de 1987 a taxa anual de inflação já estava em 337%, segundo o Atlas Histórico da Fundação Getúlio Vargas.

Eleito em 1986, Fernando Collor renunciou ao governo de Alagoas em 1988 para disputar a presidência da República, alçado pela mídia à condição de governante moderno e dinâmico que, para controlar as contas públicas, tinha travado uma batalha sem tréguas contra

²⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Atlas Histórico do Brasil** (digital). Disponível em: <http://www.atlas.fgv.br>. Acesso em 10 abril de 2023.

os servidores que recebiam alto salários em Alagoas sem prestar serviços à sociedade. Forjou-se ali a figura do "caçador de marajás".

Em 1988, Ronaldo Lessa já era um político com certa capilaridade da capital. Colaboravam para isso:

- a) Suas antigas e conhecidas ligações com o falecido Teotônio Vilela;
- b) O fato de já ter exercido um mandato de deputado estadual;
- c) A projeção alcançada na disputa pelo governo em 1986.

A amálgama desses fatores viabilizou a sua eleição para a Câmara Municipal de Maceió em 1988. Além de Ronaldo Lessa, também se filiaram ao PSB, por ocasião da sua fundação, os vereadores que haviam sido eleitos em Maceió pelo PMDB, Kátia Born, Fernando Costa e Guilherme Falcão.

O principal fator que levou à ruptura desse grupo com o PMDB foi a própria entrada de Fernando Collor no partido. Collor era um político que expressava os interesses das tradicionais elites locais, cuja trajetória estava diretamente ligada à ditadura civil-militar que o próprio partido havia combatido, tendo sido, inclusive, nomeado prefeito biônico de Maceió com a benção dos militares. Segundo Kátia Born,

No momento que o Collor entra no PMDB, não havia condições, que o Collor tava cheio de denúncias. O cara da direita, na Câmara, a gente conhecia, porque ele botou cinco mil pessoas no dia que saiu na FMAC. Foi um escândalo né. Aí o Guilherme Falcão, vamos ficar no partido do Falcão. José Costa ficou, Teotônio ficou, Selma Bandeira, eu tenho uma discussão antes com a Selma, venha pra cá, você vai ser nossa candidata federal, mas a Selma, a estrutura dela dependia do PMDB. Aí, o Ronaldo, fundamos o PSB²¹.

É importante registrar que já naquela eleição estadual de 1986, Lessa conseguiu reunir em torno da sua candidatura uma expressiva coligação partidária. A Frente Popular contou com a participação do PSB, Partido Comunista Brasileiro (PCB), PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Liberal (PL). Também naquele pleito Kátia Born lançou-se candidata à deputada federal. Havia naquela eleição de 1986 uma frente de partidos que apresentava um programa radicalmente novo para Alagoas. A palavra socialismo aparecia com frequência no debate. Além disso, o próprio Lessa priorizou no seu discurso a defesa da educação pública de qualidade e a necessidade de democratizar do acesso à terra em um dos estados de maior concentração fundiária do País.

²¹ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

A despeito do programa avançado, o engenheiro Ronaldo Lessa se defrontou com duas máquinas eleitorais muito fortes. O PMDB, no seu processo de "malufização" se apresentava com o homem que coordenou a candidatura do próprio Paulo Maluf, derrotada por Tancredo no colégio eleitoral. Do outro lado, estava o Senador Guilherme Palmeira, candidato pela coligação PFL-PDS, com forte apoio dos usineiros e demais elites agrárias.

O PCdoB aprofundou a sua crise interna com a manutenção do apoio à Fernando Collor sob o argumento frágil de que Guilherme era o verdadeiro representante das forças reacionárias enquanto Collor estava neoconvertido aos valores democráticos.

Um dado importante é que havia uma expectativa latente de mudança no imaginário do eleitor alagoano. Tal sentimento foi canalizado para a liderança de Fernando Collor de Melo. Liderança essa que havia sido cuidadosamente repaginada com uma roupagem associada ao novo, em retaliação ao obscurantismo representado pelo PDS.

Essa esperança pela mudança fez com que o eleitorado alagoano se direcionasse, majoritariamente, para Fernando Collor em 1986 e para os candidatos por ele apoiados nas eleições municipais da 1988, bem como na controversa eleição estadual de 1990, na qual dois candidatos disputaram o seu apoio político em um processo que até hoje carece de um estudo histórico aprofundado.

A polarização entre as velhas forças reacionárias encabeçadas pelo PFL-PDS e o neoconservadorismo representado por Collor-PMDB fez com que o eleitor canalizasse o sentimento de mudança para o segundo, enquanto as forças de esquerda eram vistas como inviáveis pelo eleitor, principalmente em disputas majoritárias. Se fazia sentir com enorme força a máxima segundo a qual o eleitor não podia "perder seu voto", no sentido de que não devia votar em candidato com baixa chance de vitória, buscando, assim, o "mal menor".

Não podemos desprezar também a força do poder econômico presente nos dois projetos que polarizavam a disputa em Alagoas em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990. As primeiras campanhas de Ronaldo Lessa foram franciscanas, na definição dele próprio²², e contaram basicamente com o financiamento de simpatizantes da "causa" e se valiam principalmente do esforço de uma militância voluntária que simpatizava com o ideário socialista.

Há um fato relevante, digno de nota e que de certa forma poderia fazer supor uma certa alteração na atmosfera eleitoral, ao menos na capital de Alagoas, na segunda metade da década

²² Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

de 1980. Na eleição de 1988 para a prefeitura de Maceió, a polarização se refletiu nas candidaturas de Guilherme Palmeira e Renan Calheiros, esse último com o apoio do então governador Fernando Collor.

Nessa mesma eleição, o PSB, em aliança com o PCB, apresentou o nome do desconhecido Dilton Simões. A chapa alcançou 27.730 votos, um quantitativo um pouco menor do que os 30.073 votos alcançados por Ronaldo Lessa na eleição para o governo, disputada dois anos antes. Soma-se a isso o fato de a coligação na disputa para a prefeitura em 1988 ter reunido um arco bem menor de partidos em comparação com a coalizão que sustentou a candidatura de Lessa. Em 1988, por exemplo, o PT apresentou candidatura própria na figura de Pedro Verdino.

Em junho de 1988, foi realizada a primeira convenção municipal de Maceió, oportunidade na qual foram efetivados a Comissão e o Diretório Executivo. Outra particularidade desse evento residiu na discussão e posterior indicação de Dilton Simões para concorrer às eleições executivas da capital, que ocorreriam em novembro daquele ano. Novamente a cena política se encontrava polarizada entre duas vertentes conservadoras: estava na frente o ex-governador Guilherme Palmeira, do PFL, coligado ao PDC e PL; e, com o apoio do governador Fernando Collor de Melo, o peemedebista Renan Calheiros, encabeçando uma frente com mais dez partidos.

A chapa PSB/PCB obteve uma votação significativa (27.730 votos), ocupando a terceira colocação. Levando em conta a candidatura da Frente Popular dois anos antes, a votação de Ronaldo Lessa foi de 30.073 votos em todo o estado, ao passo que a votação conseguida apenas na capital foi de pouco menos de 2.300 votos. Some-se ainda ao fato de que na chapa atual não estavam nem o PT, que concorreu com candidatura própria, nem o PDT, cuja sigla não constava das coligações para o Executivo (Majella, 2019, p. 63).

Em contrapartida, muitos vereadores de esquerda cujas trajetórias estavam ligadas ao desgastado PMDB – cujo prefeito Djalma Falcão contava com a rejeição de mais 70% do eleitorado – não conseguiram ser reeleitos para a Câmara. Foram os casos de Kátia Born, Jarede Viana, Fernando Costa e Guilherme Falcão. Nesse pleito, o PSB elegeu Ronaldo Lessa e Claudionor Araújo para a Câmara Municipal de Maceió.

É praticamente um consenso que a grande virada do campo progressista após a redemocratização se deu com a campanha de Lula à presidência da República em 1989. Ali ficou claro que uma parcela significativa do eleitorado era permeável a um programa mais radical de reformas estruturais. Ainda assim, esse eleitorado era insuficiente para eleger um presidente. Deriva daí a inflexão feita por Lula em 2002 em busca de um eleitorado de perfil mais conservador.

Em Alagoas, como já dito, o grande ponto de inflexão foi, sem dúvida a eleição do então vereador Ronaldo Lessa para a prefeitura de Maceió, nas eleições de 1992, o que contrariou todas as pesquisas de opinião. Naquele processo, Ronaldo Lessa concorria como grande azarão. Tudo parecia se encaminhar para a repetição da polarização com uma tênue diferença. O espaço

ocupado pelo PMDB foi ocupado pelo PSDB, que tinha como candidato o senador Teotônio Vilela Filho.

As conhecidas relações entre Ronaldo Lessa e o pai do candidato do PSDB trouxe à tona para essa eleição elementos inusitados. Na visão de Teotônio Vilela Filho, a candidatura de Ronaldo representou uma traição à família que teria lhe dado abrigo.

[...] a gente brigou. Porque o Téo foi grosseiro, ele chegou, disse que eu vivia, matou a minha fome na cozinha dele, família e depois eu também tava me rebelando contra ele.

[...] Na TV, aí a gente criou um clima hostil, mas eu disse a pura verdade. E aliás, também tem disso o seguinte, se ele tivesse me dado comida, isso não me diminuiria, me sentiria até honrado, porque hoje eu estaria na condição que tô. Não precisou disso, mas eu era muito grato por tudo que o pai dele fez por mim.²³

Por sua vez, Ronaldo Lessa rebateu, afirmando que o próprio pai do seu adversário o havia escolhido como sucessor. Ronaldo tinha e mantém até hoje uma visão de admiração pelo velho Teotônio. Ao ser questionado sobre o passado reacionário do senador, respondeu:

Então a gente tinha essa empatia, eu adorava ele, o pessoal diz “ah ele foi um conservador”, quando a RV veio pra cá ele pegou em arma na praça do (Inaudível), eu digo que isso tem mais valor ainda, porque ele nasce num berço de aristocrata e vai, vai, vai fazendo isso, então não tem isso pra mim, não é demérito.²⁴

Nessa eleição, tanto Kátia Born quanto o próprio Ronaldo Lessa lembraram que a expressão "candidato garçom" foi usada de forma pejorativa para se referir ao fato de que Ronaldo não conseguia pontuar acima de 10% nas pesquisas eleitorais.

Então, eram dois candidatos fortíssimos e ele, assim, o Ronaldo, para você ter uma ideia, o Ronaldo e a Heloísa passaram muito tempo ouvindo provocações de que era o candidato Garçom, essa história que não atingia nem 10%. E para nós foi toda uma surpresa, porque o Ronaldo, quando ele vem no primeiro turno e dá todo um período para que ele fosse o candidato²⁵.

Esses acontecimentos também são lembrados por Ricardo Coelho²⁶:

O Ronaldo Lessa sempre é candidato, ele é chamado de candidato garçom, porque nas pesquisas ele só dava até 10%. E ele vai crescendo paulatinamente, ele estava vendo que ele estava crescendo um pouquinho, mas sem chance, porque era Téo pelo lado do Renan, do Divaldo Suruagy. E do lado do GB estava o Zé Bernardes, que era o melhor quadro da direita. Eu sou muito fã, começava a ver pela esquerda, então o que é que acontece? O impeachment do Collor, tem uma influência decisiva, porque o Collor era daqui.

²³ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

²⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

²⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

Para Lessa, a chave para a virada foi o desgaste ético, moral e econômico que se instalou no Brasil e em especial, em Alagoas, por conta das denúncias de corrupção e o posterior afastamento do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Naquele momento, abriu-se a janela para o "novo", e Ronaldo Lessa foi o grande caudatário desse fenômeno, elegendo-se prefeito de Maceió naquele mesmo ano.

Em 1992, aí a gente lançou Ronaldo candidato a prefeito, era chamado candidato garçom. E eu assumi a presidência da CUT. Em 1991. Em 1992 foi a campanha de prefeito. Aí, Paulão era secretário-geral da CUT, Ronaldo Medeiros era tesoureiro e eu presidente da CUT. Aí começamos a fazer um movimento, Ronaldo, aí veio o impeachment do Collor, que ajudou muito.²⁷

Contudo, Ronaldo Lessa não só pavimentou o caminho para que a esquerda chegasse ao poder pela via eleitoral: tanto Kátia quanto o próprio Ronaldo Lessa enfatizaram que foi ele, através da sua liderança, que colocou como condição a indicação de uma mulher para ser sua companheira de chapa nas eleições municipais de 1992.

O debate interno que resultou na escolha de Heloísa Helena, segundo Ronaldo, se deu de forma autônoma dentro do PT de Maceió. Havia quadros femininos com mais história dentro do Partido dos Trabalhadores, porém, não demonstraram interesse em colocar os seus nomes, pois julgavam que a candidatura de Lessa não tinha viabilidade eleitoral. Ao final, Heloísa aceitou a "missão". Uma vez eleito, Ronaldo Lessa também foi pioneiro na nomeação de quadros femininos para a ocupação de cargos no primeiro escalão.

Eu achava, acho que: primeiro, mulher é maioria, segundo, é discriminada, terceiro, a mulher tem uma visão diferenciada. Eu acho que quanto mais mulher na política, melhor será a política. Isso eu não tenho dúvida nenhuma. Eu fiz isso no meu governo, entendeu? Até a minha época, eu que botava mais mulheres secretárias, até agora o Paulo está fazendo isso, entendeu? Eu fazia porque sentia que era importante. Inclusive eleitoralmente também, eu acho que estava num momento das pessoas quererem torcer também por mulher, hoje em dia é empoderamento, mas naquela época era... Bom, resultado, eu pedi mas depois o Pedrinho dizia a Maria vai ser vereadora, você não vai ganhar. Eu sei. Então não Maria, eu ia pra Alba, ele não deu nenhuma. Eu fui buscar a Heloísa, porque o Pedrinho, eu fui na casa dela, ela com aqueles cachorros daquele tamanho quase botam a gente pra correr com os cachorros. Casada com o Mário, não quis saber, não me lembro na época se era com Mário. Eu sei que ela não quis saber, disse: "olha vocês são tudo igual". Eu digo: "igual não", comecei a brigar com ela, uma semana mais ou menos para aceitar, porque ela era uma sindicalista, aquela, toda a cabeça dela, que você sabe o que é que ela é. Foi difícil, mas ela foi guerreira. Por exemplo, na minha eleição, ela foi muito importante para a eleição. Aquele momento precisava de uma pessoa com o discurso dela, com a forma dela, entendeu? Heloísa foi fundamental.²⁸

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

Aqui podemos destacar mulheres como Kátia Born e Maria José Viana que ocuparam respectivamente as secretarias de saúde e educação, que eram e permanecem sendo as que desempenham os papéis mais vitais em qualquer governo, ainda mais quando estamos tratando de uma capital como Maceió, que ostenta indicadores tão dramáticos nas duas áreas. Ronaldo, que em 2022 foi eleito vice-governador do estado, fala com orgulho da participação feminina no atual governo de Paulo Dantas, e destaca o seu próprio pioneirismo nesse debate.

Quando questionado sobre o porquê das escolhas de personagens femininas na composição do seu governo, Ronaldo salientou a sua intuição. Além disso, destacou uma suposta sensibilidade feminina na percepção e elaboração de políticas públicas. Acrescentou também que, já na década de 1990, percebeu que a sociedade em Maceió aspirava a uma representação feminina.

Na ausência de pesquisas que apontassem essa predisposição, ele mais uma vez credita à sua intuição política, isto é, o desfecho do processo eleitoral em Maceió no ano de 1996 só foi possível por conta da ascensão de Lessa, essa figura política controversa que, posteriormente, se elegeu governador de Alagoas após o colapso do estado em 1997 por ocasião do governo de Divaldo Suruagy.

3.4 A eleição municipal de 1992

Como dito, a ascensão de Ronaldo Lessa é um capítulo de fundamental importância para a compreensão do processo eleitoral de 1996 em Maceió. Figura de proa do PSB, Ronaldo foi vereador em Maceió e se lançou candidato à prefeitura na eleição de 1992.

As primeiras pesquisas apontaram que suas chances eram limitadas em um cenário polarizado, no qual o candidato Teotônio Vilela Filho, do PSDB, liderava, tendo no seu encalço José Bernardes, do PTB – que contou com o apoio do então presidente Fernando Collor. Ronaldo Lessa era visto como um candidato exótico e constantemente era vítima de chacota por parte da classe política tradicional, que se referia a ele como candidato garçom, como foi contado anteriormente, nas falas de Mário Agra e Ricardo Coelho²⁹.

Inseguro quanto às suas reais viabilidades eleitorais, o próprio Ronaldo chegou a cogitar não seguir adiante com a sua candidatura, e compor uma chapa com Teotônio Vilela. Essa alternativa foi testemunhada pelo então dirigente petista, Ricardo Coelho, para quem Ronaldo

²⁹ Cf. p.36, nesta dissertação.

chegou inclusive a falar sobre a possibilidade de não disputar a prefeitura, para coordenar a campanha do PSDB:

Aí em 92 a gente forçando Ronaldo a ser candidato e a vice com o PT, né? E Ronaldo quer ser vice do Téo. Aí ó... sabe o que é que o Renan fala? “O vice vai ser o Marco Vasconcelos que morreu, e o Ronaldo vai ser o coordenador da campanha”. Aí Ronaldo se vira para mim: “o que é que vocês acham”? Eu digo: “Ronaldo, se você quiser ficar, eu sempre fui muito desbocado, mas o PT está saindo dessa conversa, e o PT vai lançar candidato a prefeito. Se ninguém quiser, eu sou. Isso é assim mesmo.”³⁰

Fato relevante é que as esquerdas alagoanas seguiram divididas para o pleito municipal de 1992, uma vez que o PCdoB, já legalizado desde 1993, compôs a frente de partidos que apoiou Teotônio, enquanto o PT, seguindo coerentemente a linha que vinha adotado desde a redemocratização, apoiou a candidatura de Ronaldo Lessa, indicando Heloísa Helena como candidata à vice.

Segundo Thomaz Beltrão³¹, dentro do PT houve um debate no processo de indicação do candidato a vice. Parte dos filiados defendeu a indicação de Ricardo Coutinho, enquanto uma fatia defendeu o nome de Heloísa Helena. Ricardo Coutinho era um filiado histórico, e esteve nas origens de fundação do PT. Para Beltrão, a indicação de Heloísa ocorreu principalmente pela preferência de Ronaldo, que entendia que a presença de uma mulher na chapa lhe daria maior viabilidade política e eleitoral.

No entanto, de acordo com Ricardo Coelho, nunca chegou haver um debate interno no PT acerca da indicação do nome que deveria compor a chapa com Ronaldo Lessa. A princípio, ele próprio teria aceitado a indicação para vice, por sugestão de Ronaldo, porém, alguns dias depois, foi também convencido pelo próprio Ronaldo da importância de se ter, na composição da chapa majoritária, uma candidata mulher.

No relato de Ricardo Coelho, tal substituição foi aceita por ele próprio e de forma consensual pela direção partidária, não gerando fissuras e celeumas entre a militância petista.

Aí no outro dia, o Ronaldo me liga, “eu acho que vou ser candidato a prefeito. Você aceita ser meu vice?” Aí é que entra a história da Heloísa, e aí a gente tomou café, em uma padaria ali na frente, começou, fechamos, fui ao PT, comuniquei, todo mundo achou muito bom. Aí, depois que já ia registrar, ele disse, “Ricardo, Ricardo estava pensando, eu estava vendo as pesquisas aqui, tem o pessoal das mulheres, não tem nenhuma mulher para ir? Você ficaria com raiva?” Não, não. Estou aqui no sacrifício, não, não tem problema, não.³²

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

³¹ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

³² Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

A memória dos entrevistados nos permite perceber que parte da opinião pública e do eleitorado maceioense não só estava permeável à participação da mulher na política, como se predispunha a apoiar uma chapa que tivesse tal configuração.

Ao se indagar sobre os fatores que levaram à virada surpreendente de Ronaldo naquele pleito, Thomaz recorda da grave crise econômica e moral que sacudia o País na época, por ocasião do Impeachment de Fernando Collor, abatido no meio do seu mandato após denúncias de corrupção feitas pelo próprio irmão.³³

Se em todo o Brasil o escândalo abalou a classe política tradicional, podemos intuir que esse abalo se fez sentir de forma ainda mais impactante em Alagoas, estado de origem e que tinha sido governado por Collor. Em todo o País, o eleitorado se tornou mais permeável aos candidatos progressistas. Ainda era muito viva a memória da eleição presidencial de 1989, na qual Lula havia sido derrotado por Collor por pequena margem de votos.

Em Alagoas, a candidatura de Ronaldo Lessa e Heloísa Helena era, nessa perspectiva, uma oportunidade de o eleitorado corrigir a decisão "errada" tomada em 1989, rejeitando os candidatos cujas biografias políticas e pessoais se assemelhavam à do presidente afastado. Thomaz atribui a esse fenômeno um peso para a virada de Ronaldo e sua posterior vitória. Em sua opinião, a liderança carismática de Lula teve influência menor naquele processo.

É precisamente esse o momento em que Heloísa, na visão de Thomaz Beltrão, vai ascender como fenômeno político. Segundo ele, durante sua gestão, Ronaldo Lessa se empenhou em dar visibilidade política à sua vice, delegando a ela atribuições e funções de relevância. Heloísa estava longe de ser uma vice decorativa. Somava-se a isso tudo sua reconhecida capacidade retórica, além da simpatia natural de uma parte da opinião pública pela figura da mulher na política³⁴.

Paralelamente a isso, Ronaldo Lessa também fortalecia a então vereadora Kátia Born, filiada ao seu partido, e que também buscava atrair, através da sua ação legislativa, a atenção do eleitorado da capital. No entendimento de Thomaz, não houve, necessariamente, um acordo para que Ronaldo apoiasse Heloísa na sua sucessão, mas havia tacitamente no imaginário da população a impressão de que ele se inclinaria a apoiar uma sucessora mulher.

Em divergência com a visão sustentada por Thomaz Beltrão, Ricardo Coelho entende que a ascensão de Heloísa Helena é anterior à própria vitória de Ronaldo. Para ele, a projeção de Heloísa aconteceu ainda durante a campanha eleitoral. No entender de Coelho, enquanto

³³ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

Ronaldo conservava um estilo mais moderado, Heloísa assumiu uma postura mais radical, de ataque às elites tradicionais, esse discurso, naturalmente acabava por despertar mais paixão na militância, sobretudo, entre os mais jovens.

Na opinião de Coelho, a participação de Heloísa, se não foi decisiva, teve um peso importante para a eleição de Ronaldo Lessa à prefeitura em 1992.

Mas tem. Tem no crescimento naquele momento do impeachment discurso dela mais à esquerda contra os usineiros. Ela radicalizava demais, a Heloísa. As gravações da Heloísa são cada discurso. Muito emocional, era um discurso muito inflamado, muito emocional. Serviu bem na eleição de 96, mas não serviu mais.³⁵

Podemos então intuir que, naquele momento, Ronaldo Lessa era a expressão do novo, um novo que triunfaria sepultando uma classe política carcomida, corrupta, vinculada ao passado ditatorial e responsável pelo atraso socioeconômico do Estado e de sua capital.

Cedo ou tarde, aqueles ares de mudança que eram respirados na capital se espalhariam pelo estado. Em todos esses episódios que marcaram a política de Maceió no início dos anos 1990, Thomaz esteve filiado ao PCdoB. Em 1988, o partido saiu do longo período na ilegalidade e resgatou seu registro. Contudo, a linha política permaneceu inalterada, sob a liderança do ex-deputado Eduardo Bonfim.

O partido permanecia fiel à ideia de formação de frente ampla com aquelas forças e atores políticos que haviam se unido para conduzir a transição democrática. Não obstante, os debates internos dentro do PCdoB se acentuaram, pavimentando o caminho para a grande ruptura que viria a acontecer em 1994, quando o partido insistiu em marchar com a candidatura de Divaldo Suruagy ao governo estadual.

Nas memórias mais remotas de Thomaz Beltrão³⁶, Heloísa, mesmo no PT, mantinha relações fraternas com uma ala do PCdoB, partido no qual ela chegou a atuar durante a sua militância no movimento estudantil. Esta ala do PCdoB que rompeu com o partido por discordar do apoio à Divaldo Suruagy, um ex-apoiador da ditadura civil-militar que nunca chegou a fazer uma autocrítica profunda da sua atuação, viria a formar a Corrente de Esquerda Unificada (CEU), que atuou como núcleo independente, apoiando e construindo a candidatura de Marcos Viera e Tutmés Airam, em 1994.

Em 1995, a CEU ingressou oficialmente no PT, aderindo à Democracia Socialista (DS) tendência de orientação trotskysta que também abrigava Heloísa Helena. Thomaz não enxerga

³⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

necessariamente uma contradição no fato de ex-membros do PCdoB entrarem numa corrente trotskysta. Na visão dele, em 1995 o trotskismo era para a DS apenas uma miríade. Na sua visão, não foram os novos filiados que aderiram ao trotskismo e sim a corrente que se reposicionou sob a batuta dos novos dirigentes.

A visão sustentada por Thomaz é a que corroborada pela memória de Tutmés Airam, nas seguintes palavras: “[...]tinha raiz trotskista, mas era um trotskismo mais, vamos dizer, mais ilustrado, né? Fazia bem o debate, tinha uns quadros intelectuais, interessantes”.³⁷

A trama que resultou na eleição de Ronaldo Lessa e posteriormente no inusitado segundo turno de 1996 foi o resultado de inúmeras variáveis. A propósito, raramente os fenômenos históricos decorrem de um único fator. Além da gigantesca crise econômica que se agravou no governo de Geraldo Bulhões (1991-1995), acumulando uma dívida de 450 milhões, comprometendo o pagamento de fornecedores e colapsando serviços que já eram precários, o estado de Alagoas assistiu a uma escalada na violência. Essa violência se manifestava tanto no cotidiano dos cidadãos comuns quanto na esfera política.

Em 1º de janeiro de 1995, o senador Divaldo Suruagy, recebeu das mãos do governador Geraldo Bulhões, o estado em uma situação extremamente crítica. A rede de ensino público estadual se encontrava praticamente paralisada. Na área da saúde, as unidades de emergência, encontravam-se em greve há oito meses. A Justiça Estadual havia decretado a prisão de vários secretários de estado e diretores das administrações direta e indireta, pelo não cumprimento de suas sentenças, para finalmente também suspender as suas atividades por não ter atendidas suas determinações. O funcionalismo estadual, estava com cerca de duas folhas e meia de pagamento em atrasos (Almeida, 1999, p. 100).

O desarranjo nas contas públicas gerava uma anomia nos aparatos policiais. À margem das leis, mas protegidos pelas autoridades e pela inércia policial das mais variadas patentes, atuavam como milícias, impondo a violência em todo Estado. Estava evidente para uma parcela da sociedade que a velha classe dirigente não era capaz de reestabelecer a estabilidade, até porque, era ela a causa maior da situação na qual o estado se encontrava (Majella, 2019).

Havia algo de inusitado naquele processo eleitoral. As duas candidatas que lideraram as pesquisas e chegaram ao segundo turno estavam comprometidas com segmentos da sociedade ligados às camadas populares, suas práticas discursivas estavam direcionadas à crítica aos projetos oligárquicos e a origem social de ambas não estava relacionada à elite do Estado.

Além do fato de serem mulheres, Heloísa Helena e Kátia Born tinham construído uma história de militância naquilo que poderíamos chamar de nova esquerda alagoana.

³⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airam ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

Além disso tudo, podemos dizer que ambas germinaram politicamente da mesma semente. Aqui nos referimos ao fato de as duas terem ganhado maior projeção e visibilidade por fazerem parte do governo de Ronaldo Lessa. Como já frisamos anteriormente, Ronaldo foi, sem dúvida, o precursor dessa ascensão da esquerda em solo alagoano. Sua liderança carismática era, de certa forma, uma luz que se projetava sobre as duas candidatas. Por apresentarem mais semelhanças que diferenças, esperava-se das oponentes uma postura equilibrada.

Outra questão importante, que deve ser objeto da nossa reflexão, é a própria dificuldade encontrada naquele momento pela campanha petista para construir uma narrativa crítica e de enfrentamento à candidatura de Kátia Born, patrocinada por Ronaldo Lessa. Essa dificuldade derivava do fato de o PT ter feito parte do governo de Lessa, ocupando importantes espaços na sua administração. Como então estabelecer uma diferenciação, em relação à candidatura do PSB?

Quando indagado sobre essa situação, Ricardo Coelho reafirma a centralidade de Ronaldo Lessa e afirma que: “O nosso foco era avançar nas mudanças, era avançar nas mudanças, porque é esse o modo que a gente falava na propaganda que a gente constituía. era avançar nas mudanças e como construir uma Maceió para todos”.³⁸

Tutmés Airam, que à época presidia o diretório municipal do PT, também reafirma a linha segundo a qual o PT buscou se diferenciar da campanha do PSB, sustentando o discurso de que era necessário avançar nas transformações que haviam sido iniciadas por Ronaldo, apresentando-se como força política mais capaz de aprofundar e acelerar tais mudanças: “Era um equilíbrio difícil de fazer, né? Mas a gente, na verdade, intuitivamente, a gente se apresentava como a parte mais legítima da Aliança para levar à frente o projeto, entendeu?”³⁹

3.5 Feminismo, crise econômica e declínio oligárquico

Por não terem suas trajetórias políticas ligadas à violência, e por se apresentarem como duas humanistas, esperava-se também que o debate entre as duas candidatas se desse num patamar civilizatório mais elevado. Para Ronaldo Lessa, tal expectativa se materializou na prática. Havia uma sobriedade naquele enfrentamento. As candidatas evitaram ataques pessoais

³⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

³⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airam ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

e procuraram discutir a cidade na perspectiva de um urbanismo que viesse a humanizar as relações.

Contudo, já havia um prenúncio do que viria a ser uma campanha eleitoral dali para frente. Mesmo longe do advento das redes sociais, aquilo que as candidatas não verbalizavam nos espaços institucionais da campanha reverberava no pântano do processo eleitoral. Em outras palavras, o trabalho sujo era feito nos entremeios, por personagens que frequentemente se dispõem a manusear a indústria dos boatos e difamações.

Kátia Born e Heloísa Helena nunca fizeram da luta feminista a sua principal agenda. Queremos com isso dizer que a pauta da emancipação da mulher nunca foi o elemento discursivo principal das suas atuações. Mas em certo sentido, a mulher e seu papel na sociedade era um tema inevitável. Em certo sentido, elas também estavam ali por serem lideranças femininas, por entenderem a mulher numa perspectiva diferente. Era e permanece comum em Alagoas vermos mulheres ocuparem cargos públicos pela benção política dos seus pais ou esposos, sendo elas caudatárias desses espólios eleitorais. Tal condição nada tem a ver com o fenômeno Kátia/Heloísa, uma vez que, nesses casos, a mulher era a expressão de um grupo político controlado por elementos masculinos e os projetos políticos não estavam comprometidos em debater o papel da mulher.

Por outro lado, em grande parte, a questão da sexualidade, de gênero, da homoafetividade, das liberdades, pautou o debate em espaços secundários e infrainstitucionais no processo eleitoral de 1996. No centro, ou seja, no guia eleitoral, nos debates veiculados pelas TVs e nos materiais gráficos, a discussão girava em torno da cidade, da questão econômica e do caráter popular e antioligárquico das duas campanhas.

A dinâmica do processo que levou Kátia e Heloísa ao segundo turno fez com que a própria oligarquia alagoana se visse em uma situação de ter que escolher entre duas candidatas que reverberavam um discurso antioligárquico. Assim, também se viram os eleitores mais identificados com projetos conservadores, que haviam ficado pelo caminho, neutralizados ainda no primeiro turno.

Segundo Thomaz Beltrão, Heloísa teria sido a caudatária dos votos de setores mais conservadores.⁴⁰ Existem várias hipóteses para esse deslocamento do eleitorado mais conservador para a campanha de Heloísa. Uma delas era suas conhecidas relações com lideranças ligadas à Igreja Católica, as quais, juntamente com sua fé cristã, sempre foram verbalizadas por ela própria. Heloísa Helena se definiu em muitos momentos como uma

⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

trotskista-cristã, e também não foram poucos os momentos nos quais tratou com humor dessa situação.

Uma outra hipótese estava na questão de como a sexualidade foi debatida no pântano da campanha. A homossexualidade assumida da então candidata Kátia Born foi muitas vezes usada como argumento pelos setores conservadores, que buscavam justificar o apoio à Heloísa. Viam-se na situação de escolher entre o “mal maior” e o “mal menor”. Heloísa era o mal menor.

Para a classe política alagoana, que era a expressão dos interesses mais conservadores, a eleição de 1996 em Maceió também representava uma derrota cujos efeitos teriam que ser minimizados. A leitura sobre a candidatura que representaria um mal menor não foi consensual entre esses atores políticos. Nenhuma elite consegue um grau de coesão a ponto de homogeneizar suas posições num cenário eleitoral.

Dois importantes expoentes das elites agrárias do interior de Alagoas desempenharam um papel importante, porém discreto, na campanha de Heloísa Helena. Foram eles os deputados João Beltrão e Cícero Ferro. Segundo Thomaz Beltrão⁴¹, ambos faziam questão de estar presentes nas plenárias de campanha e mobilizaram recursos durante o processo. Heloísa evitava dar protagonismo a esses atores. Tacitamente, buscou conduzir o processo obedecendo a lógica segundo a qual voto não se recusa.

Refletindo sobre o impacto desses apoios na campanha petista, Ricardo Coelho, lembra do enorme constrangimento entre os membros da direção partidária, e entre a própria militância. A presença de figuras tradicionalmente ligadas ao latifúndio e à violência suscitava reações, principalmente entre os militantes mais jovens e mais identificados com o ideário socialista, que ainda impulsionava grande parte das campanhas do PT em todo o Brasil.

A gente achava horrível, né? A gente não queria não, né? Mas perdeu o controle da eleição tanto é que a gente faz um ato, ali onde era o antigo Colégio Cenecista, faz um grande ato, aí o pessoal diz ah, que coisa horrível, será que esse pessoal vai participar de novo? Ah, horrível, ninguém queria.⁴²

Refletindo sobre o papel desempenhado pela elite econômica e política alagoana naquele processo, Tutmés Airam, que à época, era presidente do Diretório Municipal do PT, afirmou:

Eu acho que nós tivemos o apoio do primeiro para o segundo turno e tivemos o apoio do pessoal de Albérico. Albérico Cordeiro. Albérico veio. Ele veio com uma turma dele, uma turma por sinal muito boa. E...e... Tiveram muita habilidade, se souberam

⁴¹ Entrevista de pesquisa concedida por Thomaz Beltrão ao autor, no dia 21 de julho de 2023, em Maceió.

⁴² Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

chegar, né? E o PT era complicado, para aceitar adesões, alianças. PT era muito complicado, né? E isso espantou uma grande parte da elite que queria vir. Né? ⁴³

Percebe-se no relato de Tutmés que uma parte do PT estava mais permeável ao diálogo com setores da elite política e econômica, que historicamente não compartilhavam das pautas do partido, enquanto outros eram mais refratários. Na fala do atual desembargador, é possível identificar um certo tom de lamentação, por aquilo que ele chama de sectarismo, que teria afastado da campanha alguns setores que poderiam ter desempenhado um papel relevante.

Por outro lado, Francisco Tenório, temido deputado e ex-delegado da Polícia Civil, marchou ao lado de Kátia Born. As divisões também refletiam as relações e expectativas entre esses parlamentares com o então prefeito Ronaldo Lessa, que naquele momento controlava a máquina municipal, ostentava uma excelente avaliação entre os eleitores da capital e, além disso, sua imagem começava a se projetar para o interior do Estado.

Os piores receios da elite alagoana em relação à Kátia Born e Heloísa Helena se materializaram em realidade um ano depois da eleição de 1996. Independente das escolhas, a elite alagoana percebeu que não tinha o domínio sobre aquelas personagens. Eram porta-vozes de outros mundos e suas vozes ecoavam outras aflições. Eram vozes há muito não ouvidas por aqueles que estavam no poder.

Em 1997, por ocasião da gigantesca crise econômica que aniquilou o estado, solapando as mínimas capacidades de oferecer serviços ao povo, lá estavam de novo as duas personagens: Heloísa protagonizando dentro da Assembleia Legislativa uma dura batalha pelo afastamento do então governador Divaldo Suruagy, e Kátia Born em cima de um trio elétrico, inflamando o povo a tomar a praça em frente à casa Tavares Bastos, de modo a pressionar os deputados a aprovarem o impeachment do governador.

Para além da histórica desigualdade econômica e social que marca o estado e sua capital, nada ocorreu em Alagoas nos anos 1990 que não tenha sido recortado pela tragédia econômica. Nenhuma relação ficou imune ao colapso estatal. Já em 1994, por ocasião da transição para o governo de Suruagy, o estado, então sob o comando de Geraldo Bulhões, acumulava três folhas salariais de atraso. Havia um déficit crescente entre arrecadação/receita e despesas (Cavalcante, 2017).

A própria eleição de Divaldo Suruagy expressava um movimento no qual o eleitor, de alguma forma, tentava através do seu ato um último esforço para o saneamento da situação

⁴³ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

falimentar na qual o estado se encontrava, uma vez que, nos seus mandatos anteriores, Suruagy havia criado uma marca de bom e responsável administrador das contas públicas.

A vitória de Suruagy com mais de 80% dos votos válidos expressava bem o desejo de normalização institucional da sociedade alagoana. A expectativa do funcionalismo era que Suruagy, que em seus dois governos anteriores havia honrado a regularidade do calendário anual de pagamento, pudesse, com seu decantado prestígio em Brasília regularizar a situação do estado e, assim, minimizar as angústias do povo alagoano (Almeida, 1999, p. 100).

O prestígio a que a autora se refere acima derivava do fato de Suruagy ter sido deputado federal em várias legislaturas e ter sido também senador, construindo sólidas relações com agentes públicos e privados. Durante a sua passagem pelo Senado, Suruagy havia, inclusive, se aproximado de Fernando Henrique Cardoso, a quem apoiou na eleição presidencial de 1994, abrindo divergência com o seu próprio partido, o PMDB, que havia lançado como candidato o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia.

Tanto Geraldo Bulhões quanto seu sucessor, Divaldo Suruagy, relutaram em aplicar o remédio amargo para sanear as contas públicas. Os acordos assinados com o setor sucroalcooleiro tiveram um efeito ainda mais corrosivo sobre a arrecadação, e funcionavam como veneno injetado na veia de um paciente em estado semiterminal. Parte considerável do funcionalismo público que prestava serviços ao governo do Estado sempre esteve alojado na capital.

Na década de 1990, Maceió já concentrava mais de um terço da população de Alagoas. Portanto, era previsível que a cidade funcionasse como um escoadouro para os dilemas e insatisfações que se acumulavam no estado. Era de se esperar também que se convertesse em palco das grandes experiências e tentativas de mudança. Não por acaso, muitos se perguntaram por que Ronaldo Lessa não utilizava o seu prestígio crescente na capital para disputar o governo do estado em 1994. Ao que Lessa respondia que a eleição estadual exigia uma penetração e enraizamento no interior que seu grupo não tinha, além de ser uma campanha muito mais cara.

Somava-se a isso o fato de Maceió ter construído a fama de capital governada por prefeitos tampões, aqueles que não concluíam seus mandatos. Ronaldo havia prometido em campanha não reproduzir essa faceta. Lessa, com a sua sagacidade e faro político, conseguia entender que o caminho era sinuoso e cheio de armadilhas. Ao indicar o engenheiro Marcos Vieira e o advogado Tutmés Airan para concorrerem ao governo de Alagoas em 1994, conseguiu aquilo que queria: plantar para colher depois. Com uma campanha feita com pouquíssimos recursos, conseguiu verbalizar que de Maceió poderia estar surgindo um projeto alternativo para o Estado.

No emaranhado labirinto de partidos que se tornou a cena política brasileira após a redemocratização, também merece nota o fato de as duas candidatas estarem filiadas a partidos com definição programática e ideológica, o que poderia sinalizar uma mudança qualitativamente positiva na forma como o eleitor passou a fazer suas escolhas. Os candidatos que se apresentaram por partidos cartoriais com baixa ou nenhuma definição programática e apoiados pela elite tradicional, foram dizimados no processo, alcançando pouquíssimo apelo no curso geral daquela eleição.

4 A ELEIÇÃO DE 1996

4.1 A Trajetória de Kátia Born

Kátia Born nasceu em Viçosa, na Zona da Mata alagoana. Migrou para Maceió em 1964, quando viu parte da sua família ser destruída em virtude de disputas políticas locais. Ela recorda que já na infância, em virtude das escolhas políticas dos seus familiares que eram ligados à esquerda, entrou em contato com temas como a reforma agrária e a questão da organização dos trabalhadores.

Olha, minha origem é a cidade é Viçosa, né. Em 1964, eu tive meu tio preso, meu avô perseguido, a família quase destruída na cidade Viçosa. Eu fazia o quarto ano do primário, naquela época, e tinha vindo em janeiro para Maceió, em março de 1964. Eu tinha dez anos de idade, mais ou menos. Em março de 1964, meu avô foi perseguido, meu tio preso, destruíram a vida da minha família em Viçosa, né, meu avô fazia parte do movimento de esquerda, meu tio também. Então era um alvo.⁴⁴

Formada em odontologia pela Ufal, Kátia passou num concurso público e foi destacada para atuar na periferia de Maceió, no bairro do Vergel do Lago. A pobreza da população assistida, em especial as crianças, e a péssima estrutura de trabalho da unidade em que trabalhava aparecem com destaque em suas memórias.

Kátia recorda que as pessoas só podiam ser atendidas se estivessem pagando o INSS, mas que, em muitos momentos burlou essa regra para viabilizar os atendimentos. Também lembra de ter feito voluntariamente muitas campanhas de consciência voltadas para a saúde bucal. Esteve também à frente de manifestações que cobravam do governo uma melhor estrutura para o atendimento da população do Vergel.

Foi precisamente por conta dessa atuação no Vergel que Kátia Born viu se abrir a porta para a vida política institucional. Encorajada pelas mulheres do bairro e disputar uma campanha para a Câmara Municipal, Kátia se aproximou do MDB e de lideranças como o ex-deputado Mendonça Neto.

Fiz odontologia, me formei aos 20 anos de idade, fiz concurso para o Ministério da Saúde, passei em terceiro lugar e tinha duas vagas, uma professora minha, professora Marcela, desistiu porque não podia assumir, porque já era da universidade, e depois de 3 anos eu assumi, já tinha consultório, já trabalhava em Messias. Fui trabalhar no Vergel do Lago, comecei em 78, 79. E lá no Vergel eu era dentista, onde eu trabalhava na Marquês de Pombal, era um local que a odontologia parecia que nunca tinha existido. Tinha 5 agulhas para você atender 30 crianças. E a maioria você tinha que extrair os dentes dela, porque não tinha mais condições, eu só atendia criança. E aquele meu trabalho lá, eu atendia durante o dia e a noite eu fazia palestra no centro comunitário, que era para educar aquelas mães, que aquelas crianças não podiam estar

⁴⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

extraindo todos os dentes com 7 ou 8 anos de idade, que trocasse o doce, o confeito por uma fruta e escovarem os dentes deles. Então, faltava água, eu mandava, em vez de suspender o atendimento, eu mandava vir uma mangueira da casa vizinha para botar no povo, faltava agulha, eu levava do meu consultório para lá, então eu fiz um trabalho lá na minha área no Vergel, mas sem um entendimento em ser candidata. 1980, aí as mulheres começaram a gostar do meu trabalho lá e dizer, não doutora Kátia, a senhora tem que ser a nossa vereadora do bairro, as mulheres e mães das crianças. Essa imagem nunca deixei, e naquela época tinha uma questão, só podia ser atendido no posto, quem pagasse o INSS. Não existia SUS, mas eu não tinha problema, eu atendia um, aí com o número daquela pessoa ali, eu não botava no cadastro, no registro, mas atendia, tava com dor de dente, eu atendia, não tinha problema, atendia todo mundo, tanto que eu estourava meu número de atendimento, e naquela época tinha uma história que você ganhava, você melhorava de nível no Ministério de acordo com o seu atendimento, atendimento às pessoas, então eu fazia passeata, em 1979, eu fazia passeata de lá no Vergel até o INSS, para poder pedir para comprar material, porque faltava tudo no posto de saúde. Então essa minha vida no Vergel mesmo e minha vida política começou desde o Vergel com aquelas mulheres do Vergel do lado. Aí conheci, como é o nome dele? Sobrinho do Toroca, esqueci agora, Laranjeiras, lá que era da juventude do MDB, aí ele disse “olha, vamos lá falar com o Mendonça Neto”, aí o Mendonça disse “você quer ser candidata a vereadora?” Diz, olha, as mulheres lá no Vergel dizem que se eu for candidata elas votariam em mim, mas eu até que gostaria. Aí me filiei ao MDB, saiu na tribuna, a foto minha, foi 1981⁴⁵.

Em 1982 Kátia foi eleita vereadora pelo PMDB. Muitas vezes usando uma Kombi velha que possuía, a candidata rodava os bairros da capital ao lado de outros candidatos, todos ligados à esquerda, divulgando suas ideias num megafone. Kátia se elegeu vereadora de Maceió ao lado de outros nomes como Freitas Neto, Guilherme Falcão e Fernando Costa. Por essa época, segundo suas memórias, Ronaldo Lessa se elegeu deputado estadual ao lado de Mendonça Neto, Sérgio Bandeira e outros.

Subia na praça Deodoro, pegava o megafone, e aí a gente fez um grupo de pessoas de esquerda, era eu, Fernando Costa, Guilherme Falcão, Freitas Neto e Bráulio Cavalcante. Aí tinha Rubens Colaço, que era borracheiro, e Marcinho Ilha Verçosa. Então aquela minha “Kombi véia”, com quatro boca de som e um caminhãozinho do candidato a vereador, que era o mais comunista de todos, e era onde ele levava os pneus, que era o Rubens Colaço. Então a gente, todo canto, nas praças, desses sete, elegeu eu, Bráulio, Freitas Neto, Guilherme Falcão e Fernando Costa. A gente fazia campanha os oito juntos, dos oito, cinco nós elegemos.⁴⁶

Kátia Born cumpriu um longo mandato de seis anos, que só se encerrou em 1988. Corroborando com a memória de outros entrevistados, ela relembra o impacto que a entrada de Fernando Collor teve na militância de esquerda que atuava no PMDB. Como já exposto nessa dissertação, Collor, egresso da direita, havia sido prefeito biônico da capital e tinha se destacado

⁴⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁴⁶ Idem.

por ter sido um dos principais articuladores da campanha derrotada de Paulo Maluf no colégio eleitoral.

Em 1985, por ocasião da filiação de Fernando Collor, Kátia Born rompeu com o PMDB e aceitou o convite feito por Ronaldo Lessa para participar da fundação e construção do PSB em Alagoas. Em que pese a derrota eleitoral, Born afirma que a campanha teve um caráter pedagógico, tendo plantado sementes que posteriormente seriam colhidas no imaginário da população. Ela relembra que a primeira eleição disputada pelo PSB em Alagoas foi um fracasso do ponto de vista eleitoral. Ronaldo Lessa foi derrotado na disputa pelo governo e ela própria ficou sem mandato, tendo sido derrotada na disputa por uma vaga na Câmara Federal.

Em 1988, Kátia Born sofreu novo revés eleitoral, não tendo alcançado o número de votos necessários para retornar à Câmara Municipal de Maceió. Segundo ela, sua derrota era até certo ponto previsível, pois Ronaldo Lessa também era candidato e ambos disputavam votos numa parcela do eleitorado muito parecida.

Então começou a nossa luta, Ronaldo candidato a governador, eu candidata federal, o Denis Agra candidato estadual, e a gente rodando. Era tão... não tinha carro nem nada, mas a gente tava levando a mensagem. Aí o resultado, o Ronaldo ficou sem mandato, perdeu para o governo. Eu perdi para federal, o Denis também, mas a gente plantou a semente ali né. Em 1988, aí Ronaldo sai candidato a vereador. Aí, eu perco, Ronaldo ganha, porque o nosso voto era parecido. Aí, ele ganha. Em 1990, ele saiu, 89 eu me elejo presidente do sindicato dos previdenciários, quer dizer, DRT, Ministério da Saúde e INSS. Faz essa base, aí em 1990, Ronaldo sai candidato a deputado, aí perde, tem 2 mil votos. Nós estamos atolados aqui, né.⁴⁷

Em 1989, Kátia se elegeu presidente do Sindicato dos Previdenciários, aproveitando o prestígio junto à base eleitoral das categorias. Em 1992, assumiu a presidência da CUT em Alagoas. Também em 1992, o PSB resolve lançar candidatura do vereador Ronaldo Lessa à prefeitura de Maceió. O cenário descrito por Kátia não era animador, uma vez que o próprio Ronaldo havia sido candidato a deputado em 1990 e obteve apenas dois mil votos. Corroborando também com a opinião de outros personagens, Kátia entende que o ano de 1992 marca uma virada na política local.

Ronaldo Lessa era visto como um candidato com poucas chances. Também aqui Kátia se recorda de uma expressão que marcou o imaginário daqueles que vivenciaram o processo, e já trazida neste trabalho. Ronaldo era o candidato garçom, em alusão ao fato de nunca superar a marca de 10% nas pesquisas eleitorais. Com bom humor, Ronaldo lembra que a expressão poderia lhe trazer alguma penetração na categoria. A memória de Kátia Born reforça dois

⁴⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

pontos que já haviam estado presentes nas memórias de outros entrevistados: 1) Ronaldo Lessa fazia questão de ter uma vice mulher; e 2) o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor alterou significativamente o cenário local, enfraquecendo as candidaturas tradicionais e pavimentando o caminho para a vitória de Lessa.

Por ser presidente do PSB, Ronaldo Lessa pôde participar de forma orgânica do movimento dos caras pintadas, destacando-se como uma de suas lideranças no plano local. A sua vitória política coincide com a ascensão de Itamar Franco, alçado à presidência após o impeachment de Collor. Ao assumir a presidência, Itamar Franco convidou Jamil Haddad, dirigente do PSB, para assumir o Ministério da Saúde. A orientação da direção nacional era para que o partido controlasse a secretaria de saúde do município de modo a articular políticas na área de saúde com o ministério. “E Ronaldo ganhou a eleição, o Jamil Haddad era ministro da Saúde, aí disse: ‘Kátia, a saúde tem que ser do PSB’”.⁴⁸

Heloísa Helena havia sido eleita vice-prefeita de Maceió na composição entre PSB e PT. Segundo Kátia, esse foi o primeiro embate entre as forças que compunham o governo de Ronaldo Lessa. O PT pleiteou sem sucesso a secretaria de saúde e teve que se contentar com a secretaria de educação. Na composição do governo ficou acertado que o PT ficaria com a secretaria da educação, que seria ocupada por uma militante histórica, Maria José Viana.

Kátia se recorda da sintonia entre as duas pastas na elaboração e execução de políticas públicas. “A Maria José sim. Aí eu dizia, Maria, você não tem dinheiro para isso, mas eu aqui vou arranjar. Aí eu arranjei e cuidava de todas as crianças da escola.” Para ela, a grande marca da gestão Ronaldo Lessa na prefeitura foi o diálogo direto com a população, a horizontalidade e democratização do diálogo com a comunidade. A principal marca disso foi a criação das regiões administrativas e o debate orçamentário com as comunidades organizadas através dos conselhos.

Olhe, a marca do Ronaldo foi acolher a sociedade. O que é isso? Os conselhos, criar região administrativa, onde você escutava a população. As pessoas sabiam, no Benedito Bentes, tinha lá o coordenador, então as pessoas eram acolhidas. Depois de mim e do Ronaldo, isso acabou. No Cícero, no Rui, no JHC, você não tem a referência da prefeitura nos bairros de Maceió. Você sabia o que acontecia “olha um cara vendendo maconha aqui”. A gente enviava guarda municipal para proteger aquela criança. Então, havia um resguardo da cidade de Maceió. Era uns quinhentos e poucos mil habitantes. Outra coisa, a qualidade da escola. A Maria José fez um trabalho belíssimo junto com a gente na saúde. E as pessoas voltaram a... na época era o SUS, as pessoas começaram a ter o SUS. A média e alta complexidade. A gente botou tudo para funcionar entre os hospitais, melhoramos. Abriram a maternidade, no Benedito Bentes, que estava fechada há dez anos. Então a gente começou a ter uma relação com a sociedade muito próxima. E o que acontecia? Como eu gerenciava todos os recursos de média e alta complexidade, porque Maceió era referência, eu atendia aos

⁴⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

municípios todinhos. Quer internar tal? A gente interna. Então houve também a saúde, ela ajudou essa relação do Ronaldo com todos os municípios. Muito embora não havia, na eleição do Ronaldo, dois, três prefeitos estavam com ele.⁴⁹

Aqui, Kátia Born relembra de como o serviço de saúde da capital serviu de elemento catalizador para o atendimento de pacientes oriundos dos mais diversos municípios alagoanos, que careciam totalmente da estrutura mínima necessária para esses atendimentos. Não obstante a dificuldade de se mensurar o peso político desse fenômeno, é importante salientar que ele abriu as portas para que Ronaldo Lessa, um político essencialmente urbano e mais conhecido em Maceió, estabelecesse diálogo com prefeitos e lideranças do interior.

Kátia também se recorda que a sua nomeação para a pasta da saúde representou a primeira rota de colisão com Heloísa, que articulava com os sindicatos a sua própria indicação. “A Heloísa queria saúde e educação. Mas a Heloísa estava articulando com os sindicatos todos para também ter a Saúde. Aí foi o primeiro entrevero, né?”⁵⁰ .Uma vez empossada, Kátia trabalhou diretamente no processo de municipalização da saúde, atuando direto junto ao Ministério, e viu que suas atribuições extrapolaram a fronteira de Maceió.

Ela lembra das muitas viagens e assembleias feitas no interior, com o intuito de discutir o SUS e municipalização.

Na realidade o governo do Ronaldo, como encontrou a prefeitura toda destróçada, então aí começou o processo da municipalização, brigando com o Estado para que as unidades do Estado passassem para o município. Atenção básica. Briguei com Vanderlei, que era secretário de saúde do... Suruagy. Aí eu dizia “Vanderlei, vocês, o Pam Salgadinho, vocês querem fechar ele? Não, me dê.” Eu sou da base do Ministério da Saúde. Fui a presidente do sindicato. As unidades federais, vocês vão me passar tudinho. Eu ia a Brasília. O Jamil disse, não, vamos passar para o município. Aí a gente municipalizou todas as unidades. Começamos a funcionar. Na realidade, fizemos concurso para o programa Saúde da Família.⁵¹

Também se recorda da situação caótica em que se encontravam as maternidades que, na sua gestão, foram todas fechadas e reformadas. Segundo ela, “Eu mandei fechar as maternidades todinhas e disse: só vou abrir quando fizer a reforma.”⁵²

A parceria com a secretaria de educação foi funcional para a implantação de vários programas de saúde básica, que beneficiavam diretamente as crianças matriculadas na rede pública municipal.

41 mil crianças na sala de aula. Todas com tratamento complementar. Eu dizia assim, será que eu tô mentindo? Abre a boca menino. Aí abria a boca, não tinha cárie. Pra

⁴⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem..

⁵² Idem.

mim foi assim dentro da minha profissão, como eu tinha sido dentista e eu tenho na realidade, a minha missão, e fiz. Tinha um oftalmologista chamado Irã. E outro programa que eu fiz foi que o Dr. Irã, era um oftalmologista que tinha vindo da antiga FEMAC. Aí o Dr. Irã disse: “Kátia, vamos comprar um auto refrator, para a gente fazer exame em todas as crianças do município. Eu disse: “Dr. Irã, o senhor sozinho... está...” mandei licitar um auto refrator na época, cento e poucos mil reais. Aí o Dr. Irã fez um grupinho. As professoras verificavam quantas crianças não conseguem enxergar. Tinha um modo de fazer. Aí Dr. Irã fez uma pesquisa, de cada 100 crianças, 21% das crianças deixavam de estudar porque não enxergavam. Eu disse, “então Irã, vamos fazer exame para todo o município”. O tal do auto refrator ia de escola em escola, atendia, mandava fazer os óculos. Todo mês eu entregava algo em torno de 200, 300 óculos. Para todas as crianças. Então as crianças nem tinham dor de dente, nem tinha problema de vista.⁵³

Kátia Born entende que sua passagem pela SESAU lhe deu a chance de se reconectar com a sociedade depois da derrota eleitoral de 1988. Uma reconexão que, segundo ela, teria que se dar pela entrega de serviços de qualidade, se contrapondo à força do poder econômico e à compra de votos.

Você vê como é que a gente chega a ser candidata à prefeita. Se em 88 eu perco a eleição para vereadora, eu tenho que restabelecer com a sociedade uma parceria que não era de dinheiro, porque começou aquele voto formiguinha, voto carbono. Então ninguém ganhava mais eleição na garganta. Você tem que ter dinheiro para ganhar, e nenhum desses candidatos de esquerda se reelegeram porque não tinham o dinheiro. 88 começou e a direita a se organizar para ganhar as eleições, para não ter tanta esquerda dentro da câmara. E nem na assembleia. Então começaram as eleições a terem que ter financiamento.⁵⁴

Kátia reforça que jamais houve um acordo em apoiar Heloísa Helena para a sucessão de Ronaldo Lessa.

A propósito, é importante registrar que a emenda da reeleição ainda não havia sido aprovada, e a própria Heloísa abandonou o cargo de vice-prefeita de Maceió para assumir uma vaga na Assembleia Legislativa de Alagoas, para a qual foi eleita em 1994.

Dentro do PSB, Kátia começou a pavimentar o caminho para disputar a sucessão de Ronaldo. Para tanto, teria que enfrentar as aspirações de outros quadros internos, como Chico Tenório e Marcos Vieira. A sua liderança à frente da SESAU e a inclinação do próprio Ronaldo em apoiar uma candidata mulher acabaram por determinar sua escolha.

[...] o PSB, inclusive nacionalmente, queria continuar na prefeitura. Então quem era candidato? Pré-candidato. Eu, Chico Tenório e Marcos Vieira, três. Então eu tive que, dentro do meu partido, eu tive que começar a trabalhar um ano antes. Eu chamei Rui França, aí eu disse: “Rui, eu quero ser candidata a prefeita no lugar do Ronaldo, já que ele não pode. Heloísa já era deputada estadual. Heloísa se elege em 93, Ronaldo fica sem vice. Ele fica sem vice em 95, Heloísa sai e é eleita deputada estadual. Então não estava mais dentro da prefeitura. Mas o PSB estava. Então ela mudou muito rápido. Aí eu disse: “Ronaldo, Heloísa vice-prefeita, já é deputada, já quer ser

⁵³ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁵⁴ Idem.

prefeita? não. O PSB vai ter uma candidata, não vai abrir mão”. Ronaldo concorda. Mas disse: “não, vocês têm que definir entre vocês que são candidatos”. Eu chamei o Rui. Queria divulgar mais as ações da saúde. Aí o Rui sentou comigo assim, eu contei tudo que fazia. Aí o Rui disse: “gente, isso aqui é uma vitrine. A saúde não morre ninguém aqui”. Eu peguei naquela época, tinha um BPC. As pessoas com deficiência tinham direito a um salário. Aí em Maceió o INSS não fazia isso, a assistência não fazia isso. Aí eu peguei os agentes de saúde. Quem primeiro botou agente de saúde na cidade foi eu. Fiz uma seleção de 1400 agentes de saúde. Então, coisa assim, o dinheiro estava na conta. E ninguém fazia. Aí fiz a seleção, botei os agentes.⁵⁵

Kátia Born foi lançada candidata à prefeitura de Maceió com o apoio de Ronaldo Lessa que, naquele momento ostentava altos índices de popularidade à frente da prefeitura. Kátia tinha em sua biografia, além das ações que já foram mencionadas, uma história de luta em defesa dos direitos das mulheres.

Em 1982, a então vereadora Kátia Born esteve à frente da “Marcha de Mulheres pelas Diretas”. A representação alagoana foi a Brasília pressionar o Congresso a restaurar as eleições diretas no País. Durante sua passagem de oito anos pela Câmara Municipal, Kátia contou com a solitária companhia da petista Jarede Viana. Todos os demais parlamentares eram homens.

Em 1985, já no PSB, Kátia Born se uniu à então deputada Selma Bandeira para fundar o Conselho da Condição Feminina de Alagoas. Alagoas foi o segundo estado da federação a criar o Conselho, que pioneiramente já funcionava em São Paulo.

Ao lado de outras mulheres, Kátia participou da caminhada criada para reivindicar do então Presidente Sarney a criação do Conselho Nacional da Condição Feminina. Uma vez criado, o conselho foi então ocupado nacionalmente por Ruth Escobar.

São Paulo foi o primeiro, Alagoas foi o segundo. Aí a gente fez um movimento nacional com Sarney para a gente criar o conselho nacional da condição feminina. Sarney não era o presidente da República, ele teve em 1985, Tancredo morreu. Aí nós fomos ao Sarney e levamos a Ruth Escobar e a Selma Bandeira para ser a nossa candidata. Organizamos as mulheres no Brasil inteiro e a presidente do conselho nacional foi a Ruth Escobar. Aí a gente criou o conselho estadual aqui. E a primeira presidente do conselho estadual foi a Dr^a. Noélia. Que era delegada, mãe do Ronaldo. Como presidente do conselho. Aí eu fui a São Paulo conhecer a primeira delegacia da mulher. Eu vereadora, eu fiz um dossiê em Alagoas. Um número de mulheres que foram assassinadas em Alagoas naquela época. A gente foi num evento, onde nós apresentamos eu e a Selma Bandeira, uma mulher marcada, mulher gaieira só morta. O cara fez em ferro quente, ele era de Messias. Nós fomos de madrugada com a polícia lá. Eu e a Selma, prender o cara que matou a mulher, que ferrou a mulher. Conseguimos fazer.⁵⁶

Nas lembranças de Kátia, a segunda Delegacia da Mulher do Brasil foi fundada em Alagoas como resultado dessa articulação nacional. A primeira delegada foi a Dra. Noélia, mãe de Ronaldo Lessa.

⁵⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁵⁶ Idem.

Enquanto secretária do município, Kátia procurou articular a política de saúde com as outras pastas. No seu entendimento, o conceito de saúde abrangia todas as dimensões da vida. O procedimento que resultou na sua escolha para a sucessão de Ronaldo Lessa estava ancorado na sua gestão à frente da SESAU e nas pesquisas internas encomendadas pelo PSB, que a colocava à frente de outros postulantes.

Mais uma vez, também poderia se ponderar sobre a predileção do próprio Ronaldo por uma mulher para sucedê-lo. Com elevados índice de popularidade, Ronaldo seria um grande cabo eleitoral nas eleições de 1996. O seu apoio seria um elemento importante naquele processo. Ao mesmo tempo, os setores mais conservadores da sociedade alagoana temiam que uma vitória eleitoral em Maceió pudesse fortalecê-lo ainda mais numa eventual disputa para o governo do estado.

Ao refletir sobre o deslocamento de importantes setores conservadores para a campanha de Heloísa Helena, Ronaldo afirmou:

Sim, doutor, mas eu fiz o enfrentamento com a pistolagem, com esses coronéis, tendo que tomar a arma da família dele, se quisessem apoio tinha que, naquela época eu não tinha feito isso ainda, eu digo: “você vão ter policiais de segurança, não pistoleiro”. Até, mas veja só, o meu governo deu uma cara da antítese do que a gente tinha no passado, com relação as coisas, o Antônio Albuquerque e o João Beltrão supor que se eu ganhasse eu iria ficar mais forte ainda, não precisa ser nenhum gênio para concluir isso, eles sabiam que isso era, é importante, que eu ganhei a eleição de governador no primeiro turno depois. Quer dizer, a gente saiu numa posição de confiança da sociedade, entendeu? De ter mostrado uma outra forma de governar, de respeito à sociedade, não era nenhum milagre, porque nem existia essas condições econômicas todas para fazer. Eu fiz projetos que a Kátia executou, o viaduto do Poço, depois ela não fez os outros, quem fez foi o Cícero, mas aquele da subida do Brito, já a gente já tinha pronto. Eu criei naquela época, o que hoje não tem, que é uma secretaria de planejamento. Aqui na minha época tinha, entendeu? Era até na Comendador Leão.⁵⁷

Também ponderando sobre a mesma questão, Kátia Born reafirmou algo que guarda similaridade com o raciocínio desenvolvido por Ronaldo Lessa:

Exatamente isso, por que as pessoas foram para o lado da Heloísa? Porque havia um projeto, que era o grupo do Renan, do Suruagy, de alguns deputados, não deixar que o Ronaldo crescesse, porque se eu ganhasse, consequentemente o Ronaldo era candidato a governador. E nessa campanha, um mês antes das eleições, a Heloísa começou a provocar a mim e a Ronaldo. Ela se fortaleceu porque estava cheio de gente ao redor dela. Ela disse assim: “Venha, você comigo, venha você e seu prefeito que eu derrubo vocês dois. “E eu não, no debate, eu estava na frente, nem na frente, eu não queria ir para qualquer debate com ela.”⁵⁸

⁵⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

⁵⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

Presidente municipal em Maceió e um dos principais coordenadores da campanha de Heloísa Helena, Tutmés Airan admite que uma parte considerável da elite política e econômica de Alagoas se deslocou para a campanha de Heloísa Helena por entender que uma eventual vitória de Kátia Born, pavimentaria, ainda mais, o caminho de Ronaldo Lessa rumo ao governo do Estado, "Havia uma preocupação, sem dúvida, com a ascensão política do Ronaldo, né? Havia. Acho que boa parte da elite, parte da elite votou em Heloísa. Eu acho. Votou em Heloísa por conta disso. De atirar nos pés do Ronaldo, né"?⁵⁹

Contrariando a memória de Mário Agra e Tutmés Airan, Ricardo Coelho não enxerga um deslocamento majoritário da elite alagoana em direção à campanha de Heloísa, sustentando inclusive que muitos usineiros acabaram por abraçar a campanha do PSB. Contudo, está inclinado a admitir que os setores da elite política que apoiaram Heloísa Helena assim o fizeram por entenderem que uma eventual vitória de Kátia Born fortaleceria Ronaldo Lessa na sua caminhada em direção ao Governo do Estado.

A elite econômica opta por Kátia, uma parte, os usineiros e o pessoal da TV Pajuçara. O pessoal de alguns jornais menores, opta pela Kátia, mesmo aqui, a gente tinha um jornal que o nome era? "O Jornal", era de João Lyra, que passava no editorial de vários dias dizendo porque Kátia é boa e assim claramente, o Plínio Lins era o editor de jornal, o Plínio Lins do PCdoB, nós criamos uma briga horrível e ele não deu não deu espaço pra gente no final da campanha, então agora, há uma parte da elite política nem tanto, Renan não queria Kátia porque achava que o Ronaldo ia ter muito poder, Theo ficou com Kátia, o Mano era o governador, o Mano não queria o Ronaldo, e o Mano era daquela tese que tudo é comunista, tão separados, mas quando esquentar se juntam e vão apoiar o Ronaldo, na verdade aconteceu. O Mano não queria, o Mano queria e fez muita campanha por Albérico Cordeiro.⁶⁰

O ano de 1996 antecedeu um dos capítulos mais dramáticos da história de Alagoas. O estado já estava mergulhado numa profunda crise econômica. Eleito em 1994 para o seu terceiro mandato, Divaldo Suruagy viu seus poderes se dissolverem a meio a uma situação de anomia social na qual as pessoas perdiam completamente as expectativas quanto à capacidade de resposta das instituições frente aos problemas que se acumulavam.

Entre marchas e contramarchas, no dia 08 de março de 1997, as lideranças do movimento, aproveitando uma audiência que o Movimento Sem Terra e os Pequenos Produtores teriam com o governador, "forçaram" um novo encontro. Dentro do Palácio dos Martírios, a comissão formada por 12 pessoas, entre elas a Deputada Heloísa Helena, os vereadores Paulo Fernandes (Paulão) e Aliomar Lins e o Presidente do Fórum Permanente Contra Violência, Pedro Montenegro, levou ao governador uma pauta de reivindicações: pagamento de 3 folhas salariais de uma única vez, incluindo quem aderiu ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV); um calendário de pagamento; a suspensão imediata de todos os pagamentos dos

⁵⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

⁶⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

empréstimos contratados pelo sistema financeiro a empreiteiras; a negociação e o adiamento dos débitos de todas as taxas, tais como água, luz e IPVA e outras, na mesma proporção do débito do estado para com os servidores, além do relaxamento dos débitos dos servidores com os agentes financeiros da habitação e da TELASA. Segundo depoimentos de algumas dessas lideranças, o governador “não aceito as reivindicações e fechou-se para o diálogo”. O Governador Divaldo Suruagy, por sua vez, declarou que “aquele grupo estava apenas para tumultuar, e não desejavam uma solução pacífica”.

O fato é que se criou ali um clima de forte tensão. Por mais de 7 horas, representantes do movimento de um lado, e o governador do outro, se debatiam em exaltadas discussões. Um dos instantes de maior tensionamento ocorreu quando um dos manifestantes informou ao governador que a situação em que se encontravam os alagoanos era de tal gravidade que já havia levado muitos deles ao suicídio. Em resposta, Suruagy lhes disse que “esse é um problema psíquico e não social”. Essa afirmação soou aos ouvidos da liderança do movimento como um profundo desdém, levando-os a se exaltarem ao ponto de chamar o governador de irresponsável e atribuir ao seu governo, ações assassinas. Daí, então, dá para se imaginar o quadro conflituoso que se gerou, e que a cada momento parecia ainda se agravar, inclusive quando uma servidora, representante dos pedevistas, desmaiou em meio à confusão (Almeida, 1999, p. 116-117).

Figura 1 – Capa do jornal Gazeta de Alagoas de 20 de agosto de 1996



A escolha de Kátia Born como candidata à prefeita pelo PSB teve a sua primeira consequência quando o PT alagoano decidiu romper e entregar os cargos na gestão de Ronaldo Lessa. Como conta Kátia Born⁶¹: “Entregaram os cargos. Aí o PT se afastou do governo, aí nós

⁶¹ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

começamos a ter um embate. Mas até aquele momento não era um embate conhecido porque tinha candidato, Denilma Bulhões, Pedro Vieira, Alberto, eu e a Heloísa.”

Em meio ao profundo caos econômico que provocou o esgarçamento do seu tecido social, Alagoas estava na antessala dos eventos mais improváveis, se consideramos a sua história.

Duas mulheres cujas trajetórias de vida e militância não estavam ligadas à elite local e que estavam filiadas a partidos de esquerda fundados ou refundados após a ditadura civil-militar colocaram os seus nomes para disputar a prefeitura de Maceió.

4.2 A eleição na perspectiva do PSB

O processo eleitoral para a prefeitura de Maceió em 1996 teve início com oito candidatos se lançando na disputa – Kátia Born (PSB), Heloísa Helena (PT), Albérico Cordeiro (PTB), Pedro Vieira da Silva (PMN), Denilma Bulhões (PFL), Antônio Holanda (PPB), Djalma Batista (PRP) e Armando Lobo (PSD).

As primeiras pesquisas apontavam a liderança do candidato Pedro Vieira, seguido pela então deputada Heloísa Helena. Kátia Born aparecia em terceiro nas primeiras simulações, contudo, havia uma expectativa de que ela cresceria rapidamente, sobretudo depois que a sua imagem fosse associada à do prefeito Ronaldo Lessa, que ostentava naquele momento elevados índices de aprovação popular. É importante registrar que Kátia iniciou a preparação para a sua campanha com antecedência, pois sabia que precisaria remover obstáculos dentro do seu próprio partido. Liderando as pesquisas internas entre os pré-candidatos do PSB, lançou-se candidata à prefeitura de Maceió, arregimentando grande apoio dos servidores municipais, sobretudo aqueles das áreas de saúde e educação.

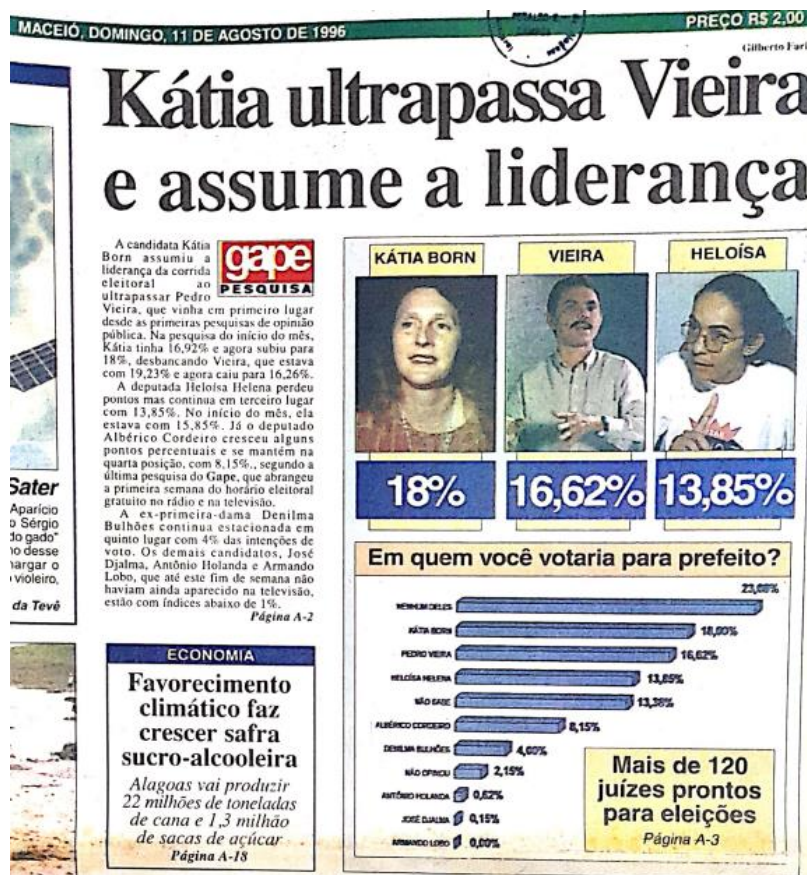
Dado curioso é que o PT, que havia dirigido a SEDUC durante o governo de Ronaldo Lessa, não conseguiu catalisar para sua candidata o apoio maciço dos servidores, e principalmente dos professores, pelo menos a nível de engajamento e mobilização política. Na visão de Kátia, tal fenômeno estava diretamente relacionado à sinergia que havia entre as secretarias de saúde e educação, durante o governo de Lessa, fazendo com que várias políticas públicas elaboradas durante a sua gestão beneficiassem prioritariamente os estudantes das escolas públicas, alcançando assim o apoio dos servidores da educação.

Nessa campanha, o que é que a gente observa? Que as mulheres da saúde e da educação, a Heloísa não conseguiu atrair muito o pessoal da Educação, embora o PT tenha dominado a educação. Mas eu estava na educação também, no programa da

visão, no programa da odontologia, então a gente tinha, dentro da prefeitura, uma relação boa.⁶²

Como esperado, o apoio de Ronaldo Lessa fez com que Kátia rapidamente assumisse a liderança nas pesquisas.

Figura 2 – Capa da Gazeta de Alagoas de 11 de agosto de 1996



Fonte: Gazeta de Alagoas, 1996.

Todavia, na visão de Ronaldo Lessa, foram o trabalho e as qualidades da candidata do PSB que tiveram um papel determinante para o desempenho eleitoral alcançado por ela nos dois turnos.

Ninguém chega onde ela chegou se não tiver brilho próprio. Por exemplo, a Kátia, “ah, Ronaldo elegeu a Kátia”, eu digo, você ajuda, mas se a pessoa não tiver brilho próprio, você sabe que não elege, por mais que você faça, as vezes acontece, dizem que o Lula, naquela época elegia até um poste, porque a Dilma... Às vezes fazia isso,

⁶² Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

mas não é uma coisa comum. E outra coisa, você também pode até eleger, mas se você não tiver correspondendo não vai para a reeleição, e a Kátia foi, foi reeleita.⁶³

Em que pese o seu engajamento na campanha de Kátia Born, Ronaldo Lessa conservava um grande carinho por Heloísa Helena, e buscou de todas as formas fugir das provocações, evitando, assim, entrar em rota de colisão com a sua antiga vice-prefeita.

Eu sei que a Heloísa sabe, o que ela fazia para provocar, “olhe, chame seu padrinho para vir debater comigo, você tem medo.” Ela dizia assim, na televisão com a Kátia. O padrinho era eu. “Quero debater com ele”, ela errava, porque eu estava muito bem, muito bem e ajudei com certeza, sei que ajudei.⁶⁴

Essa ideia também foi reforçada na entrevista de Kátia Born.

Mas o Ronaldo não falava nada contra a Heloísa. O Ronaldo em nenhum momento ele bateu na Heloísa, nem eu. Na metade da campanha pra frente, quando eu comecei a crescer. Aí dizia assim “olha, a protegida do Ronaldo Lessa.” Isso não era nem segundo turno. Começou a provocar o Ronaldo, que era para entrar na campanha, né.⁶⁵

À medida que as duas candidatas se consolidavam nos primeiros lugares das pesquisas, o enfrentamento político entre elas ia se tornando inevitável. Nesse ponto, as memórias de Ronaldo Lessa e Kátia Born se conflitam, pois, enquanto o primeiro está inclinado a lembrar de uma campanha que ocorreu em um patamar civilizatório elevado, destacando algumas exceções que remetem a uma disputa mais agressiva, a segunda guarda na memória a lembrança de uma campanha que assumiu patamares extremamente agressivos, chegando a abalar a sua própria saúde física e psicológica. Questionado sobre esse ponto, Ronaldo Lessa afirmou: “Não, teve um negócio de um tiroteio, que aquilo ficou até hoje, nunca explicado, terrível. Mas o resto eram críticas normais, por exemplo, eu não vi nenhuma baixaria”⁶⁶

Ao ser confrontada com a mesma questão, Kátia diz que:

[...] eu não queria ir para qualquer debate com ela. Aí eu comecei a passar mal. Eu comecei a passar mal, ter pânico, nunca tinha tido, jogadora de voleibol, joguei a vida toda, bato na bola tudo, aí eu disse “meu deus do céu, o que é que eu faço?” Fui ao Dr. Flávio, meu orientador. Disse “Flávio, eu tô com a pressão alta, 14. Aí eu fiz os exames lá, no psicoterapeuta. Aí lá vai eu, em plena campanha, segundo turno, não, segundo turno não, foi no primeiro ainda. Aí ele disse, olha vou te dizer uma coisa. Fiz hipnotismo, aí no hipnotismo ele dizia assim, “olha, passe com o carro de som em cima de tudo e você vai na frente”.⁶⁷

⁶³ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁶⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

⁶⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

Fato aqui a ser destacado, é que Ronaldo descreve Heloísa como uma amiga com quem teve encontros e desencontros ao longo da sua trajetória política, enquanto para Kátia, Heloísa foi uma aliada em momentos circunstanciais e adversária no processo eleitoral de 1996, não destacando em sua fala nenhum elemento de afetividade que possa remeter a um convívio privado.

Na visão de Ronaldo Lessa, ao apresentar duas candidaturas à prefeitura de Maceió, o campo progressista estava incorrendo em um erro que poderia lhe cobrar um preço caro, e tal erro era percebido pelos principais candidatos da direita, que enxergavam nessa divisão o caminho para conseguir uma vaga no segundo turno.

Mas ela estava muito apertada, tanto que a turma da direita dizia, vocês da esquerda são burros, vão perder a eleição por causa dessa divisão. E eu tentei dizer ao pessoal que não era o caminho, eu tentei. Mas depois foi ao contrário. Você imagina a força das teses que a gente defendia. Os três juntos no mesmo governo, depois era na assembleia, mas as teses dela eram as mesmas, ela era progressista, avançada, no mesmo jeito que a Kátia era, e no jeito que eu tenho. Quer dizer, para irem as duas para o segundo turno, é porque a gente estava em um contexto de respeito na sociedade.⁶⁸

Ao relemburar a campanha de 1996 enfatizando a agressividade que marcou a sua disputa com a Heloísa Helena, Kátia Born trouxe à tona um episódio nunca explorado, e que, à época, a sua própria campanha não cogitou explorar: segundo ela, a campanha de Heloísa Helena impetrou junto ao TRE uma peça jurídica a pretexto de questionar a suposta utilização de servidores comissionados pela campanha do PSB. Contudo, o fato para ela estarrecedor dessa mesma peça jurídica, é que ela, em um determinado ponto, fazia referência a uma candidata de sexualidade duvidosa, trazendo para o processo eleitoral a questão da orientação sexual de sua adversária. Dado curioso é que o ataque não vinha de um dos candidatos da direita tradicional, e sim, da campanha do PT, partido que havia sido base inclusive da gestão Ronaldo Lessa e que já naquele momento se colocava como vanguarda no debate sobre a questão das minorias. “Fez isso comigo, entrou com a ação dizendo que eu tinha botado lá, uma professora, uma coisa. E não coisa da campanha, na ação. Tinha lá, ‘essa candidata que tem vida sexual atípica’.”⁶⁹

O episódio citado por Kátia Born foi destaque na edição da Folha de São Paulo, do dia 14 de novembro de 1996, em matéria escrita pelo jornalista Xico Sá. Na matéria, Heloísa atribui o fato a uma irresponsabilidade do seu advogado e nega ter conhecimento da peça jurídica

⁶⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Ronaldo Augusto Lessa Santos ao autor, no dia 28 de julho de 2023, em Maceió.

⁶⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

impetrada, relembrando a sua trajetória de militância junto com o seu partido, em defesa dos homossexuais.

Advogado do PT questiona 'conduta sexual' da candidata do PSB em Maceió

XICO SÁ

ENVIADO ESPECIAL A MACEIÓ

Representação enviada à Justiça Eleitoral pelo comitê da candidata do PT, Heloísa Helena, questiona a "conduta sexual atípica" da adversária Kátia Born (PSB).

O texto foi revelado ontem pela própria Kátia, como exemplo de que os petistas têm utilizado armas de "baixo nível" para tentar atrapalhar a sua candidatura.

A eleição em Maceió, conhecida como a disputa das "Marias Bonitas", está fazendo a cidade ferver.

Contagiados pelo conflito verbal das candidatas, os militantes de PT e PSB também vivem um clima tenso nas ruas, o que pode levar à violência.

O advogado da campanha do PT, Márcio Guedes, assumiu ter feito mesmo o questionamento da conduta sexual de Kátia, tendo feito referência a homossexualismo.

Guedes disse ontem que a candidata do partido, Heloísa Helena, não tinha conhecimento do teor da sua representação.

"Na correria da campanha é impossível a candidata ler tudo que é enviado à Justiça em seu nome", afirmou Guedes.

"Imoral e nazista"

Segundo o advogado, o questionamento sexual foi uma "reação" aos ataques sofridos por Heloísa: "Os advogados dela (Kátia) tinham chamado nossa candidata de imoral e nazista".

O advogado do PT afirmou ainda que assumia integralmente o conteúdo da representação. "Trabalhei para o PSB, partido de Kátia, e sei da sua conduta, vi como eram as coisas por lá".

Para o advogado do PT, a lei dá o direito de uma pessoa agredida "revidar, retorquir", para corrigir uma "injustiça".

Direito de resposta

A representação petista encaminhada à Justiça anteontem trata de um pedido de direito de resposta no programa de rádio e TV do horário eleitoral gratuito do PSB.

O parágrafo polêmico diz o seguinte: "Com demonstrado ciúme de Heloísa Helena, que é deputada eleita com o voto honesto do povo, a raivosa senhorita, que tem conduta sexual atípica, passa a discernir sobre moral".

A candidata do PT informou que não tinha conhecimento do teor da representação e definiu a atitude do seu advogado como irresponsável: "Quem me conhece sabe que sou incapaz de fazer isso".

Heloísa contou que a sua atuação em Alagoas sempre foi contra todo tipo de preconceito. "Meu partido é o único a levar a luta dos homossexuais a sério, tendo inclusive uma plataforma de defesa dessa luta", disse.

Irresponsabilidade

Incomodada com a representação do PT, Heloísa contou que nenhum político de Alagoas atacou mais os assassinos do vereador Renildo dos Santos, morto em Coqueiro Seco, interior de Alagoas, em 1983, depois de ter assumido publicamente ser homossexual.

A candidata Kátia Born disse que essa não é a primeira manifestação de preconceito do PT alagoano: "Para reafirmar que é cristã, ela (Heloísa) atacou os comunistas, que estão do meu lado".

Até o início da campanha eleitoral, as duas "Marias Bonitas" mantinham relações cordiais e faziam parte do [sic] mesma equipe do prefeito Ronaldo Lessa (PSB).⁷⁰

⁷⁰ SÁ, Xico. Advogado do PT questiona 'conduta sexual' da candidata do PSB em Maceió. **Folha de São Paulo**. Caderno Especial. 14 de novembro de 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/14/caderno_especial/32.html. Acesso em 10 fev.2024.

Esse episódio fez com que o próprio *staff* político de Kátia chegasse a cogitar a utilização desse tema, por parte da campanha de Heloísa, nos debates que foram veiculados em rádio e televisão.

Terminado o primeiro turno, Kátia Born e Heloísa Helena confirmaram as expectativas e as projeções dos institutos de pesquisa, logrando êxito para disputar o segundo turno. Em terceiro lugar, alcançando expressiva votação, estava o candidato Albérico Cordeiro (PTB), que soube capitalizar para a sua campanha o eleitorado de centro direita de perfil mais conservador, e que ainda se mantinha impermeável ao discurso progressista veiculado por duas candidatas mulheres.

A postura agressiva da campanha de Heloísa Helena se acentuou, segundo Kátia, no segundo turno, e adquiriu contornos dramáticos após o último debate da campanha realizado pela TV Gazeta. As pesquisas de opinião mostravam Kátia na dianteira, e os levantamentos internos do PSB apontavam que Kátia havia tido um desempenho levemente superior no debate.

A três dias da eleição, ocorreria o episódio mais tenso daquele processo, e que até hoje permanece sendo objeto de muitas perguntas e escassas respostas. Estamos nos referindo aos tiros de metralhadora que alvejaram a casa de Heloísa Helena, um episódio de contornos dramáticos que poderia ter alterado o resultado daquela eleição, mas que será objeto de análise mais aprofundada em outro tópico.

Kátia enfatiza a importância de ter sido a candidata apoiada por Ronaldo Lessa. Contudo, sua memória está inclinada a acreditar ter enfrentado forças políticas e econômicas muito mais poderosas. Em sua visão, a campanha do PT no segundo turno conseguiu articular em torno de Heloísa o apoio de quase toda a Assembleia Legislativa e do palácio República dos Palmares, que naquele momento tinha como inquilino Divaldo Suruagy. Destaca também o apoio que Heloísa recebeu dos Senadores Renan Calheiros e Téo Vilela, à época aliado de Suruagy.

Na interpretação de Kátia Born, esse amálgama de forças políticas heterogêneas que se articulou em torno da candidatura de Heloísa Helena temia principalmente, como já dito, que a sua eventual vitória pudesse fortalecer ainda mais Ronaldo Lessa, pavimentando a sua candidatura para o Governo do Estado. Merece destaque, como já dissemos, o apoio da então candidata Heloísa Helena recebeu de grande parte dos deputados da Assembleia Legislativa. Contudo, dois apoios se notabilizaram. Os deputados Cícero Ferro e João Beltrão, cujas biografias eram amplamente conhecidas em Alagoas pela violência política e pelo clientelismo, estando inclusive diretamente envolvidos como suspeitos em vários crimes políticos cometidos

no estado de Alagoas. Na visão de Ronaldo Lessa, o apoio desses deputados e outros à Heloísa Helena tinha relação com o desejo de conter a sua ascensão política, uma vez que a sua biografia se caracterizava também pelo enfrentamento à pistolagem no estado.

Ainda na linha de entendimento que a sua campanha contra Heloísa reproduziu um cenário similar à luta entre Davi e Golias, na qual ela estaria supostamente na posição do Davi, Kátia entende que em um determinado momento da campanha se viu obrigada a contornar a desvantagem econômica em relação à campanha da sua adversária. Determinada a vencer o processo, foi até Recife para um encontro com o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Arraes, naquela época, já havia se consolidado como a principal liderança nacional do PSB, e o partido havia elegido uma mulher no primeiro turno em Natal, capital do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria.

Nesse momento, a grande preocupação de Kátia Born era equiparar a sua estrutura midiática com a estrutura midiática que estava à disposição da sua adversária, uma vez que, segundo ela, o primeiro turno havia sido disputado com uma estrutura demasiadamente amadora.

O governo foi todo da Heloísa. Eu fui ao Dr. Arraes, Dr. Arraes, pelo amor de Deus me arranja um marketing. Porque o Rui França era meu marqueteiro, mas o Rui ele fazia a política, mas como trabalhar o visual operacional. Aí o Dr. Arraes disse: “Wilma acabou de ganhar em Natal.” Vou ligar para ela agora, vou mandar o Tony que fez a campanha dela. E no dia seguinte ele chegou. Porque arrumou equipamento, vieram marqueteiros de Brasília, tudo para ganhar a eleição.⁷¹

Uma vez equiparadas as condições materiais das duas campanhas, Kátia se sagrou vitoriosa em uma disputa apertada, na qual obteve 112.123 votos, enquanto Heloísa Helena alcançou a marca de 107.776 votos. Todavia, as memórias de Kátia Born permanecem marcadas pela agressividade que permeou o processo eleitoral. Além do episódio do tiroteio, sobre o qual já fizemos menção, Kátia recorda de um episódio ocorrido nas dependências do TRE alagoano, para o qual ela se deslocou com o intuito de acompanhar a apuração e o resultado do processo. Na ocasião, havia muitos militantes do PT devidamente trajados com indumentárias e insígnias do partido. Um desses militantes caminhou em sua direção e a agrediu.

Quando terminou a eleição, às seis horas, eu fui para o Tribunal Regional Eleitoral, eu estava no Massarela, o Euclides me ligou e disse “Kátia, a boca de urna dá 43 a 43.” Aí eu comecei a ver a apuração. Na apuração eu já tinha uns 500 votos na frente dela, aí eu fui até o TRE, quando eu cheguei no TRE, o PT estava no TRE. Aí eu me aproximei, passei por trás, aí o menino do PT, que foi o Davi, que hoje é jornalista,

⁷¹ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

pegou uma bandeira, largou na minha cara aqui, quase me quebra uma lá. Davi Soares. Era estudante, militante petista.⁷²

De todo modo, a campanha eleitoral acabou por assumir uma dinâmica diferente daquela que era projetada pelos dirigentes do PSB e pela própria Kátia Born no início. Em entrevista ao jornal *Gazeta de Alagoas*, em julho de 1996, a então pré-candidata Kátia Born faz duras críticas a Pedro Vieira, a quem se refere como um político preocupado apenas com o concreto, no sentido de cimento e obras, ao tempo em que era negligente com as questões sociais, no entanto, na mesma entrevista, evita um confronto com Heloísa Helena, buscando tratá-la como uma aliada, que deveria permanecer desempenhando o importante papel que já vinha protagonizando na Assembleia Legislativa.

Figura 3 – Matéria da *Gazeta de Alagoas* de julho de 1996

Kátia acredita que vai disputar segundo turno em Maceió pelo seu perfil político

A candidata a prefeita pela coligação "Maceió Não Pode Parar", Kátia Born acredita que a disputa eleitoral só vai ser iniciada, concretamente, quando o eleitor começar a diagnosticar o perfil de cada candidato e começar a avaliar a história política de cada um. Ela acha que, nessa avaliação, dificilmente o povo vai esquecer que ela sempre esteve ao lado dos trabalhadores, reivindicando seus direitos.

Kátia destaca que tem o apoio de todas as pessoas que acompanham seu trabalho, desde a época em que foi vereadora de Maceió, até o período em que esteve à frente da Secretaria Municipal de Saúde. "Essas pessoas me acompanham; torcem por mim. Duvido ter um evento que eu participe, para não ter a presença de gente que já trabalhou comigo. Eu deixei a Secretaria de Saúde há dois meses, mas os trabalhadores de lá estão sempre do meu lado, quando podem, quando não estão trabalhando. E isto acontece de forma espontânea, o que, para mim, é uma mostra da aprovação do meu trabalho. É o contrário do que acontece com Pedro Vieira, por exemplo, de quem os funcionários municipais que trabalharam com ele, só querem distância", destaca Kátia.

Na sua opinião, a partir de agora é que a campanha vai começar e esses aspectos vão pesar, da mesma forma que pesa o apoio do Prefeito Ronaldo Lessa. "O povo já começa a nos



Kátia critica Vieira e diz que lugar de Heloísa é na Assembleia

identificar como a única alternativa para dar continuidade ao projeto implantado por Ronaldo Lessa. O apoio dessas pessoas que gostam de quem mostra trabalho vai nos garantir, com certeza, pontos decisivos, que nos permitirão crescer nas pesquisas. Tenho certeza de que, nas próximas, estaremos em 1º lugar e não tenho dúvidas de que, se houver segundo turno, nós estaremos nele", garante.

No seu ponto de vista, a candidatura de Pedro Vieira não cresce, porque só mostra projetos de praças, para uma população carente que precisa, sobretudo, de trabalho, saúde, saneamento e educação. "Não sou contra praças, mas prioridade, para mim, é o social", observa. Em relação à candidata do PT, Heloísa Helena, Kátia acredita que a tendência é haver um distanciamento entre as duas posições, nas próximas pesquisas, até porque já há indicativos disso. "O povo quer Heloísa na Assembleia e Kátia na Prefeitura, porque assim a esquerda e a sociedade terão muito mais espaço. Heloísa tem um papel muito importante na Assembleia e não pode sair de lá, senão o povo, as entidades civis, perderão o único referencial naquela Casa", alerta Kátia.

Fonte: *Gazeta de Alagoas*, 1996.

Born argumenta que, ao se lançar candidata à prefeitura de Maceió, Heloísa Helena estaria deixando órfã o eleitor de esquerda da sua importante representação na Assembleia Legislativa de Alagoas.

⁷² Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

4.3 A Trajetória de Heloísa Helena

Heloísa Helena começou a sua militância política muito cedo, no interior de Alagoas, no Município de Palmeira dos Índios. Em suas memórias, a consciência de classe apareceu muito cedo e está diretamente relacionada com as dificuldades vivenciadas nessa fase da vida. Sua mãe ficou viúva aos 23 anos, seu pai foi fulminado por um câncer quando ela tinha apenas dois meses e um dos seus irmãos foi assassinado. O seu irmão Hélio lhe apresentou o mundo das letras, levava-lhe livros de Graciliano Ramos, pois sua saúde frágil não permitia a ela frequentar a biblioteca da cidade⁷³.

Foi precisamente essa relação com o irmão mais velho que a aproximou do PCdoB, partido ao qual nunca foi filiada, mas pelo qual alimentou uma admiração, sobretudo por conta da luta contra o regime militar. Tempos depois, Heloísa se aproximou do trotskismo. Ao longo de toda sua vida, buscou conciliar as ideias de Trotsky com sua fé cristã, um cristianismo que, para ela, estava ligado à ação real e à luta para dar voz aos oprimidos. Foi essa amálgama entre fé cristã e convicção revolucionária que a levou a estagiar na área rural do município de Passo do Camaragibe, entre pequenos agricultores.

Terminando seu curso de enfermagem, Heloísa foi trabalhar no estágio de Saúde no Campo, foi aí, segundo ela, que se deu um fato definidor em sua trajetória. Vivenciando diariamente o drama de pequenos camponeses, que eram constantemente violentados por usineiros e produtores de cana, Heloísa conheceu o Padre Breno, um religioso de origem italiana que trabalhava em ação missionária no Brasil. Heloísa lembra que frequentemente esses camponeses tinham a sua pequena plantação doméstica de frutas destruída por jagunços que atuavam a soldo dos grandes proprietários. Em um episódio que aparece de forma muito viva em suas memórias, ela lembra de ter se colocado em defesa dos camponeses.

Ato contínuo, num dia em que descia uma ladeira em direção ao hospital da cidade na companhia do camponês ancião ao qual a comunidade se referia como Dotô, foi abordada por dois homens armados com espingardas calibre 12, enquanto um deles espancava o velho homem, o outro desferia chutes contra ela. Como havia tido filho há pouco tempo e estava em fase de amamentação, Heloísa lembra que a violência lhe fez jorrar leite pelo chão. Nas palavras

⁷³ Entrevista concedida por Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho ao autor desta pesquisa, no dia 27 de fevereiro de 2024.

dela: “aquele sujeito que a espancava deve ter tido algum raio de luz da bondade de Deus”⁷⁴. Só assim ela entende que o ato não se consumou na sua morte ou estupro.

A experiência vivida durante o estágio no interior de Alagoas despertou nela duas paixões que lhe acompanham até os dias atuais, a luta pela democratização do acesso à terra e a luta em defesa das pautas ambientais. Antes dessa experiência que viria a mudar sua vida, Heloísa já despontava como liderança no movimento sindical da enfermagem e de professores da UFAL. Apesar das suas simpatias pelo PCdoB, foi no PT que Heloísa fez a sua primeira filiação oficial a um partido político. Embora filiada, ela relata uma certa impermeabilidade à militância partidária. O que despertava de fato sua paixão era a militância sindical e a proximidade com os movimentos sociais.

No final dos anos 1980, Heloísa Helena sonhava em deixar o Brasil, em sua cabeça o horizonte se apresentava um tanto confuso. Porém, havia nela o desejo de estudar reformas sanitárias em países que haviam sido exitosos em suas experiências, como Inglaterra, Cuba ou Itália. Contudo, o “destino” guardava pra ela outros caminhos.

Foi no início dos anos 1990 que se viu diante de um convite que iria alterar não só a sua trajetória de vida, como de resto a própria trajetória da política alagoana e brasileira. Heloísa foi convidada pra compor como vice na chapa encabeçada por Ronaldo Lessa. Ela admite que seu nome não foi a primeira opção do partido: outros filiados teoricamente mais experientes e com mais tempo no partido declinaram do desafio, pois entendiam que Ronaldo não tinha nenhuma chance. Também admite que, naquele momento, o nome de uma mulher foi uma imposição de Ronaldo Lessa.

Nesses dois pontos, a memória de Heloísa converge com os depoimentos de todos que aceitaram colaborar com a pesquisa. Heloísa Helena travou consigo mesma uma batalha espiritual para aceitar a missão que lhe foi confiada pelo seu partido. Na sua cabeça, o projeto de viver fora do país ainda era muito forte. O fator determinante, segundo ela, para aceitar a missão, era a certeza de poder fazer um enfrentamento com o então candidato Téo Vilela, representante do setor sucroalcooleiro, das velhas elites agrárias que, em suas convicções, eram responsáveis pelo atraso socioeconômico do estado.

Ela também lembra, com bom humor, quando as pessoas se referiam a Ronaldo como o candidato garçom, incapaz de superar a marca de 10% nas pesquisas de opinião. Ela própria parecia um tanto cética em relação às possibilidades de vitória. Para Heloísa Helena, a

⁷⁴ Entrevista concedida por Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho ao autor desta pesquisa, no dia 27 de fevereiro de 2024.

possibilidade de verbalizar sua oposição ao candidato dos usineiros já era algo que faria a campanha valer a pena, a vitória eleitoral não estava no seu radar, o desejo de lutar, por si só, dava sentido à empreitada. A vitória inesperada foi possivelmente em virtude do terremoto político provocado pelo impeachment de Fernando Collor.

Heloísa Helena viveu um ano e meio a experiência de ser vice-prefeita de Maceió. Além dela, o PT se fez presente na gestão, assumindo a secretaria de educação, com Maria José Viana, e a Procuradoria Geral do Município, com Ricardo Coelho. Esse foi, pra Heloísa, um tempo de aprendizado.

A convivência com dois quadros oriundos da universidade, que foram levados por Ronaldo para a gestão, abriu profundamente o seu horizonte: Ela se refere aos professores Arnon Chagas, secretário de finanças; e Gonzaga, secretário de infraestrutura. Com este último, ela lembra ter assimilado conhecimentos valiosos acerca dos riscos inerentes à ocupação de áreas impróprias em Maceió, em especial a ocupação de encostas.

Contudo, as dificuldades na relação entre os dois partidos começaram a ganhar relevo. O grande impasse teve início quando Ronaldo resolve exonerar Ricardo Coelho da procuradoria sem comunicar a direção petista. A direção do PT foi pega de surpresa pela decisão e se julgou desrespeitada por Ronaldo. Paralelamente ao ato de exoneração, começa a circular no interior da gestão e na própria mídia alagoana a informação de que Ronaldo não desistiria de indicar um quadro do PSB para sua sucessão.

É nesse momento que a memória de Heloísa se encontra com a memória de Ricardo Coelho. Ela afirma não ter participado das negociações que antecederam a formação da chapa. Contudo, ressalta que a direção do PT, em mais de uma oportunidade, repetiu ter com Ronaldo um acordo pelo qual ela, Heloísa, seria a sua sucessora natural. Em rota aberta de colisão com Ronaldo Lessa, o PT de Alagoas resolveu apostar suas fichas na candidatura de Heloísa à Assembleia Legislativa em 1994. Eleita deputada estadual, Heloísa Helena seria a primeira representante do PT no parlamento estadual.

Em um universo tradicionalmente dominado por homens oriundos de famílias tradicionais, Heloísa teve que se impor por aquilo que, segundo seus simpatizantes e até desafetos, era sua principal habilidade: a capacidade retórica e discursiva. Heloísa era (é) uma grande oradora, capaz de produzir discursos improvisados e comoventes. Ao falar de si mesma, ela lembra com certa tristeza que as pessoas sempre a associaram ao legislativo, mas que seu grande sonho “não alcançado” era ter ocupado em Alagoas algum cargo executivo.

Em 1996, o nome de Heloísa foi um consenso dentro do PT para disputar a prefeitura de Maceió. Questionada sobre a dificuldade de elaborar a crítica a uma gestão da qual havia feito parte, Heloísa responde que buscou fazer um debate programático, reconhecendo os acertos, mas apontando as limitações. Contudo, a dinâmica de uma campanha eleitoral acabou se sobrepondo ao “pacto de civilidade”.

Ela mesma admite ter sido uma das mais duras campanhas de sua vida. Narra com melancolia um episódio ocorrido na periferia de Maceió, por ocasião de uma panfletagem. Nessa ocasião, ela própria, ao lado de militantes que voluntariamente lhe acompanhavam, foram surpreendidos com panfletos apócrifos, afirmando que ela havia abandonado uma filha ao nascer, na beira da lagoa. Heloísa Helena nunca teve filha.

Durante toda conversa, Heloísa se mostrou afável e aberta. Atualmente se dedicando à construção de um Partido nacionalmente, exibiu um certo cansaço. Chamou atenção, em muitos momentos, a sua preocupação em não se indispor com outros interlocutores que colaboraram com a pesquisa. Recorrentemente, repetiu que não se lembrava de certo fato, mas que se um dado interlocutor havia dito, ela não estaria disposta a contrariar. Aquilo que sua memória apreende é de fundamental importância para entender os eventos ocorridos em Maceió nos anos 1990.

4.4 A Eleição na perspectiva do PT

Para compreender a eleição de 1996 na perspectiva do PT, a pesquisa estabeleceu o diálogo com o engenheiro agrônomo Mario Agra, dirigente do PT na década de 1990, ex-secretário de agricultura do governo Ronaldo Lessa, ex-marido de Heloísa Helena e coordenador da sua campanha à prefeitura daquele ano.

O depoimento de Agra confirma os depoimentos de outros personagens entrevistados ao longo do processo. Agra confirma que a escolha de Heloísa Helena como candidata a vice-prefeita partiu de Ronaldo Lessa, que naquele momento fechou questão sobre a escolha de uma vice que fosse mulher para disputar a prefeitura de Maceió:

É uma leitura que eu faço, porque o nome que foi indicado para compor a chapa do Ricardo, do Ronaldo, foi o Ricardo Coelho. Não? Sim, foi o Ricardo Coelho. Por que era o Ricardo Coelho? Porque o Ricardo Coelho era da DS, e os caras estavam assim, todo mundo querendo, querendo, disse que a DS era mais forte aqui em Maceió, mas no Estado não era. Então, quem é que disputa a eleição? O diretório municipal e o estadual. Lógico que o diretório estadual usa um papel político mais importante, mas existia uma relação de certo respeito. Nesse processo, quando indica, Ronaldo olhou e disse, olha, peraí, é importante que venha uma mulher, que não sei o quê, papapá, e

foram pensar, mas rapaz, o nome que foi indicado foi de... de Ricardo. Não, eu gostaria muito que fosse uma mulher, fosse uma mulher. E aí, não sei como é que surgiu essa conversa, de fazer uma sondagem em alguns nomes, e o primeiro nome foi a Heloísa⁷⁵

Para Mário Agra, Heloísa Helena se destacava pela sua militância no movimento sindical e a sua influência no movimento estudantil da UFAL, em que pese o fato de não ser a militante mais conhecida do PT em Alagoas naquele momento, ela era aquela que mais tinha o reconhecimento de uma militância engajada. Mário também faz questão em seu depoimento de destacar a sua habilidade retórica.

Outra figura de proa nesse processo, vem a ser o atual desembargador, Tutmés Airan. À época, ele era presidente do diretório municipal do PT em Maceió, e nessa condição, foi um dos principais coordenadores da campanha de Heloísa Helena. Em seu depoimento, Tutmés reafirma a inclinação de Ronaldo Lessa por uma vice mulher, além de também enaltecer as qualidades retóricas de Heloísa Helena, que teriam sido responsáveis por sua projeção meteórica.

E aí o Ronaldo disse, ó... Eu quero uma novidade. Quero a mulher. Quero novidades. De preferência, uma mulher. É. A Heloísa estava despontando no movimento... O movimento sindical na UFAL. Era uma desconhecida, assim. Quem que projetou a Heloísa? Inclusive para a surpresa nossa, propriamente. Ah, o discurso, né? Que era um discurso emocionado e emocionante, né? Surpreendente, né?⁷⁶

Agra, em sua anamnese, lembra que no primeiro ano da gestão de Ronaldo Lessa, Heloísa assumiu a prefeitura em inúmeras ocasiões, na medida em que o próprio Ronaldo se via condicionado pelas circunstâncias a viajar constantemente a Brasília, na tentativa de captar recursos para viabilizar o seu projeto de governo.

Sem negar o importante papel de Kátia Born, Mário, que foi coordenador da campanha de Heloísa em 1996, tem convicção que a escolha por Kátia foi um erro cometido por Ronaldo Lessa. “Eu acho que aí foi o grande erro de Ronaldo. Não só que ele cometeu, não foi com o PT, porque quando a Heloísa vai ser deputada estadual, a Heloísa é eleita. Ali nós já começamos a ter alguns problemas com o Ronaldo.”⁷⁷

Mário Agra também avalia que Ronaldo errou por ter se engajado pouco no processo eleitoral para a escolha do governador de Alagoas em 1994. Na visão de Mário Agra, Ronaldo,

⁷⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁷⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

⁷⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

que já contava com bons índices de avaliação, se limitou a escolher o nome que iria representar o PSB no processo: o do engenheiro Marcos Vieira.

A gente tinha acabado de sair do PC do B nessa época, e eu fui coordenar a campanha do Marco Vieira, que foi candidato a governador. E eu acho, em uma avaliação particular, que o Ronaldo subestimou muito. Ou seja, eu não diria subestimou. O Ronaldo contribuiu muito pouco naquele processo da eleição de 94. Então eu acho que ele contribuiu muito pouco, porque ele escolheu o menino, ele escolheu o Marco Vieira como candidato a prefeito. O vice foi Tutmés Airan, que foi o vice na campanha, e a chapa para candidata ao governo. Foi a primeira eleição de Marcos, e a Heloísa foi candidata, a Heloísa foi candidata a deputada estadual. Houve até um fato, depois eu posso citar aqui, mas o fato chegou a ser engraçado, uma das últimas reuniões que eu participei, representando o PCdoB ainda, para a definição dos candidatos. Então o PDT, PDT não, PSB, indica o nome de Marcos, o PDT botou o nome de Geraldo Sampaio como candidato, e disse não, era Marcos, ele disse desculpa.⁷⁸

Fica muito claro no depoimento do Mário Agra um certo ressentimento pela postura de Ronaldo Lessa nesse processo, do qual ele participou diretamente como coordenador. “E foi assim, a campanha mais hilária que pode ser, mas foi assim, uma coisinha. E eu acho que Ronaldo pisou muito na bola, porque a partir daí ele começou a dar um tratamento secundário.”⁷⁹

Mário Agra confirma a afirmação sustentada por Ronaldo e Kátia de que não havia nenhum compromisso efetivo de Ronaldo Lessa em apoiar o nome de Heloísa para sua sucessão, embora entenda que ela era uma candidata natural pelo desempenho que estava tendo naquele momento na Assembleia Legislativa.

Nem muito menos Ronaldo apoiar a Heloísa, nem muito menos de nenhuma discussão que faria para apoiar a Kátia. Não tinha essa discussão. O que antecipou, que eu acho, foi que após a eleição de Heloísa, e a Heloísa saiu bem, única deputada eleita. E aí, na prática, o Ronaldo já começa a ter problemas ali com aquele grupo em torno dele que a gente chamava o grupo do CREA, dos engenheiros. Ele já tinha algumas dificuldades de muitas queixas pelo estilo de Ronaldo, ser centralizador, ter essas coisas todinhas. E aí, a Heloísa, que tem um gênio forte, todos nós conhecemos. E aí começou também o Ronaldo a pouca conversa com o PT, pouca conversa com a Heloísa. E a Heloísa cumprindo o papel como deputada estadual muito forte na Assembleia Legislativa. Então, qual era a justificativa de que a Heloísa não seria uma candidata natural a prefeito?⁸⁰

A inexistência de um pacto ou de um compromisso no qual o então prefeito Ronaldo Lessa se comprometia a apoiar o nome de Heloísa Helena para sua sucessão é corroborada também pelo testemunho de Tutmés Airan.

⁷⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

Não, rigorosamente não. A gente esperava que ele por um gesto de grandeza apoiasse a Heloísa. Por que a gente esperava? Talvez ingenuidade, né? Mas esperava pelo destaque absoluto que a Heloísa ganhou, né? Então...E ele não. Ele aí... Ele aí disse, não, claro, isso...Vou fazer minha escolha e fazer a escolha que eu acho... Eu até acho que... Razoável do ponto de vista da perspectiva dele, partidária, enfim, ele escolheu a Kátia, né? E trabalhou que só a porra, porque se ele não trabalhasse, irmão, ele tinha perdido a eleição. E nós chegamos na beiradinha de... Nós perdemos a eleição de tarde, de tardezinha.⁸¹

Nessa questão em particular, o único ator político entrevistado, cuja memória se diferencia de todos os demais que aceitaram colaborar com essa pesquisa, foi o dirigente petista Ricardo Coelho. À época, Ricardo era um dos principais dirigentes do PT, e nessa condição, dialogava com Ronaldo a possibilidade da formação de uma frente de esquerda encabeçada pelo PSB e pelo PT, na qual Ronaldo disputaria a prefeitura em 1992. Naquela ocasião, segundo Coelho, Ronaldo Lessa chegou a demonstrar certo entusiasmo em aceitar a possibilidade de renunciar à sua candidatura para coordenar a campanha de Teotônio Vilela Filho. Convencido pelos dirigentes petistas a manter-se no projeto, Ronaldo convidou o próprio Ricardo Coelho para compor a sua chapa. Dias depois, motivado por pesquisas, Ronaldo sugeriu que a direção do PT substituísse o nome de Ricardo Coelho pelo nome de uma mulher.

O nome natural naquele momento era o da ex-secretária de educação, Maria José Viana, contudo, esta teria declinado do convite. Muitos interlocutores ouvidos durante a pesquisa coincidem em afirmar que o desinteresse em compor a chapa encabeçada por Ronaldo estava diretamente relacionado com a avaliação de que Ronaldo teria baixíssima viabilidade eleitoral.

Nesse ponto, Ricardo Coelho menciona alguns ex-dirigentes petistas que teriam sugerido o nome de Heloísa Helena. Consultada acerca da ideia, Heloísa não se opôs, mas condicionou o avanço das negociações a uma conversa prévia com Ronaldo Lessa, com quem, até aquele momento, não havia tido nenhum contato. Coelho relata que após essa conversa, foi chamado para uma reunião a sós com Ronaldo Lessa, e foi precisamente durante esse encontro que o mesmo Ronaldo se comprometeu em indicar Heloísa Helena para sua sucessão. Ainda segundo Coelho, é natural que outros dirigentes Petistas não tenham recordações desse acordo, uma vez que ele nunca teria sido oficializado em esferas maiores que envolvessem outros interlocutores partidários.

[...] fomos conversar com a Heloísa Helena no outro dia. Ela disse que queria conhecer o Ronaldo, conversar com o Ronaldo, e aí, ela falou, e aí aceitou. E aí, é que começa a nossa história da candidatura de Heloísa, em 96, porque

⁸¹ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

Ronaldo promete a ela, seja minha vice, e se eu ganhar, você vai ser minha candidata, em 96. Eu estava, eu sou testemunha dessas palavras do Ronaldo.⁸²

Mesmo reconhecendo a suposta naturalidade na indicação de Heloísa, Mário não se furta a reconhecer também os méritos e qualidades de Kátia Born, candidata escolhida por Ronaldo para a sua sucessão. “Ele aposta nessa coisa e lança Kátia. Eu não estou negando que a Kátia era uma grande liderança, que a Kátia era uma figura forte, era uma figura de expressão, mas entre Kátia e a Heloísa era uma diferença muito grande. Heloísa cumpriu um papel dentro da Assembleia que era referência estadual.”⁸³

Também como Mário Agre, Tutmés enxerga que a grande projeção de Heloísa teve início ainda com sua atuação como vice-prefeita e posteriormente com a sua eleição para deputada estadual, em 1994, e a sua destacada atuação no interior daquela casa legislativa.

E aí foi, foi, foi. E ela foi se engrandecendo, né? Ficando enorme, né? Em 1992. E no mandato... No mandato, então, aí é que ela se destacou mesmo, porque ela fazia... Ela trabalhava muito. Era uma vice-prefeita, assim, atuante. Atuante de um destaque absoluto. Ela sabia ocupar muito bem os espaços, né? E o discurso, tal. Aquela coisa de ser jovem, bonita, né? Fala bem, né?⁸⁴

Ao insistir na tese de que o nome de Heloísa era um nome natural para a sucessão de Ronaldo Lessa, Mário Agra se utiliza bastante do desempenho alcançado por Heloísa na Assembleia Legislativa, mais até do que a sua rápida passagem como vice-prefeita. Na sua visão, Heloísa Helena alcançou uma projeção surpreendente ao enfrentar com coragem e altivez políticos tradicionais, muitos deles com trajetórias políticas ligadas à violência e à intimidação.

E aí ela assim, a Heloísa, como eu disse, assim que chegou na Assembleia, ela teve uma ascensão muito forte, entendendo a ausência de alguém de esquerda. A Heloísa com um discurso muito forte na Assembleia, e o pessoal apostava muito, disse, não, a Heloísa vai ficar de lado, porque ali só tem macaco velho, muita gente ligada à violência. E aí foi o contrário. A Heloísa, assim, era muito agressiva no discurso dela, provocava muitos parlamentares. Eu não tenho dúvida que se fosse qualquer um de nós que fizesse a metade do que a Heloísa fez ali no nível de discurso, tinha dado atrito mais sério. Os caras respeitam, porque é o fato de ser mulher, não sei o que, mas a Heloísa era muito agressiva, né? O pessoal brincava às vezes, ela carregava demais nas tintas para agredir, né, os caras de... Porque se também a gente não fizesse isso, passaria a ser mesmice.”⁸⁵

Uma vez escolhido o nome de Heloísa, forjou-se um consenso entre as várias correntes internas que atuavam dentro do PT. O partido marchou unido naquele processo, contudo, nas

⁸² Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

⁸⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

lembranças de Mário Agra, coordenador da campanha de Heloísa, a participação e envolvimento de Lula naquela campanha foi incipiente. Ele sequer conseguiu afirmar com convicção se Lula chegou a vir a Alagoas para participar efetivamente de alguma atividade de campanha.

Pouco. Não teve um grande envolvimento. Eu acho que ele ainda chegou, não sei se ele... Eu acho que ele ainda veio aqui, mas não teve... A questão é que... Teve o fato onde... Como é que se diz? Onde o... Como é que se diz? Aonde... foi até uma certa forma inesperada, porque a gente sabia que a Heloísa era muito forte como candidata, mas a gente não chegou a imaginar o tamanho do desempenho. Porque a Heloísa, o discurso... Eu lhe digo que eu não me lembro, não me lembro nenhuma campanha que tivesse colocado aquela quantidade na véspera da eleição, a última caminhada que a Heloísa fez. Foi uma coisa assim que a gente não previa. Nós fizemos uma... Como eu coordenava a campanha... pronto. Então a gente imaginava que a Heloísa e... Quer dizer... Que a campanha ia ser uma campanha na reta final muito bonita, mas não imaginava... A gente não sabia quantas pessoas acompanhavam a gente naquela famosa carreata que saímos do... Da Braskem, em frente, na época, a Sal-gema, até Jatiúca, com milhares e muitas milhares de pessoas, não sei onde saíam. Tanta gente... Pareceu muito a famosa campanha de 89 de Lula, aquele negócio com uma multidão que a gente não sabia de onde vinha. Aquela multidão se engajou no trajeto.⁸⁶

Uma hipótese levantada por Tutmés para explicar a quase ausência de Lula e da direção nacional do PT no processo eleitoral de 1996 era a suposta descrença do partido em relação à real viabilidade eleitoral da chapa encabeçada por Heloísa. Isso fazia com que os recursos humanos e materiais fossem canalizados para outras capitais nas quais o partido arriscava suas fichas.

Não, muito. Não? Não. Chegou a vir? Chegou a vir. Mas não... gravou pra... gravou. Não botava muita... acho que talvez não botasse muita fé, não, né? Porque tem muito disso, né? Os caras canalizam pra onde eles... pra onde eles acreditam mais, né? Entendeu?⁸⁷

O segundo turno daquele processo eleitoral foi marcado por intensas agendas e atividades de rua, como comícios, caminhadas e carreatas. Aqui, Mário Agra estabelece um elemento de diferenciação entre as duas campanhas: em sua visão, a campanha de Heloísa se valia principalmente do engajamento de uma militância petista voluntária e de não petistas que foram se engajando a partir do encantamento que a personalidade de Heloísa ia despertando ao longo do processo, enquanto que a campanha de Kátia se valia principalmente de militantes pagos e contratados para participar das atividades de rua.

⁸⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁸⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

Mais profissionalizada, né? (A campanha de Kátia) Tinha um pouco, mas era... Tinha um envolvimento do PSB, mas não tinha... Naquela, a Heloísa era tudo voluntária, não é uma coisa impressionável. Você chegar... Os eventos da Heloísa eram eventos que eram comícios muito fortes, com presença forte, entendeu? E que as pessoas iam para ver a Heloísa. O discurso que a gente conhece, o discurso de a Heloísa como era, e que refletiu na campanha de Ronaldo, em 98, que era aquela discussão que Ronaldo sempre brincava. Eu sempre brincava disso. Eu estou pensando em botar tudo para falar por último, porque toda vez que... Quando a Luiza terminava, que falava o Senado, falava o vice, a Heloísa, depois o Ronaldo. Depois que a Heloísa falava, existia uma espécie de dispersão. Foi isso durante toda a campanha. Porque essa questão, né? Você via... A Heloísa foi assim, virou uma figura, assim, uma figura que as pessoas paravam para pedir assinatura, paravam ela para tirar retrato, desde essa época. Cresceu muito essa situação da Heloísa, né? Uma personagem, uma personalidade que ia além da política, né?⁸⁸

O depoimento de Mário Agra contrasta principalmente com o depoimento de Kátia Born, para quem a campanha de Heloísa no segundo turno contou com o apoio da Assembleia Legislativa e do Palácio dos Martírios, alcançando um patamar econômico e midiático muito maior do que a campanha do PSB. Estamos, portanto, diante de duas memórias conflitantes e as duas buscam atribuir às suas próprias campanhas o mérito de ter enfrentado com honestidade e paixão militante uma máquina econômica eleitoral que estava no polo oposto.

As memórias do ex-militante e dirigente petista contrastam também com as pesquisas, matérias veiculadas por jornais da época e com as memórias dos dirigentes do PSB. Mário Agra tinha a convicção de que Heloísa iria para o segundo turno com algum candidato da direita e que esse desfecho só não se materializou na prática por conta do engajamento do Ronaldo Lessa e a utilização da máquina da prefeitura municipal nos últimos dias de campanha.

Eu não diria assim, porque veja só, eu acho que a surpresa do resultado das eleições, eu acho que pegou muita gente surpresa, né, aquele resultado. Entre Kátia, do segundo turno. Porque muita gente mesmo, assim, não acreditava que fosse as duas. Era aquela velha história, sempre vai no campo da esquerda e alguém... Para todos os efeitos, era Heloísa e alguém, que não se avaliava que fosse a Kátia. Mas a reta final nos últimos três dias, né, aí a equipe de Ronaldo atuou, assim, do ponto de vista dos interesses dele atuou, assim, para desmontar mesmo, né, como se diz, para ir nos bairros, para desmobilizar o pessoal de bairros, o pessoal que em torno da prefeitura, de assessores, de cargos, de comissões, etc. E atuou corretamente, do ponto de vista dos interesses dele, atuou e reverteu, levou a tática para o segundo turno.

[...] a Heloísa cresceu muito, mas de qualquer maneira ela era prefeita, ela era deputada estadual, mas o prefeito ele cumpre um papel, o Ronaldo vinha de uma gestão boa, que ela tinha tido uma participação, mas entre, se fosse entre Kátia e Heloísa, eu acho que seria um banho, mas não se deu por causa do império de Ronaldo e da equipe de Ronaldo, que atuou em sintonia⁸⁹.

A posição de Ronaldo Lessa no processo eleitoral de 1996 provocou uma ruptura entre ele e o PT, que demorou a ser superada. A reaproximação se daria dois anos depois, quando o

⁸⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁸⁹ Idem.

Ronaldo disputou o governo do estado, numa composição na qual Heloísa foi candidata ao Senado. Havia, na visão de Mário, rusgas, ressentimentos e desconfianças a serem superadas. Agra, que viria a se tornar Secretário de Agricultura de Alagoas, após a eleição de Lessa para o Governo do Estado, entende que o PSB, a partir de determinado momento, conservou uma roupagem de esquerda, mas na prática foi se aproximando cada vez mais de uma agenda liberal. Essa mesma agenda liberal será incorporada pelo PT após a eleição de Lula em 2002.

Deixou, muito tempo, foi difícil a gente conseguir reconciliar, não foi fácil não, foi um processo demorado, demorado, de muita dificuldade, a reaproximação com o Ronaldo, foi um processo difícil. E aí, nós, no início, fomos uma coisa de muita estranheza da relação entre o Ronaldo e a Heloísa de quebra de confiança entre os dois, demorou muito. Ela se consolida mais na frente, já durante a campanha, mas sempre nós tínhamos, e é tanto, que aí, só para concluir, após as eleições a desconfiança veio logo no início. Os compromissos que se tinha logo após as eleições, em parte, não foram honrados. Compromisso assim, eu tenho certeza de que não houve nenhum acordo de Ronaldo com o PT para dizer, vocês vão ocupar o cargo A, B ou C ou D, na eleição de governo, não houve esse acordo. Agora, tinha um acordo mantido de que não seria feita nenhuma indicação da composição do governo que não fosse discutido. Lógico que ele era o governador e indicaria, mas, quer dizer, naquele tempo, o PT foi surpreendido com várias indicações, logo assim, logo após, foi indicado secretaria de educação, secretaria de saúde, secretaria não sei o quê, e o PT nem sequer foi avisado. E essa discussão tinha sido feita, olha, vamos fazer o seguinte, o PT não vai ficar cobrando, não, é que a indicação A e B não houve isso, mas houve uma combinação de que as indicações de um espaço que caberia a cada um seriam discutido. Discutido, discutido. É tanto que eu vou ser secretário de agricultura no governo do Ronaldo no início, porque, na verdade, ele termina querendo compensar o espaço que existia na discussão, em nenhum momento o PT discutiu secretaria de agricultura, em nenhum momento o PT chegou a discutir secretaria do trabalho e ação social com o Joaquim Brito, em nenhum momento, até porque eu era do quadro, quando veio essa história de eu ser da secretaria, eu disse não: “não sou eu, vocês têm que, ó, bota aí o Ével, o Ével que era veterinário do Ministério da Agricultura, eu digo, eu sou da casa, não sei se é bom isso, eu fui presidente do sindicato da agricultura, fui presidente do sindicato dos engenheiros, fui da sociedade dos agrônomos, fui do conselho de engenharia, meu perfil é muito de sindicalista, e eu vou ser secretário da agricultura, né, eu levantei até essa coisa, por que não o Ével?” E o Ével respondia: “não, tem que ser você, porque você é da casa, já conhece ele”, fica nesse negócio, você, você, você, e sobrou pro miserável, numa situação constrangedora, porque a gente, em nenhum momento, o PT queria esse espaço, foi assim, tá entendendo, meio, uma imposição de Ronaldo, e ele sabiamente, e foi um processo difícil, porque até eu aceitar ser secretário, não sei, Joaquim, mas, por exemplo, eu tive algumas conversas tensas com o Ronaldo, tensas, porque o Ronaldo chegou pra mim na primeira conversa, já depois de ele indicar, aí a primeira conversa que eu tive com ele:” Mário, aqui é o seguinte, nós vamos fazer”, ele já veio com a cartilhazinha, o que é que ia ser feito, aí eu olhei pro Ronaldo e disse:” mas eu não tô entendendo, isso daqui, quem vai ser o secretário da agricultura”? Ele olhou pra mim e fez, não tô entendendo, sou eu, eu digo, não, mas tá complicado isso aqui, quem foi que lhe convenceu? Ele disse: “a equipe de transição do governo”, eu digo:” mas eu não tô pra fazer isso não, vamos fazer o acordo, você nomeia outro e tamo certo”, aí ele disse:” não, não, não faça isso não”, eu digo:” olha, então vou vai fazer outra sugestão”, ele disse” qual é”? Aí você pega a equipe de transição que lhe convenceu e faça ela me convencer agora com você presente, aí ele disse, tá certo, que horas você pode, você pode hoje, eu digo, posso, quando eu chego lá, porque ele já, era assim, extinção da EMATER, extinção da IPL, era toda extinção, aquela visão de estado mínimo, eu disse: “não fala disso, Ronaldo,

eu não me proponho pra gente defender o governo pra estar defendendo o mesmo projeto do FHC, de estado mínimo, não é isso.”⁹⁰

Um ponto no qual as memórias dos atores políticos ligados ao PT coincidem com as memórias dos atores políticos do PSB e até mesmo com a memória daqueles que testemunharam o processo sem estarem vinculados a nenhum dos dois partidos, é quanto à importância que o então prefeito Ronaldo Lessa desempenhou naquele processo. Seu carisma, sua popularidade e seu engajamento seriam elementos definidores naquela disputa eleitoral. A centralidade da sua liderança política teve uma importância fundamental para impulsionar eleitoralmente as duas candidatas. Na visão de Tutmés, isso tem uma relevância muito maior do que o debate acerca do papel da mulher na política, que segundo ele, ocupou uma posição periférica no debate eleitoral: “Não era. Isso era uma coisa absolutamente no campo, é absolutamente marginal. Não se discutia, não era pauta. É diferente de hoje, né? Que tem essas pautas identitárias, hein?”⁹¹

Sem negar a importância de Ronaldo, o ex-dirigente petista Ricardo Coelho, aponta como um fator de desequilíbrio para a vitória de Kátia Born, a força do poder econômico, que segundo ele, se expressou na compra de votos, em bairros da periferia de Maceió, tradicionalmente controlados por líderes comunitários e vereadores que estavam engajados na campanha do PSB.

Eu acho que nós conseguimos equilibrar a força política do Ronaldo, eu acho que essa eleição foi tão equilibrada que um fator como esse de compra de voto mesmo que tenha sido pouco eu acho que o Ronaldo tem força política, mas que a gente conseguiu neutralizar muito a força do Ronaldo.⁹²

No próximo tópico, analisaremos um dos episódios mais importantes e que marcou aquele processo eleitoral. Os tiros desferidos contra a casa da então candidata Heloísa Helena, exatamente a três dias da votação.

4.5 O Atentado à casa de Heloísa Helena

Faltando exatamente três dias para a votação, quando as pesquisas apontavam um empate técnico, com vantagem para a candidata Kátia Born, ocorreu um episódio até hoje não esclarecido pelas autoridades policiais do estado de Alagoas. Às 01h30 da madrugada do dia

⁹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁹¹ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

⁹² Entrevista de pesquisa concedida por Ricardo Coelho ao autor, no dia 13 de fevereiro de 2024, em Maceió.

14 de novembro de 1996, a casa da então candidata Heloísa Helena foi metralhada por pistoleiros, cujas identidades não foram até hoje identificadas.

Em matéria assinada pelo jornalista Xico Sá, que cobria o processo eleitoral em Maceió como correspondente do jornal Folha de São Paulo, Heloísa Helena disse que o atentado revelava a perseguição política que ela sofria por combater e denunciar o crime organizado em Alagoas, dando a entender, sem citar explicitamente o nome, que o atentado teria supostamente as digitais do deputado Francisco Tenório, com quem ela travou um intenso bate-boca nos últimos 15 dias de campanha, e era apoiador de Kátia Born, filiado ao PSB.

Chico Tenório, como é conhecido até hoje em Alagoas, foi citado nominalmente por Heloísa Helena no último debate daquela campanha, veiculado pela TV Gazeta, afiliada da rede Globo. Naquela ocasião, Heloísa acusou Tenório de andar por Alagoas armado de metralhadora e espingarda calibre 12.

Ao longo da pesquisa, esse episódio se apresentou em muitos momentos envolto em uma nuvem impermeável. Ao tempo em que todos atribuem ao evento uma importância inegável, na maioria dos casos, as pessoas que o viveram e o testemunharam optam por guardar sobre ele um silêncio, mesmo tendo transcorridos 26 anos que nos separam daquela noite misteriosa.

Os jornais da época descrevem as posições dos protagonistas daquele processo. Na visão de Heloísa, como já colocamos acima, o atentado teria sido uma ação articulada por políticos ligados à pistolagem, e que apoiavam a candidatura de Kátia Born.

Kátia Born, na época não descartou a possibilidade de o episódio se configurar como um autoatentado, forjado por políticos ligados à Heloísa para vitimizá-la, colhendo benefícios eleitorais. Na época, Ronaldo Lessa, prefeito de Maceió e principal apoiador da candidatura de Kátia, preferiu atribuir o atentado a políticos da direita tradicional, inconformados pelo fato de duas candidatas de esquerda estarem disputando o segundo turno para a prefeitura de Maceió.

Ao longo das entrevistas, a única personagem que tratou do episódio sem constrangimentos foi Kátia Born. Kátia evitou fazer uma acusação direta, alegando não ter provas, mas está inclinada a acreditar que o atentado teria sido forjado por apoiadores de Heloísa, com a clara intenção de manipular o processo eleitoral.

Nunca foi esclarecido. Não sei, até hoje. Eu sei que mandaram ela sair de casa, os filhos saírem de casa. Então é como se tivessem armado para a gente. Fizeram uma armação para as eleições. E foi terrível que no dia das eleições muita gente com aquele, aquela metralhadorazinha de plástico na região do Bebedouro, Jaqueira, ali. Eu com Ronaldo, caminhando, aí passavam as pessoas, sabe, fazendo graça comigo e

com Ronaldo. Tanto que o Ronaldo disse “Ah eu vou pra casa.” e eu disse “eu não vou não, vou ficar na rua até o dia amanhecer”.⁹³

Kátia Born chega a descrever um episódio ocorrido anos depois, quando estive na companhia dos deputados Cícero Ferro e João Beltrão. Aparentando certa descontração, Kátia questionou os deputados sobre a suposta teoria do autoatentado.

Anos depois, Cícero Ferro, né, ele me apoiou para deputada federal. Cícero Ferro foi você ou João Beltrão que deram os tiros na casa de Heloísa. Aí ele disse, Kátia Born, deixa isso quieto, Kátia Born. Ficou rindo, mas diga pra mim, me conte, a história precisa saber quem foi isso, ele disse “eu não posso contar não”. Então eu acho que teve um envolvimento ali, João Beltrão, Cícero Ferro, os dois, entendeu? E no dia da eleição, na Chã da Jaqueira, estava ela no meio, em cima do triozinho, do lado do Cícero Ferro, do outro lado o João Beltrão. Então tudo leva a crer, não vou afirmar porque não tenho prova nenhuma, mas só tem uma coisa, nem eu ou o Ronaldo jamais faríamos isso. Porque não é da nossa história de vida, da nossa humanização, da forma que a gente sempre tem trabalhado na política.⁹⁴

Ao ser questionado sobre o mesmo episódio, Ronaldo Lessa demonstrou certo desconforto e foi evasivo. Entende que, pela proximidade entre o episódio e o dia da votação, os efeitos políticos foram praticamente nulos. Respondendo sobre a questão, afirmou: “a Assembleia depois, alguns deputados começaram a dizer lá, dar uma versão, mas nunca foi confirmada. A única coisa que ficou clara foi que nem eu nem Kátia somos pessoas violentas para fazer esse tipo de coisa.”

Numa linha similar a essa, Mário Agra, coordenador da campanha de Heloísa, inocenta completamente Kátia Born e Ronaldo Lessa dos eventos ocorridos naquela madrugada. Contudo, Mario diz estar convencido de que o atentado teria contado com a participação de agentes da polícia e até delegados. Em sua memória, se recorda que episódios violentos, inclusive com tiros, já haviam ocorrido em no mínimo três comícios da campanha de Heloísa, uma ação, segundo ele, que partia de provocadores ligados à campanha de Kátia, inconformados com o crescimento da candidatura de Heloísa Helena.⁹⁵

Nas memórias de Mario Agra, contrariando outros depoimentos, Heloísa Helena vinha crescendo vertiginosamente nos últimos dias de campanha, e esse crescimento se expressava no aumento considerável do número de ativistas e militantes voluntários que começaram a se engajar nas atividades de rua. Ainda segundo ele, esse crescimento levava vários analistas políticos a darem como certa a vitória da candidata do PT.

⁹³ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

Em seu depoimento, Mário Agra, que estava na casa no dia do atentado, trouxe à tona um fato importante. Segundo ele, o núcleo da campanha de Heloísa teve acesso à informação de que a Polícia Civil de Alagoas estaria pronta para divulgar um relatório no qual ele próprio, Mario Agra, seria responsabilizado pelo atentado.⁹⁶

Admitindo-se essa situação, ficaria caracterizada a versão do autoatentado, que de alguma forma, já era sustentada por alguns membros da campanha de Kátia. Ainda segundo Mário, o que teria evitado a divulgação desse relatório foi a iniciativa de Heloísa em solicitar uma investigação paralela da Polícia Federal.

A própria Polícia Federal teria abordado Suruagy, solicitando a não divulgação do relatório, uma vez que as conclusões da investigação conduzida pela PF entravam em rota de colisão com o relatório que supostamente seria divulgado pela Polícia Civil de Alagoas.

Numa perspectiva radicalmente oposta, a memória de Kátia Born traz à tona um outro fato de igual relevância. Segundo Kátia, o núcleo da sua campanha teria tido acesso a uma informação de que a Assembleia Legislativa de Alagoas estaria preparando a divulgação de um relatório no qual ela e Ronaldo seriam diretamente incriminados.

Uma vez de posse dessa informação, Kátia se dirigiu ao TRE, argumentando que tal iniciativa poderia alterar artificialmente o resultado da eleição. Afirmou ainda que se isso acontecesse, o PSB divulgaria o seu próprio relatório. A questão, segundo ela, acabou sendo resolvida com a mediação do órgão eleitoral, e nenhum dos relatórios foi divulgado.

No dia seguinte aconteceram os tiros na casa dela. Aí eu fui pra casa do Ronaldo, o Ronaldo disse “eu estou sabendo que a assembleia legislativa vai soltar uma nota oficial, pela assembleia, dizendo que vão averiguar você e eu.” Aí, eu digo “vou ligar para o Doutor Estácio”. Que era presidente regional, eu disse “Dr. Estácio isso é uma fraude, estou sabendo que a assembleia vai lançar uma nota oficial. Isso vai mexer nas eleições. Agora, se ela lançar uma nota oficial da assembleia, eu vou lançar uma em nome do PSB.” Mas o Dr. Estácio abortou toda a história.⁹⁷

Corroborando a opinião de Ronaldo Lessa, Tutmés Airan também entende que, pela proximidade com o dia da eleição, o evento dos tiros teve pouca influência no resultado eleitoral, contudo, serviu para inflamar ainda mais o então prefeito Ronaldo Lessa, aumentando assim o seu engajamento pessoal na campanha de Kátia Born nas horas decisivas que antecederam a votação.

Eu acho que acabaram eles não sendo... Ronaldo enlouqueceu, né? Porque ele ele achou que esses disparos tinham sido coisa de campanha, né? Armação. Armação de

⁹⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Mário Agra Júnior ao autor, no dia 13 de abril de 2022, em Maceió.

⁹⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Kátia Born ao autor, em 22 de agosto de 2023, em Maceió.

campanha, né? E aí foi quando ele endoidou mesmo para fazer... Porque ele pensou que isso vai reverter o resultado, vai... Mas acabou que eu acho que isso não influenciou muito, não?⁹⁸

Para além da guerra de versões sobre os eventos ocorridos naquela madrugada, que se prolongam até os dias atuais, nos parece que podemos extrair dos depoimentos duas conclusões:

1. Todos os principais agentes políticos envolvidos, tanto no momento em que o evento ocorreu, quanto hoje, parecem estar convencidos que Ronaldo Lessa e Kátia Born não tinham nenhum envolvimento no que aconteceu, e buscam sustentar essa posição na trajetória política de ambos, que era marcada pelo diálogo e pelo combate à violência política.
2. Por ter ocorrido muito próximo do dia da eleição, o evento não teve em si a capacidade de alterar o processo, até porque o último debate já havia ocorrido e as propagandas eleitorais veiculadas por tvs e rádios também já haviam sido finalizadas.

Porém, devemos também admitir que um episódio dessa natureza, foi absolutamente inesperado, especialmente por se tratar de um segundo turno disputado por duas candidatas que se apresentavam com um projeto de ruptura com as antigas oligarquias e as suas antigas práticas políticas, muitas vezes amparadas pela violência, coação e ameaça.

Admite-se também que o episódio deu contornos ainda mais dramáticos a uma eleição que prometia exatamente o contrário, um debate programático, pautado em patamares civilizatórios mais elevados.

⁹⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Tutmés Airan ao autor, no dia 06 de fevereiro de 2024, em Maceió.

5 CONCLUSÃO

Frágil, passiva, meiga e maternal. Esse é o olhar secular voltado às mulheres ao longo de suas existências. Sob uma linha tênue entre o contentamento e a decepção, a mulher sempre viveu à custa de ser facilmente deslocada de um olhar terno a ser subjugada e lançada à pecha de incapaz, histérica e louca.

Qual teria sido o grande erro de uma mulher ao adentrar no universo como um ser malquisto? É possível que a resposta seja mais simples do que podemos prever: o crime, muito provavelmente, está em ser a mulher autora de seus próprios desejos e sonhos; emancipada de sonhos socialmente forjados, distanciados dos locais designados para que caibam, se encaixem, se enquadrem e se tornem - “naturalmente” -, úteis.

Pois bem, sabemos que não há novidade alguma nesse raciocínio; mas, por que esta questão ainda nos causa tantos ruídos? Por que há tanta dificuldade em compreender que capacidade de liderar e desempenhar funções não tem relação direta com gênero, etnia ou qualquer outra questão sensível? Os exemplos de tantas personalidades femininas que se destacaram nas Artes, nas Ciências, na Política e em tantas outras esferas parecem não ser o suficiente para explicar essa questão, pois que, claramente, temos um mundo que trabalha rigorosamente para manter esse ideal de empoderamento masculino.

Por outro lado, há outro grupo que dorme e até acredita ter superado a esfera do conservadorismo, por seguir, tão somente, admirando as mulheres que conseguiram reconhecimento e respeito por grande parte da sociedade, diga-se de passagem, uma rara exceção; paralelo a esse “pseudomovimento”, o conservadorismo segue como um senhor robusto, a cada dia mais alimentado e nutrido desse olhar generoso e infantil.

Quando falamos isso, não expressamos desmerecimento por parte das mulheres de nossa história, mas um descontentamento pelas perdas do gênero enquanto classe, pois, o que nos parece, é que o máximo que temos conseguido alcançar enquanto traço de ruptura para com a manutenção do patriarcado, é a admiração pelas supostas exceções.

Supostas, pois que não conseguimos negar o olhar quando ele percebe que, todas essas incríveis exceções de mulheres, merecidamente reconhecidas, deixar-se-ão de ser exceções se todas as mulheres possuísem as mesmas oportunidades lançadas ao universo masculino. Mediante esse olhar, essa pesquisa trouxe à luz alguns questionamentos acerca da eleição para a prefeitura de Maceió, disputada no ano de 1996, ano marcante para a capital de Alagoas, tido como um dos estados mais conservadores do país.

Nesse evento, tivemos o início e encerramento de um movimento que destaca o protagonismo feminino na cidade, uma vez que pela primeira vez, mulheres estiveram à frente de em processo eleitoral, sendo uma delas eleita. No entanto, cabe ressaltar que as personagens centrais que vivenciaram o processo na condição de protagonistas, tendem a enxergar o fenômeno como uma janela de oportunidade que se materializa a partir de um contexto sociopolítico e econômico.

O processo que leva Heloísa Helena e Kátia Born ao segundo turno da eleição de 1996 para a prefeitura de Maceió está diretamente relacionado à ascensão política de Ronaldo Lessa. Ambas estavam ali por serem mulheres, na medida em que Ronaldo tinha a clareza da necessidade de uma mulher na sua chapa em 1992. Este fato é corroborado por todos os entrevistados.

Evidentemente, a participação da mulher na política ganha impulso a partir da década de 1990 e o próprio Ronaldo Lessa entendia que parte do eleitorado poderia assimilar de forma positiva a presença de uma mulher ao seu lado naquele processo. Cabe citar que, também em 1996, como bem lembrou Heloísa Helena em sua entrevista, duas mulheres também disputaram o segundo turno para prefeitura de Natal no RN, pelos mesmos partidos políticos e o resultado seria o mesmo: a vitória do PSB.

Queremos com isso dizer que não houve, naquelas instâncias partidárias, um movimento protagonizado por filiadas mulheres no sentido de fazer valer os nomes de Kátia e Heloísa. A propósito, a compreensão acerca da importância de ter uma mulher como candidata à vice em 1992 derivava de um cálculo eleitoral.

Reforçando a tônica de mulher servil, nunca capaz, atualmente os partidos políticos têm se esforçado, na maioria esmagadora dos casos, para filiar mulheres atendendo a um percentual exigido legalmente, mas que em nada ou muito pouco reflete o ideal de participação feminina na política com viés voltado ao olhar, anseio, necessidade e consequentes políticas de apoio e incentivo à mulher.

Essa condição é reforçada pela forma com que as mulheres, geralmente, são tratadas em nosso parlamento: taxadas como burras, hipersexualizadas, vistas como birrentas ou mesmo sendo persistentemente lembradas de algum afazer doméstico, supostamente em pendência.

Kátia Born foi a primeira e última prefeita eleita em Maceió. Depois dela, outras mulheres disputaram o poder executivo, com destaque para a participação de Lenilda Luna em 2020 pela Unidade Popular – UP, partido pequeno e que não reunia as credenciais exigidas pela

legislação para lhe garantir participar em debates e um tempo razoável no guia eleitoral de TV e Rádio.

Kátia Born emergiu politicamente e colecionou uma série de derrotas eleitorais. Em 2006 não conseguiu se eleger deputada federal, obtendo em todo o estado 60.409 votos. Em 2010, tentou sem sucesso uma vaga na Assembleia Legislativa, obtendo 8.605 votos. O mais duro golpe viria na eleição de 2020 na qual, já pelo PDT, disputou uma vaga na câmara municipal, obtendo pouco mais de 2 mil votos, marcando sua maior derrota eleitoral.

Antes disso, Kátia havia sido destituída da presidência do PSB, partido que ajudou a refundar em Alagoas, perdendo um embate com o então deputado federal JHC, que viria a ser eleito prefeito de Maceió. Heloísa teve uma trajetória ainda mais controversa depois daquele processo eleitoral. Eleita Senadora da República numa reconciliação com Ronaldo Lessa que se elegeu governador de Alagoas em 1998, Heloísa alcançou uma projeção nacional.

Ela, então, protagonizou debates que lhe alçaram a um patamar de enorme relevância no cenário nacional, rompeu com o PT e liderou o processo de fundação do Psol. Heloísa Helena disputou a presidência da República em 2006. Terceira colocada naquela eleição, obteve mais de 6 milhões de votos, sendo até hoje a terceira mulher com maior votação no País atrás apenas de Dilma Rousseff e Marina da Silva.

Respalhada pela votação obtida em 2006, Heloísa Helena disputou a eleição para o Senado em 2010. Todas as pesquisas de opinião apontavam o seu favoritismo. Ao final, Heloísa foi derrotada num pleito no qual Renan Calheiros e Benedito (Biu) de Lira se elegeram senadores por Alagoas, contando com amplo apoio do então presidente Lula e da candidata Dilma Rousseff.

Naquela eleição, Heloísa sofreu duros ataques do candidato Biu de Lira. Um personagem chamado “Matraca” era exibido no guia eleitoral para expressar uma figura feminina histórica e desqualificada que só fazia discursos, mas não trazia nenhum recurso importante para Alagoas. Havia uma clara misoginia nas peças eleitorais que foram amplamente toleradas pela justiça eleitoral. Em contraposição, as mesmas peças exibiam seu adversário: um idoso simples e simpático que havia de fato trazido verbas em forma de emendas para Alagoas.

Chama a atenção o fato de as forças progressistas que governavam o país terem se unido a oligarquias em Alagoas para derrotar a única candidata viável no campo popular. Em 2008, Heloísa se elegeu vereadora de Maceió com 29.516 votos. Em que pese o fato de ter tido a maior votação na capital, muitos analistas projetavam algo maior para uma candidata que havia

obtido votação tão expressiva para a presidência. Quatro anos depois, Heloísa se reelegeu vereadora com uma votação bem menos expressiva, obtendo 19.216 votos.

Depois disso, obteve duas derrotas seguidas, não conseguindo se eleger para a câmara federal e posteriormente sendo derrotada na sua tentativa de retornar à câmara municipal de Maceió. A partir daí, as representações femininas nos poderes legislativos de Maceió e em Alagoas são expressões de grupos familiares que controlam bolsões eleitorais na capital e no interior do estado.

A maioria, entre poucas mulheres que seguem cargos públicos, acabam contrapondo o ideal de um mandato genuíno, dado o natural distanciamento de mandatos pensados a partir de pautas que atendam verdadeiramente a um projeto político original, em detrimento à tradição de continuidade dos mesmos nomes políticos, que nos remete à permanente condição de capitania hereditária.

Em síntese, nossas parlamentares seguem ostentando em seus sobrenomes a marca dos seus pais, tios e avós, e suas eleições não representam a potência de um movimento significativo de participação da mulher em espaços de poder.

Partindo dessas reflexões, é possível lançar alguns questionamentos: O que determinou o ocaso das duas personagens que protagonizaram a eleição de 96? Como esse ocaso dissipou a potência de ampliação da participação da mulher nos espaços de poder? Como se deu os movimentos reativos para neutralizar o crescimento do polo progressista em Alagoas? Que forças gravitaram internamente e externamente para diluir a força acumulada pelo campo popular na década de 1990? Onde está a questão do feminismo no horizonte das lutas travadas pela esquerda alagoana?

A despeito das peculiaridades intentes aos personagens que foram objeto dessa pesquisa, nos parece que os setores mais conservadores da sociedade se reagrupam e se reacomodam das violentas derrotas sofridas nos anos 1990 e meados dos anos 2000. A crise que projetou personagens como Ronaldo, Kátia e Heloísa não foi só uma crise socioeconômica na qual os setores conservadores se encastelaram em torno dos seus interesses: a crise expôs, acima de tudo, a incompetência dos quadros que representavam a elite econômica do estado, a incapacidade técnica e política para gerir soluções para o impasse em que a sociedade se encontrava. Encurralada no cercado da sua própria incompetência tecnocrata, resta a ela apelar para violência de estado.

O declínio final de personagens como Divaldo Suruagy e Manoel Gomes de Barros nos anos 2000 é a expressão final da erosão imagética desse *modus operandi* em Alagoas. O rei

estava nu. As ruas de Maceió foram por alguns dias as ruas daquela Paris no século XVIII. Ocorre que nossos jacobinos, tal como os da França, sucumbiram na espuma das próprias incongruências e rivalidades internas.

A reação se dá em 2007, com a eleição de Teotônio Vilela Filho, apoiado pelo senador Renan Calheiros. Não obstante, é digno de nota observar como Téo e Renan, que representavam Alagoas no senado nos anos 1990, passaram ilesos sobre o tsunami que varreu Alagoas.

Num determinado momento de sua entrevista, o atual desembargador Tutmés Airam fala com ar de alívio sobre a derrota de Heloísa em 1996. Tutmés demonstrava certo incômodo com o que ele descreveu como “excesso de espontaneísmo e paixão, mas pouco preparo técnico para governar Maceió”, ao menos naquele momento.

Segundo ele, havia, de certa forma, um medo de não produzir as soluções esperadas em meio a uma sociedade que convulsionava. É possível que este tenha sido um pensamento de maioria e, como era de se esperar, mais uma vez retomamos à eleição de um legítimo representante dos moldes conservadores.

O PSB e o PT seguiram caminhos distintos, mas ambos sucumbiram ao processo de reagrupamento das elites tradicionais.

No caso específico do PSB, a própria instância partidária foi solapada dos seus fundadores e sua base histórica foi expurgada. O partido passou a ser guiado por uma lógica cartorial, perdendo sua indenidade com os movimentos sociais que lhe agregavam pulsão transformadora.

Já o PT foi aos poucos renunciando ao protagonismo, na medida em que se contentava em ser coadjuvante na construção de alianças políticas com setores que teoricamente teriam menor identificação com as elites tradicionais.

Contudo, um olhar político acerca do protagonismo feminino naquele processo eleitoral pressupõe que esse olhar possa ultrapassar a barreira da superfície na qual o fato histórico se delineia. O protagonismo feminino transcende a presença de duas mulheres naquele segundo turno. Ronaldo Lessa foi criado por uma mãe que, embrionariamente semeou debates feministas em Alagoas. Kátia foi alçada a condição de candidata pela primeira vez por força de um movimento organizado pelas mulheres do Vergel. Ronaldo Lessa foi, sem dúvida, o político que pioneiramente queria debater a equidade de gênero na ocupação do seu secretariado. O próprio Ronaldo afirmou em seu depoimento que as mulheres se diferenciam dos homens na política pela maior sensibilidade na condução e na gestão das políticas públicas.

Acreditamos que o fenômeno ocorrido em Alagoas no ano de 1996 teve potencial para ter materializado transformações mais significativas no imaginário político local. Contudo, também acreditamos que, de alguma forma, aquela experiência pavimentou o caminho para que hoje o estado de Alagoas tenha o secretariado com maior número de representantes femininas em comparação com todos os demais estados da federação. Ainda sob essa perspectiva, necessário fazer menção à figura de Ronaldo Lessa, enquanto vice-governador do Estado.

Partindo das reflexões ora expostas, é possível concluir que essa pesquisa, cujo objeto proposto foi o de estudar o fenômeno do protagonismo feminino nas eleições de 1996 em Maceió, possibilitou um olhar menos ingênuo acerca desse movimento, pois, que ele não surgiu de forma deslocada ou mesmo a partir de uma suposta visão progressista vindoura na Maceió dos anos 1990.

Ao contrário do olhar romântico que muitos atribuíam acerca do evento em questão, podemos dizer que este foi resultado de questões pautadas a partir de uma grande crise de princípios econômicos e de descrédito da população no que tange à capacidade de gestão da cidade por parte dos atores políticos em vigência. Havia um nítido quadro de desespero acima de qualquer olhar político-representativo.

Por outro lado, o fenômeno revela que, embora nos pareça óbvio, a possibilidade de ascensão feminina enquanto chefes de estado, ainda é um desafio que não está diretamente ligado a questões de competência, uma vez que, antes mesmo de “avaliada” por esse quesito, a condição de mulher implica como fator determinante para um olhar social menos receptivo.

Assim sendo, apesar de a eleição municipal de 1996 em Maceió ter sido pautada com base em interesses destoantes de um olhar progressista, o momento em questão revela que as oportunidades fazem os sujeitos de nossa história.

Paralelamente a esse raciocínio, é preciso enfatizar a importância da equidade de gênero no campo político enquanto meio propulsor de uma sociedade democrática, justa e representativa; mas, para tanto, o desenvolvimento de medidas estruturais de promoção da equidade, a longo prazo, é uma ação essencial, a fim de que se blinde o exercício político feminino enquanto mera representação numérica e passiva de discursos subalternos, que em nada – ou muito pouco – reflete interesses autênticos.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA. Ronaldo Lessa diz em Palmeira que a mulher precisa ter vez na sucessão municipal. **Cada Minuto**, 17/03/2024. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2024/03/17/ronaldo-lessa-diz-em-palmeira-que-a-mulher-precisa-ter-vez-na-sucessao-municipal>. Acesso em: 04 mai. 2024.

ALMEIDA, Gelson Rozentino. Organização, desafios e lutas dos trabalhadores. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org). **Não foi tempo perdido** – Os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7Letra, 2014.

ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e Permanências em Alagoas**: O 17 de Julho de 1997 em questão. Maceió: Editora Catavento, 1999.

ALMEIDA, Monica Piccolo. A trajetória de Fernando Collor rumo à presidência: estratégias eleitorais televisivas. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jul. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1369672113_ARQUIVO_Textocompleto-MonicaPiccolo.pdf. Acesso em 25 fev. 2024.

ARAÚJO, André de Medeiros Biora. **Diretas Já! Da mobilização à mudança**. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CAVALCANTE, Joaldo. **17 de julho**: a gameleira, as lembranças e a história decidida à bala. Maceió: Viva, 2017.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1971, p. 11

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano**: da Redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, Terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p.13-46.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano**: Da transição democrática à crise política de 2016 – Quinta república (1985 – 2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, no 52, p.287-308, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/SLffh7mZSBdVkJDHxgZqmR7j/>. Acesso em 10 fev. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Atlas Histórico do Brasil** (digital). Disponível em: <http://www.atlas.fgv.br>. Acesso em 10 abril de 2023.

GOMES, Renata Nascimento. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 2, n. 1, 31 dez. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LAMOUNIER, Bolivar. Partidos e utopias: o Brasil no limiar nos anos 90. In: FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, no 52, p.287-308, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/SLffh7mZSBdVkdHxgZqmR7j/>. Acesso em 10 fev. 2024.

LOPES, Wibsson Ribeiro. **Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979/1989)**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. **Recusa do passado, disputa no presente**. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contrato da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980). Maceió: Edufal, 2015.

MAJELLA, Geraldo de. **Maceió em Guerra: Exclusão social, segregação e crise da segurança pública**. Maceió: edições Bagaço, 2019.

MAJELLA, Geraldo de; MELO, Airton de Souza; COSTA, Rodrigo José; SILVA, Tarcylma Maria de Lira. **Uma Breve História do PSB em Alagoas (1950-2017)**. (no prelo)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em 25 fev. 2024.

REIS, Daniel Aarão. 1979 – 1988 – A transição democrática: do Governo Figueiredo à Nova Constituição. In: REIS, Daniel Aarão (Org). **Modernização, Ditadura e Democracia – 1964 a 2010**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENT, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

_____. A anistia de 1979 e as heranças da ditadura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SÁ, Xico. Advogado do PT questiona 'conduta sexual' da candidata do PSB em Maceió. **Folha de São Paulo**. Caderno Especial. 14 de novembro de 1996. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/14/caderno_especial/32.html. Acesso em 10 fev.2024.

SALLUM Jr., Brásilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, 82: 163-200, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/nF5QWr93FX3GFBf8yXsPWGS/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 fev. 2024.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**. Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VERSIANI, Maria Helena. **Linguagens da cidadania**: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988. 2013. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

WEBER, Max. **Textos Coligidos**. São Paulo: Ática, 2001.